



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
FACULDADE DE OCEANOGRAFIA
EDMIR AMANAJÁS CELESTINO

**CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO NA ORLA DA ZONA
CENTRAL DE BELÉM: SUBSÍDIO AO GERENCIAMENTO COSTEIRO E
PROPOSIÇÃO DO CINEMA COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE**

BELÉM

2012

EDMIR AMANAJÁS CELESTINO

**CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO NA ORLA DA ZONA
CENTRAL DE BELÉM: SUBSÍDIO AO GERENCIAMENTO COSTEIRO E
PROPOSIÇÃO DO CINEMA COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Oceanografia do
Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia.

Orientador: Marcelo Rollnic

Coorientadora: Jorane Castro

BELÉM

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Geólogo Raimundo Montenegro Garcia de Montalvão

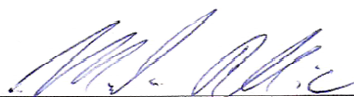
- C393c Celestino, Edmir Amanajás
 Caracterização do uso e ocupação na orla da zona central de Belém: subsídio ao gerenciamento costeiro e proposição do cinema como ferramenta de acessibilidade / Edmir Amanajás Celestino; Orientador: Marcelo Rollnic Coorientadora: Jorane Castro – 2012
 165 f. : il.
 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em oceanografia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Faculdade de Oceanografia, Belém, 2012.
1. Geografia urbana – Belém (PA). 2. Gerenciamento costeiro. 3. Administração municipal. 4. Cidade Velha (Belém-PA). 5. Documentário - cinema. I. Rollnic, Marcelo, *orient.* II. Castro, Jorane, *coorient.* III. Universidade Federal do Pará. IV. Título.
- CDD 22^a ed.: 307.76098115
-

EDMIR AMANAJÁS CELESTINO

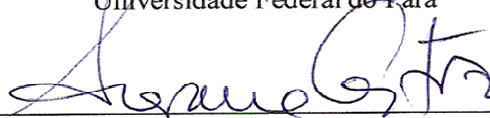
**CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO NA ORLA DA ZONA
CENTRAL DE BELÉM: SUBSÍDIO AO GERENCIAMENTO COSTEIRO E
PROPOSIÇÃO DO CINEMA COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Oceanografia do
Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia.

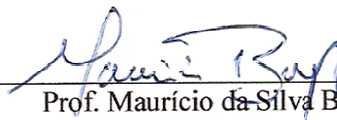
Data de aprovação: 17/10/12
Conceito: Excelente



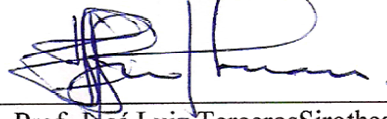
Prof. Marcelo Rollnic - Orientador
Doutor em Oceanografia
Universidade Federal do Pará



Prof.ª Jorane Castro – Coorientadora
Mestre em Cinema
Universidade Federal do Pará



Prof. Mauricio da Silva Borges
Pós Doutor em Geologia – Geotectônica
Universidade Federal do Pará



Prof. José Luiz Terceros Sirotheau - Membro
Mestrando em Geografia – Gestão Regional e Urbana
Universidade Federal do Pará

Dedico minha felicidade e realização como oceanógrafo àqueles que sofreram até mais do que eu para me ver como um profissional formado, que me suportaram, brigaram, recuperaram minhas forças e que agora comemoram junto comigo, na terra no mar ou no céu, são eles minha avó Maria Ana, que sei que mesmo depois de ter atravessado a barreira que nos separa das estrelas, ainda reza por mim de lá de cima, minha mãe, Denise, que me fez agarrar na razão e na praticidade das coisas mesmo contra a minha vontade, e meu anjo, Rafael, a quem amo e que me ama de volta, me dando certeza de que o futuro vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai para “Deus”, não acredito na existência dele, pelo menos não da forma como todo mundo acredita, dentro de uma religião ou instituição “detentora dos direitos divinos” e “proprietária da crença em algo maior”, que a reles existência humana classifica como ser “humanizado” divino. Mesmo assim, agradeço ao “que quer que seja” que se sinta representado pelo subjetivo “Deus”, porque é bom pensar que algo além da existência é capaz de olhar por todas as coisas.

Agradeço ao meu padrasto Jaime Serruya, alguém devo muito mais do que posso descrever aqui, por amar minha mãe e por ter assumido a imagem de pai que perdi ainda criança e que sempre me foi ausente, por compartilhar as preocupações de minha mãe comigo e por estar sempre me incentivando junto com ela para que minha vida siga um rumo sempre melhor.

Ao espírito da Cidade, que compartilhou comigo em sonho a realidade de seu uso e ocupação como espaço geográfico, como num conto escrito por Neil Gaiman.

Aos moradores e frequentadores da orla do centro histórico, por me emprestarem um pouco de suas vivências para que fosse possível a realização deste trabalho.

Aos camaradas oceanógrafos Marcos “Malandro”, brother você foi demais obrigado por tudo!!! e Esther “Garota Esquisita”, passadas as diferenças você me provou que merece todo meu reconhecimento, valeu aos dois por todo apoio e dedicação; Aos camaradas aspirantes a oceanógrafos, Antônio Leonildo “Leon”, Lidiane “Lidi”, Augusto “Aspira”, David “Fudido”, Thuareag “Carregador de Melancia”, Yuri “Onça” e Arthur “Piolho”, sem a ajuda que deram na pesquisa de campo este TCC não sairia do campo das idéias.

A professora Edna Castro, pelos livros que me presenteou e por ser a primeira a me fazer acreditar no sonho da cidade, acendendo a vela que iluminou minhas idéias para que assim pudesse visualizar o espaço ao meu redor.

Ao professor Saint-Clair Trindade, por ter sido paciente, por ter me ensinado Geografia e por ter me dado o empurrão inicial para que pudesse achar o início da estrada de tijolos amarelos, onde começa o uso e ocupação do espaço.

A minha cunhada Mikally Amanajás, pela paciência, minúcia e praticidade ao me ajudar a normalizar todo o TCC com seus profundos conhecimentos biblioteconômicos sobre as malditas regras da ABNT.

A Danielle Pompeu, que me ajudou a normatizar todos os gráficos e tabelas segundo o padrão estilístico da Estatística.

Ao Maurício por me ajudar a fazer os mapas.

Ao professor “Zé Doido” III Sirotheau, pela amizade verdadeira construída em anos de convivência, com quem compartilho o imaginário punk-metal-junk rpgístico Neiliano, presente duplamente neste momento de realização, pelo qual agora agradeço por me dar a honra de fazer parte de minha banca examinadora, cujas reflexões serão para mim soma inestimável.

Ao professor Maurício Borges, que não conheço tão profundamente pra poder tecer os comentários mais profundos, mas que já conquista elogios por se mostrar uma pessoa de pensamento libertário, que busca além da norma tradicionalista e castradora da academia, utilizando-se para isto de postura nobre e ética, conquistou minha admiração por tabela, agradeço sua participação em minha banca e fico feliz de saber que serei avaliado por alguém que ira acima de tudo somar na construção e finalização de meu trabalho.

A professora Jorane Castro, pelo incentivo e pela fixação do pensamento em “fazer”, fazer de qualquer forma, mesmo que não fosse cinema, mas “fazer”, no sentido de assim me tornar um “realizador”, assim como a grande realizadora que ela é, admirável pela sensibilidade, pelos filmes fantásticos, que me aceitou como coorientando assumindo o desafio de me ajudar a abrir a trincheira do fazer cinematográfico como prática cosmopolita, transversal a qualquer ciência do universo acadêmico, mas acima de tudo, agradeço por ser uma mulher inspiradora e orgulhosamente paraense em seu fazer cinematográfico, de quem sou fã incondicional.

Ao professor Marcelo Rollnic, que apesar da tentativa de se tornar um carrasco (rs) sempre será um ser humano, capaz de dar afeto, de passar emoção, de vibrar com a conquista de cada aluno, isso é um privilégio humano que o corporativismo universitário ainda não foi capaz de corromper, que encarou colocar nos eixos um dos aluno que sempre foi considerado como um problema, “a pedra no sapato” do curso de Oceanografia, devido seus ideais um tanto revolucionários, agradeço pelo apoio incondicional, por me incentivar a acreditar nos meus sonhos e ideais e construí-los no espaço da realidade, enquanto quase todo o resto só me forçava a desconstruí-los, serei eternamente grato por compartilhar comigo uma das virtudes mais difíceis de ser encontrada no próximo, a compreensão, por ter me aceitado, como pessoa e como orientando, por ter acreditado em mim e em tantos outros alunos da Oceanografia quando ninguém mais acredita, obrigado por exercer o papel mais nobre e admirável que

poucos professores-pesquisadores universitários são capazes de alcançar, o de ser um verdadeiro educador.

A uma série de outros amigos, companheiros, colegas de curso e de pesquisa, que estiveram presentes em tantos outros momentos importantes e que me acompanharam ao longo dos meus 4 cursos abandonados, projetos, estágios, pesquisas científicas, relatórios, e todas as propostas antes desse 5º projeto de TCC, Daiane Aviz, Cesar Braga, Érica Antunes, Amanda Pinheiro, Lygia Nassar, Sue Costa, Laura Miglio, Denis, Marina Mendonça, Thiago Begot, Adna Albuquerque, Manoella Waris, Manuelle Belmiro, Nara Pinto, Aline Crizanto, Gabriela Padilha, Inaê Nascimento, Bruna, Renatinha, Antônio, Simão, Mere, Ianie Miranda, Luiza Mello, Natalia Luz, Fernanda Louzada, Cassiana Ribeiro, Ana Flávia, Andrea Viana, Paula Pagliarini, Diego Xavier, Luiza Reis, Thais Cassiano, Cao Gutter, Rafael “Kalango”, Fabiola Seabra, Leticia Miquilini, Mirna Yuri, Fernanda Bombardi, Rodrigo Erdman, Lana Peixoto, Tereza Carvalho, Lívia Carvalho, Diana Carvalho, Victor Carvalho e Hayane Castanhedo, Albeniz “Wish” e Keyla Santiago, Camila “Bia” e Camila “Numa”, Felipe Laredo, Enzo Tanaka, Fernandinho “Beira Mar”, Felipe Penna, Mario Sergio Amaral, Carol Menezes e Bárbara Menezes, Anderson Nunes, Tat “Cat Power” Santos, Janaina Salles, Alyne Goes, Fabio Limah, Marcelo Andrade, José Ponte, Gabriel Máximo, Jacklene Carréra, Myrian Shimon, Leandro Oliveira, Jullie Novaes, Gustavo Saraiva, Dário e Fabrício, Rosilene Cordeiro, Patrícia Zulu, Giovana Miglio, Ives Oliveira, “Srta Katharinna”, Amanda Priscila.

Agradeço a personalidades institucionais como a UFPA, a CODEN, o NAEA, IFCHG, o IG, o ICB, e a Faculdade de Oceanografia.

Agradeço quase no fim a todos aqueles que minha memória não ajuda a lembrar, mas que merecem estar aqui, que incentivaram e influenciaram positivamente minha vida durante os anos em que fui aluno do curso de Oceanografia, em especial a minha família, que abrange não apenas aqueles com quem compartilho laços genéticos, mas todos os amigos que mais amo e que me são recíprocos neste sentimento.

Por fim agradeço àqueles para quem dedico esse trabalho, minha avó, minha mãe e o Rafael, por tudo.

“A inquietude não deve ser
negada, mas remetida para
novos horizontes e se
tornar nosso próprio
horizonte.”

Edgar Morin

“Acorda! Já é dia e o teu destino
é fazer teu destino caminhando!
Tu és, ao mesmo tempo, oleiro e barro;
Tu és, num só momento, o boi e o carro!
Acorda! O tempo urge... Tu não sabes
que deténs as rédeas da ação?
Tu és a solução dos teus problemas
e a chave que abre tuas algemas
repousa, eternamente, em tua mão!
Levanta! O sol se põe... Bate a poeira
acumulada por tantos verões!...
Tu és a vela-mestra da História,
o caminho que conduz à glória,
a semente das revoluções!”

Oleiro e Barro - Juraci Siqueira

RESUMO

Caracteriza o atual estado de uso e ocupação da orla da zona central de Belém e aspectos da população moradora e freqüentadora deste lugar, condicionados direta ou indiretamente pela aplicação de políticas públicas ligadas ao gerenciamento costeiro, propondo uma metodologia incorporadora da visão da população sobre sua relação com o rio, que possa subsidiar uma análise comparativa entre esta e outras áreas da orla de Belém, segundo a hipótese de que a orla da zona central é urbanizada e sua urbanização esta de acordo com a proposta de ordenamento do uso e ocupação descrita no plano diretor, com o objetivo de gerar subsídios ao gerenciamento costeiro municipal, tendo como objetivos específicos caracterizar os fins de utilização dos imóveis situados na orla central de Belém e os pontos de livre acesso a orla, analisar a aplicação do Plano Diretor Urbano (PDU) e subsidiar a realização de um filme sobre a orla da zona central de Belém através da proposição de um projeto de documentário. Verificam-se estágios de ocupação iniciados em diferentes momentos de crescimento da cidade, sendo a administração pública incapaz de administrar uma gestão eficiente e integrada que acompanhasse o ritmo do crescimento urbano. Reconheceu-se três áreas com características diferenciadas referentes a orla dos bairros do Reduto, caracterizada como de uso comercial, apresentando um índice expressivo de espaços institucionais; Campina, caracterizada como de uso comercial, apresentando um os maiores índices de espaços desocupados, apresentando um ordenamento espacial na área marginal que proporciona livre acesso a população; e Cidade Velha, caracterizada como de uso residencial sendo a atividade comercial também presente e expressiva neste espaço, onde são encontrados a maior quantidade de conflitos na orla da área estudada, os dois primeiros considerados como orlas de urbanização consolidada e o último como orla de ocupação desordenada. Através dos questionários foi possível avaliar os princípios básicos de formulação de indicadores a serem utilizados no ordenamento urbano, traduzindo a opinião sobre questões como saneamento, abastecimento de água e energia, iluminação pública, urbanismo e habitação, traduzindo a avaliação popular sobre o reflexo da aplicação das políticas públicas na orla da zona central de Belém. Também identificou-se aspectos subjetivos como a relação das pessoas com o rio. Percebe-se que apesar de algumas lacunas no PDU é bem estruturado e voltado para a manutenção da função social da cidade, porém, faz-se aqui uma crítica ao modelo de desenvolvimento urbano adotado, que se baseia em teorias e aplicações distintas da realidade local, não levando em consideração aspectos

sociais, históricos e culturais específicos da área em questão. Apesar de quase vinte anos de sua instauração o PDU, ainda possui falhas e não pode ser considerado como política pública aplicada no ordenamento do espaço na orla da zona central de Belém, segundo todos os aspectos que abrange. A proposição de um documentário é uma forma de tentar externalizar os resultados da pesquisa através de uma linguagem acessível e de fácil aceitação pela sociedade em geral.

Palavras-chave: Urban geography - Belém (PA). Coastal management. Municipal administration. Cidade Velha (Belém, PA). Documentary - film.

ABSTRACT

Characterizes the current state of use and occupy of the central coast zone of Belém city, and aspects of the resident population and who frequents that place, conditioned directly or indirectly, by the implementation of public policies related to coastal management, to proposing a methodology incorporating the vision of the population about their relationship with the river, which can subsidize a comparative analysis between this and other areas of the waterfront of Belém, according to the hypothesis that the coast of the central zone is urbanized and its urbanization agree with the proposed land-use and occupancy as described in managing plan, in order to generate subsidies for local coastal management, aiming to characterize the specific purpose of using property situated on the coast of Belém and the central coast points of free access to waterfront, reviewing the implementation of the Urban Managing Plan (UMP) and support a film making of on the waterfront of the central area of Belém by proposing a documentary project. There are stages of occupation started at different times of the city growth, public administration is incapable of managing an efficient and integrated management to follow up the pace of urban growth. It was recognized three areas with different characteristics related to the waterfront of the neighborhoods: Reduto characterized as commercial, featuring an impressive index of institutional spaces, Campina, characterized as commercial use, with the highest rates of an unoccupied spaces, with an order space in the marginal area that provides free access to the population, and Cidade Velha, characterized as residential use, commercial activity also present and expressive in this space, where are found the largest number of conflicts on the waterfront of the studied area, the first two considered waterfront of consolidated urbanization and the latter as waterfront of sprawl. Through the questionnaires was possible to evaluate the basic formulation of indicators to be used in urban planning, as assessed on issues such as sanitation, water and power, street lighting, town planning and habitation, reflecting the popular assessment on the impact of application public policies on the waterfront of the central zone of Belém also identified himself as the subjective aspects of people's relationship with the river. It is noticed that despite some gaps in the UMP is well structured and focused on maintaining the social function of the city, but is necessary a critique of urban development model adopted, which is based on different theories and applications of the local reality, not taking into account social, historical and cultural contexts of the area in question. Despite almost twenty years of the UMP establishment, still has flaws and cannot be regarded as public policy which covers all

aspects in spatial planning on the waterfront of the central zone of Belém. The proposal of a documentary is a way of trying to outsource the research results, through a language accessible and easily accepted by society in general.

Key words: Coastal management. Coastal zone. Cidade velha (Belém, PA). Municipal administration. Documentary (Film).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 - Esquema metodológico do instrumental teórico-metodológico utilizado	36
Fluxograma 2 - Esquema metodológico esquemático do instrumental técnico-empírico a ser utilizado	36
Figura 1 - Localização da área de estudo, A) orla da Cidade Velha; B) orla da Campina; C) orla do Umarizal	52
Figura 2 - Espaços ocupados identificados na orla da Cidade Velha	59
Fotografia 1 - Final do canal da Tamandaré, na Rua do Arsenal da Marinha	60
Fotografia 2 - Final do canal da Tamandaré, entrada pela São Boaventura	60
Fotografia 3 - Entrada pela São Boaventura, próximo a Tamandaré	61
Fotografia 4 - Entrada pela São Boaventura, ao lado do Porto Santa Efigênia	62
Fotografia 5 - Entrada pela São Boaventura, ao lado da SESPA	62
Fotografia 6 – Entrada pela São Boaventura, no final da Rua Alenquer	63
Fotografia 7 - Entrada pela São Boaventura, próximo do final da Rua Alenquer	64
Fotografia 8 - Ao longo da Rua Porto da Palmeira que se inicia no final do Beco do Carmo	64
Fotografia 9 - Ao longo da Passagem Porto do Sal atrás do Mercado do Porto do Sal próximo ao Final do Beco do Carmo	65
Fotografia 10 - Ao longo da Passagem Porto Brilhante no início da Rua São Boaventura com Beco do Carmo	66
Fotografia 11 - No final de "corredor de casas" em espaço invadido entre a área do Porto Brilhante e área do porto e posto de abastecimento Vasconcelos, de frente para o Beco do Carmo	67
Fotografia 12 - No Beco do Carmo em frente à parte de traz da Igreja do Carmo	68
Fotografia 13 - Próximo ao início do Beco do Carmo	68
Fotografia 14 - Nos fundos do Hotel Beira Mar no início do Beco do Carmo e final da Rua Dom Bosco	69
Fotografia 15 - Entrada na Siqueira Mendes em frente à Praça do Carmo nos fundos da loja e depósitos da Maqbel	70
Fotografia 16 - O porto se localiza no final da Joaquim Távora, onde a única referência é um Portão de ferro azul	71
Fotografia 17 - Terreno de fundos do anexo do antigo Espaço Cultural Cidade Velha, atual Açai Biruta	71
Fotografia 18 - Na Siqueira Mendes ao lado da boate	72
Fotografia 19 - Nos fundos da Fábrica do Guaraná Soberano, na Siqueira Mendes	73

Fotografia 20 - Entrada pela Siqueira Mendes, nos fundos da empresa de transporte rodoflúvial Arapari	73
Fotografia 21 - Entrada pela Siqueira Mendes ao Lado do Porto Arapari	74
Fotografia 22 - Entrada no casarão de esquina da Felix Roque	74
Fotografia 23 - Entrada pela travessa Felix Roque, esquina com Siqueira Mendes, nos fundos de boate desativada	75
Fotografia 24 - Entrada pela loja Nova Pontual na Siqueira Mendes	76
Fotografia 25 - Entrada pela Siqueira Mendes nos fundos da empresa de transporte rodoflúvial Jarumã, ao lado da Sede Náutica do Remo	76
Fotografia 26 - Entrada pela Siqueira Mendes ao Lado da Sede Náutica do Clube do Remo	77
Fotografia 27 - Entrada pela Siqueira Mendes ao no final da Av. Padre Champagnat	78
Fotografia 28 - Em frente à praça Frei Caetano Brandão na Siqueira Mendes	79
Fotografia 29 - Entre a Ladeira do Castelo e a Praça Frei Caetano Brandão, ao lado da Casa das 11 Janelas	79
Fotografia 30 - Atracadouros do Ver o Peso: Ao longo da Av. Portugal até o a Praça do Relógio, terminando no Forte do Castelo	80
Figura 3 - Área marginal no Bairro da Campina	81
Fotografia 31 - Ao longo da AvBoulevard Castilho França da Av Portugal até o final da Rua Frutuoso Guimarães	82
Fotografia 32 - Ao longo da AvBoulevard Castilho França do final da Rua Frutuoso Guimarães até o início da Presidente Vargas	83
Fotografia 33 - Em frente à Praça Pedro Teixeira, que separa a Estação das Docas da Companhia Docas do Pará	83
Fotografia 34 - No início da Marechal Hermes (continuação da Boulevard Castilho França ao longo do bairro do Reduto) Em frente à Paratur	84
Figura 4 - Área marginal no Bairro do Reduto	85
Fotografia 35 - Toda a margem é ocupada pela Companhia Docas do Pará, pelos galpões 8, 8A, 8B, 9 e 10, além de dar acesso a estrutura dos galpões 11 e 12e ao porto graneleiro e Silos de Grãos da Ocrin, que já se encontram em área do bairro do Telegrafo, ao lado do Ver o Rio	86
Gráfico 1 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Uso da Área	88
Gráfico 2 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Campina, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso da Área	91

Gráfico 3 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro do Reduto, no Período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Uso da Área	93
Gráfico 4 - Percentual da População de residências da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Situação de Residência	98
Gráfico 5 - Gráfico 5 - Percentual da População de moradores na Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Quantidade de Moradores e Situação de Residência	100
Gráfico 6 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Destino do Esgoto	101
Gráfico 7 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Destino do Lixo	102
Gráfico 8 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Frequência de Coleta de Lixo por Semana	103
Gráfico 9 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, se é Suficiente ou Não a Coleta de Lixo	103
Gráfico 10 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Ligação Regular	105
Gráfico 11 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Opinião de Qualidade do Abastecimento de Água	106
Gráfico 12 - Percentual da População que moradores da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Instabilidade de Energia	108
Gráfico 13 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Frequência de Interrupção de Energia	108
Gráfico 14 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Ligação Regular de Energia	109

Gráfico 15 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião da Tarifa de Energia	109
Gráfico 16 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Iluminação Pública nas Imediações	110
Gráfico 17 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião Sobre o Serviço de Iluminação Pública e Abastecimento de Energia	111
Gráfico 18 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Existência de Espaços Públicos nas Imediações	111
Gráfico 19 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Demanda de Espaços Públicos nas Imediações	112
Gráfico 20 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Público de Frequentadores dos Espaços Públicos	113
Gráfico 21 - Percentual da População dos moradores da Orla da Zona central de Belém, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Dificuldade de Acesso a Serviços Públicos	113
Gráfico 22 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por participação em Movimento Comunitário	114
Gráfico 23 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Participação em Ações de Melhoramento Urbano	115
Gráfico 24 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Participação em Curso Comunitário	115
Gráfico 25 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Faixa Etária	116
Gráfico 26 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Hábitos Relacionado ao Rio	117
Gráfico 27 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Falta de Informações Sobre Conceitos	120

Gráfico 28 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Impactos Ambientais	121
Gráfico 29 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Problemas observados na Orla	122
Gráfico 30 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Qualidade do Espaço	122
Gráfico 31 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por O que Gosta na Orla	123
Gráfico 32 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Qualidade da Gestão	124
Gráfico 33 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Qualidade da Gestão	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área	89
Tabela 2 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Campina, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área	92
Tabela 3 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro do Reduto, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área	94
Tabela 4: Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Bairro	95
Tabela 5 - Percentual da População que reside na Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Tempo de Residência e Situação de Residência	98
Tabela 6 - Percentual da População que reside na Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 De Dezembro de 2011, por Local de Origem	99
Tabela 7 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Rendimento Familiar e Situação Residência	101
Tabela 8 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Alagamento de Rua e Inundação da Casa	104
Tabela 9 - Percentual da População moradora da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Opinião sobre o Saneamento	104
Tabela 10 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4de Dezembro de 2011, por Fonte de Abastecimento Alternativa e Armazenagem	107
Tabela 11 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Tarifa do Consumo de Água e Ligação Regular	107
Tabela 12 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, se Pagam ou Não a Energia Elétrica por Ligação Regular	110

Tabela13 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Escolaridade	118
Tabela14 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Atividade no Momento da Abordagem	118
Tabela15 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Frequência	118
Tabela 16 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Profissão	119
Tabela 17 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, se a Sustentabilidade é ou não Possível	121
Tabela 18 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Infra Estrutura de Ocupação	125
Tabela19 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Representação do Rio	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	METODOLOGIA	30
2.1	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO	30
2.2	ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	31
2.3	PESQUISA DE CAMPO	32
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS	33
2.5	ANÁLISE DO PLANO DIRETOR URBANO	34
2.6	ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE DOCUMENTÁRIO	34
3	REVISÃO TEÓRICA	35
3.1	ZONA COSTEIRA E GERENCIAMENTO COSTEIRO	36
3.2	DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA	38
3.3	A ORLA NO CONTEXTO URBANO	40
3.4	INDICADORES E SUA UTILIZAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	45
3.5	CINEMA COMO FERRAMENTA DA ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO URBANA	48
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	51
4.1	ASPECTOS GERAIS DA CIDADE DE BELÉM	51
4.2	GEOLOGIA	52
4.3	GEOMORFOLOGIA	53
4.4	SOLOS	53
4.5	CONDICIONANTES CLIMÁTICOS E HIDROLÓGICOS	54
4.6	HIDROGRAFIA	54
4.7	VEGETAÇÃO	55
4.8	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO URBANA DE BELÉM	55
5	IDENTIFICAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA MARGINAL	58
5.1	ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DA CIDADE VELHA	58
5.1.1	Porto do Canal da Tamandaré (A)	59
5.1.2	Los Piratas (B)	60
5.1.3	Porto Santa Efigênia (C)	60
5.1.4	Porto Fluvial da SESPA (D)	61
5.1.5	Trapiche Estação Maré (E)	62
5.1.6	Trapiche (F)	62
5.1.7	Terrenoatras do estacionamento (G)	63
5.1.8	Porto da Palmeira (H)	64
5.1.9	Porto do Sal (I)	65

5.1.10	Porto Brilhante (J)	65
5.1.11	Palafitas e Trapiche da Invasão ao lado do Posto Vasconcelos (K)	66
5.1.12	Posto Vasconcelos (L)	67
5.1.13	Palafitas e Trapiche da Invasão em Frente a Igreja do Carmo (M)	68
5.1.14	Trapiche do Hotel Beira Mar (N)	69
5.1.15	Trapiche da Sede Náutica do Paysandu (O)	69
5.1.16	Trapiche da Maqbel (P)	69
5.1.17	Porto (Q)	70
5.1.18	Deck da nova boate Açaí Biruta (R)	71
5.1.19	Trapiche nos fundos de malharia (S)	72
5.1.20	Trapiche e Galpão da Fabrica do guaraná Soberano (T)	72
5.1.21	Trapiche da Arapari (U)	73
5.1.22	Trapiche da Sede Náutica da Tuna (V)	73
5.1.23	Fundos de loja de artigos de borracha (X)	74
5.1.24	Trapiche e barco fundeado permanentemente (Y)	75
5.1.25	Atracadouro e Galpão da Nova Pontual (Z)	75
5.1.26	Trapiche da Jarumã (AA)	76
5.1.27	Bar Palafita (AB)	76
5.1.28	Rampa da Sede Náutica do Remo (AC)	77
5.1.29	Pier das 11 Janelas (AD)	78
5.1.30	Forte do Castelo (AE)	79
5.1.31	Atracadouros do Ver o Peso (AF)	79
5.2	ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DA CAMPINA	80
5.2.1	Feira do Ver o Peso (A)	81
5.2.2	Estação das Docas (B)	82
5.2.3	Escadinha do Cais do Porto (C)	83
5.2.4	Armazéns 4, 4a e 5 da Companhia Docas do Pará (D)	84
5.3	ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DO REDUTO	84
5.3.1	Companhia Docas do Pará (A)	85
6	IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NA ÁREA TERRITORIAL DA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM	87
6.1	IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DA CIDADE VELHA	87
6.2	IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DA CAMPINA	90

6.3	IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DO REDUTO	92
7	CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO NA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM	95
8	RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO	97
8.1	CARACTERIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS	97
8.2	SANEAMENTO BÁSICO	101
8.3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	105
8.4	ABASTECIMENTO DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	108
8.5	URBANISMO E HABITAÇÃO	112
8.6	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	114
9	RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS FREQUENTADORES DA ORLA	117
10	ANÁLISE SOBRE O PLANO DIRETOR URBANO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM	128
11	PROJETO DE DOCUMENTÁRIO	134
11.1	SINOPSE	134
11.2	ARGUMENTO	134
11.3	A PROPOSTA	135
11.4	DESCRIÇÃO DO OBJETO	136
11.5	ABORDAGEM	137
11.6	ESTRUTURA	138
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERECIAS	146
	APENDICES	155
	Apendice A	156
	Apendice B	160
	Apendice C	162
	Apendice D	163

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as regiões costeiras estão submetidas a uma dinâmica de uso e ocupação desordenada, predatória do potencial de utilização de seus recursos naturais e das suas facilidades geográficas, estratégicas para a ocupação e o desenvolvimento urbano organizado (BARRAGÁN, 2003). Existe uma preocupação a nível mundial com a integridade e a qualidade socioambiental em relação à ocupação em zonas costeiras, levando às inúmeras discussões sob a ótica dos impactos socioambientais decorrentes dos processos de urbanização e dos riscos relacionados à intensificação da ocupação desordenada, observando-se a necessidade de instituição de novos sistemas de gestão integrada e participativa do patrimônio natural e cultural dessas zonas (BARRAGÁN, 2005).

Barragán (2004) enquadra as áreas litorâneas como de importância singular para a preservação do patrimônio natural, devendo os espaços costeiros ser compreendidos e gerenciados a partir de uma ótica multidisciplinar partindo do ponto de vista biofísico, buscando a valorização da biodiversidade, habitat, paisagem, recursos hidrológicos, geológicos, biológicos e atmosféricos; do ponto de vista econômico-produtivo, objetivando-se a valorização do patrimônio cultural e das atividades humanas, através do ordenamento no estabelecimento de espaços protegidos, assentamentos humanos, infra-estruturas, equipamentos, obras de defesa, pesca, mineração, aquicultura, agricultura, indústria, comércio turismo, entre outros; e do ponto de vista jurídico-administrativo, através da definição de uma política costeira estratégica que inclua a divisão de competências e que agregue a rede de instituições envolvidas, os administradores, as linhas de financiamento, os sistemas de informação e os mecanismos de participação.

Em relação aos problemas ambientais que surgem nas cidades, Fujimoto (2002) cita que as formas predatórias das relações do homem com a natureza, tornam-se ainda mais graves em áreas mais densamente ocupadas, como nas regiões metropolitanas. No caso de países subdesenvolvidos, observa-se um crescimento urbano descompassado em relação ao crescimento econômico, favorecendo o surgimento de cidades com grandes deficiências em equipamentos, empregos, serviços e uma acentuada degradação ambiental.

Entre as principais alterações introduzidas no espaço, as mais comuns segundo Barros (2007) são: retirada da cobertura vegetal, construção de novas formas de relevo, aumento da edificação, acréscimo de escoamento superficial, rugosidade da superfície, lançamento de efluentes, acúmulo de partículas e gases na atmosfera e produção de energia artificial, modificando elementos naturais, como o clima, o ar, a vegetação, o relevo e os

corpos hídricos. No entanto, os problemas decorrentes do acelerado crescimento urbano não atingiram todos com a mesma intensidade, pois o que determina essa diferenciação é a posição sócio-econômica que cada indivíduo ocupa na sociedade.

Barros (2007) cita o crescimento urbano, rápido e desordenado, através da observação de critérios ambientais que visem preservar recursos estratégicos, como água, solo, ar, cobertura vegetal e biodiversidade, apontando como os principais desafios para a gestão ambiental urbana: 1) a expansão urbana; 2) o saneamento básico: água e esgoto; 3) o saneamento básico: resíduos sólidos; 4) a poluição industrial; 5) ruídos e conflitos urbanos de vizinhança; 6) áreas verdes: criação e manutenção; 7) comércio e prestação de serviços impactantes; e 8) cidadania ambiental, para sustentar a necessidade de incorporação das questões ambientais nas políticas setoriais urbanas discutidas na Agenda 21 (habitação, abastecimento, saneamento e ordenação do espaço).

A incorporação da discussão sobre questões ambientais tornou-se inerente para a gestão da cidade agregando instrumentos de políticas públicas na gestão ambiental ao conceito de gestão do ambiente urbano, através de quatro formas distintas de instrumentos segundo Ribeiro (2001): os normativos, que incluem as legislações de uso e ocupação do solo, a regulamentação dos padrões de emissão de poluentes, etc.; os de fiscalização e controle, que regularizam as atividades humanas para que estejam conforme as normas vigentes; os preventivos, que delimitam os espaços territoriais protegidos, avaliam impactos ambientais e analisam o risco e o licenciamento ambiental; os corretivos, constituindo-se de intervenções diretas como a implantação e manutenção de estruturas de saneamento, da orla, de praças e serviço públicos como a coleta de resíduos.

Apesar da inexistência de uma política específica de Ordenamento Territorial, visto que a Política Nacional de Ordenamento Territorial apesar de discutida não apresenta resultados e não está instituída legalmente no Brasil, não significa a ausência de políticas públicas setoriais que impliquem no ordenamento do território. Os instrumentos federais direcionam num contexto geral as políticas de desenvolvimento do país voltadas para cada região, dessa forma, os instrumentos para gestões estaduais e municipais precisam estar de acordo com a legislação, planos e diretrizes desenvolvidas pelo governo federal.

Dentre as políticas públicas criadas a nível federal, que abordam direta ou indiretamente a questão do ordenamento territorial, temos as Políticas Públicas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR); de Meio Ambiente (PNMA); de Desenvolvimento Urbano (PNDU); de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS); de Recursos Hídricos (PNRH); dos Planos Macrorregionais, Sub-regionais e Setoriais, além dos diversos Programas

Nacionais específicos, sendo as principais referências de instrumentos normativos para o processo de ordenamento territorial aquelas criadas no Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente.

Entre os instrumentos que atuam no ordenamento territorial a nível nacional temos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Plano Nacional de Recursos Hídricos; Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável; Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT); Programa de Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento; Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico; Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDS), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC I e PNGC II), o Estatuto das Cidades e o Projeto Orla, que norteiam diretrizes a serem aplicadas de forma específica nas leis e instrumentos Estaduais e Municipais.

Em seus diversos trabalhos relacionados à questão sociedade e espaço, Santos M. (1979, 1997 e 2004) cita que apesar dos avanços alcançados pela normalização jurídica e pela implantação de diretrizes, modelos e programas voltados à gestão do espaço territorial, o estilo de desenvolvimento adotado no país revela políticas urbanas contraditórias à possibilidade de um modelo de urbanização ordenado e sustentável. O poder público tem se mostrado incapaz de promover uma internalização efetiva das variáveis socioambientais na máquina governamental e de promover a transição rumo a um novo projeto de sociedade ecologicamente mais prudente e socialmente mais justa, que consiga suportar e resolver os problemas a serem enfrentados pela gestão territorial e ambiental.

Santos C. (2005) aponta que iniciativas de gestão costeira integrada sensíveis a esse ponto de vista vêm sendo desenvolvidas por diversos países, a exemplo da Guiné-Bissau, do Panamá, de Portugal, dos Estados Unidos, da Costa Rica, da Austrália e da Espanha. No caso brasileiro, a atenção quanto aos usos dos recursos e serviços ambientais e ocupação territorial em zonas costeiras está expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado e com o ordenamento progressivo da ocupação desses espaços, de acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a fim de promover a experimentação e um maior protagonismo das comunidades sediadas na zona costeira.

O Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro direciona aos municípios, através do Plano Diretor Municipal, o planejamento e execução das atividades de Gerenciamento Costeiro em regime de articulação intergovernamental e com a participação da sociedade a fim de garantir simultaneamente a sustentação e a vitalidade das funções econômica, ecológica e sociocultural nos espaços litorâneos, mas apesar do direcionamento federal, este

planejamento geralmente vem sendo executado em desacordo com a legislação ambiental brasileira e não desenvolve ações integradas de planejamento e gestão, gerando conflitos e aprofundando a crise urbana e socioambiental (POLETTE; SILVA, 2004; SANTOS, C., 2007).

É recente, tanto para o governo federal quanto para o estadual e municipal, o reconhecimento da gravidade quanto à necessidade de ordenamento territorial e criação de planejamentos estratégicos de curto e longo prazo (FEITOSA; FERREIRA, 2010). Neste contexto, foi concebido o Programa Estadual de Ordenamento Territorial (PEOT) que visa estabelecer uma política de ordenamento territorial que contemple as necessidades das terras agricultáveis e não-agricultáveis do Estado do Pará e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), considerado como um dos principais instrumentos de proteção ambiental na medida em que define a divisão do território em parcelas nas quais se autorizam, restringem ou proíbem o exercício de determinadas atividades, com a finalidade de satisfazer demandas econômicas, sociais e ambientais (BENATTI et al, 2007 apud FEITOSA; FERREIRA, 2010).

Somente nos últimos três anos o Governo do Estado elaborou e aprovou os zoneamentos da zona oeste, abrangendo 19 municípios e uma área de 334.450 km²; e os da calha norte e zona leste, envolvendo outros cento e dez municípios e uma área superior a 840 mil Km² e pretende ainda investir na realização do zoneamento costeiro do estado (FEITOSA; FERREIRA, 2010). Nas últimas duas décadas, houve um grande desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos impactos das cidades sobre os cursos aquáticos em regiões tropicais realizando-se a avaliação dos resultados de ações de urbanização, a exemplo do projeto Estudo dos Processos de Mudança no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, 2004) tomando como referência a cidade de Belém.

Em Belém o processo de urbanização foi impulsionado pela diversificação da economia portuária e pela ocupação imobiliária na orla de rios e igarapés, devido principalmente sua localização próxima do centro urbano (TRINDADE, 1997), sendo ocupada de forma juridicamente irregular por empresas diversas e assentamentos, que se valem tanto da localização privilegiada para a atividade portuária, de movimentação de cargas e passageiros, quanto da precariedade do controle da ocupação do solo urbano (PONTE, 2004).

A identificação do estado atual do processo de uso e ocupação do solo torna-se então necessária para que seja possível o ordenamento territorial da orla, porém, este tipo de levantamento geralmente trata a relação etnológica do indivíduo em relação ao espaço que

ocupa de forma superficial, não sendo levado em conta aspectos como a influência da interação social dos grupos que ali habitam ou exercem suas atividades, o que estes dizem de si mesmos, o modo como se identificam e o significado que este espaço tem para eles, abordagem que segundo Castells (2005) é necessária para a resolução de conflitos urbanos, demandando um método eficaz de análise qualitativa, capaz de levar à identificação da relação existente entre o homem e o espaço, motivo pelo qual se procurou relacionar aspectos da antropologia e sociologia neste trabalho, associando técnicas da pesquisa etnográfica à caracterização e análise do uso e ocupação da orla de Belém.

Também propõe-se estabelecer uma estratégia de acessibilidade aos resultados desta pesquisa através da utilização da linguagem cinematográfica como ferramenta didática e imagética, que externalize esta discussão para além do campo acadêmico, sem no entanto, diluir sua importância científica, como propõe Costa M. (2012):

O cinema tem sido crescentemente explorado e valorizado como instrumento analítico na contemporaneidade. O enfoque no contexto cinemático como representação e suporte para a análise dos grupos culturais e do cotidiano dos indivíduos participantes desses grupos nos espaços urbanos tornou-se primordial para o entendimento dos modos, da coerência e do sentido pelos quais vivências, comportamentos, identidades, subjetividades e práticas socioculturais vêm sendo constituídos, entendidos e reelaborados espacialmente e subjetivamente. Considerar o filme nesse contexto, portanto, torna-se interessante para o processo de reflexão sobre a construção, a manutenção e a reafirmação de uma "ordem imagética" que se constituiu como prática e símbolo da sociedade urbana do século XX e que tem muito a dizer sobre sua função e influência no processo evolutivo e transformador da condição urbana da qual faz parte (COSTA, 2006, p. 110).

O acelerado crescimento das cidades é um dos fenômenos que caracteriza a civilização contemporânea, porém, este ritmo de crescimento não é diretamente proporcional a capacidade do poder público em analisar, avaliar e responder aos problemas gerados pelo processo de urbanização, que acaba por se mostrar desordenado, expressando a ausência de um planejamento urbano que ofereça suporte para o crescimento das cidades e dificultando a utilização dos recursos disponíveis para proceder às reformas que se fazem necessárias na criação de novas políticas, eficazes para instalação de uma infra-estrutura promotora de qualidade de vida satisfatória e de meios institucionais adequados ao aumento populacional das cidades.

Desenvolveu-se então uma discussão sobre o uso e ocupação da faixa territorial e marginal da orla de Belém referente à sua zona central, englobando os bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto, que remetem historicamente ao início de ocupação territorial da Amazônia, sendo considerada por Amaral (2005) como a zona mais complexa da orla

belenense quando se discute uso e apropriação do espaço, possuindo uma grande riqueza em termos de história, de comércio e de atividades portuárias, sendo também a área da orla que recebeu a maior parte dos investimentos mais recentes voltados à revitalização urbana através de projetos já consolidados, desenvolvidos tanto pela Prefeitura (Ver-o-peso) quanto pelo governo do Estado (Estação das Docas e Complexo Feliz Lusitânia).

A falta de planejamento em conjunto com outros fatores como a atração populacional para áreas urbanizadas, geram diversos problemas para a gestão urbana, como a fixação de grupos sociais em diversas áreas inadequadas no núcleo da cidade, a segregação espacial, a especulação imobiliária pelas elevações do preço da terra e pela sua disponibilidade, o processo de periferização das camadas pobres e dos antigos moradores do núcleo para os subúrbios das cidades ou no entorno delas, multiplicando-se assim as áreas de invasão. A organização necessária para minimizar ou gerir os resultados destes processos se faz indispensável, sendo necessária a elaboração de políticas públicas, a concretização de programas e a execução de projetos que articulem recursos humanos, financeiros, institucionais, políticos e naturais para que se aplique a gestão urbana.

Dentro deste contexto, esta pesquisa foi pautada na busca pelas respostas dos seguintes questionamentos: Como se caracteriza o espaço na orla do centro histórico de Belém em relação ao uso e ocupação? Como as políticas públicas atuais vêm lidando com os conflitos do uso e ocupação gerados neste espaço segundo a avaliação daqueles que o utilizam? Qual o perfil socioeconômico de moradores e a relação dos freqüentadores da orla com este espaço? Como a pesquisa acadêmica pode contribuir com o papel da universidade como agente transformador da realidade de sua comunidade utilizando o cinema como ferramenta de acessibilidade?

Portanto, esta pesquisa tem a intenção de caracterizar o atual estado de uso e ocupação da orla da zona central de Belém e aspectos da população moradora e freqüentadora do lugar, condicionados direta ou indiretamente pela aplicação de políticas ligadas ao gerenciamento costeiro, ao propor uma metodologia incorporadora da visão da população sobre sua relação com o rio, que possa subsidiar uma análise comparativa entre esta e outras áreas da orla de Belém, segundo a hipótese de que a orla da zona central é urbanizada e sua urbanização esta de acordo com a proposta de ordenamento do uso e ocupação descrita no plano diretor.

Considerando que uma das missões de uma Instituição de Ensino Superior (IES) é fomentar, estruturar e disponibilizar meios de interpretar, compreender e organizar respostas aos problemas sociais que afetam sua comunidade e que este é também um de seus maiores

desafios (PALMEIRA, 2005), este trabalho teve como objetivo realizar a caracterização do uso e ocupação na orla da zona central de Belém, a fim de gerar subsídios ao gerenciamento costeiro municipal, tendo como objetivos específicos caracterizar os fins de utilização dos imóveis situados na orla central de Belém e os pontos de livre acesso a orla, analisar a aplicação do Plano Diretor municipal e subsidiar a realização de um filme sobre a orla da zona central de Belém através da proposição de um projeto de documentário.

Desta forma, contribuindo com a identificação e a mensuração dos níveis de utilização espacial e a demanda das necessidades sociais na região da orla central de Belém, questionando-se quanto ao atendimento das expectativas da população para subsidiar decisões técnicas na definição de prioridades à formulação de políticas públicas de ordenamento territorial e gestão urbana para a área. Favorecendo, assim, a melhoria sustentada da qualidade de vida e propondo o embasamento necessário para elaboração de um documentário sobre a orla da zona central de Belém, com a apresentação do roteiro de documentário e apontando situações e possíveis atores reais do contexto social da Zona Central de Belém, como forma de expor os resultados da pesquisa através de uma linguagem acessível e de fácil circulação.

2 METODOLOGIA

A pesquisa requeri uma abordagem quantitativa que possibilitasse, através da proposição de indicadores, traduzir em números as opiniões e informações coletadas assim como a avaliação dos dados coletados em campo, referentes à caracterização da ocupação da orla. Porém ela foi, primordialmente, qualitativa na medida em que procura apontar problemas específicos dentro de uma área, levando em consideração não somente o ambiente natural, os problemas e as situações que envolvem a análise do sujeito como um item meramente mensurável, mas também caracterizando a relação destes sujeitos com o espaço, a influência da interação social dos grupos que ali habitam ou exercem suas atividades, o que estes dizem de si mesmos, o modo como se identificam e o significado que este espaço tem para eles (CASTELLS, 2005) de maneira a humanizar a relação com o objeto e a forma como este é visto na pesquisa acadêmica.

Desta forma, a pesquisa teve natureza aplicada, objetivando gerar conhecimentos práticos para subsidiar a solução de problemas específicos da gestão costeira envolvendo interesses locais, mas também foi experimental, tomando em consideração os procedimentos técnicos, pois se determinou um objeto de estudo de caso, para o qual foram selecionadas variáveis possíveis de se manifestarem (subsídio a geração de indicadores) e definidas as formas de observação dos efeitos que estas produzem no objeto (entrevistas e questionários com moradores e frequentadores da orla) sendo este método proposto pelo autor, tendo sua aplicação testada nesta pesquisa. A abordagem metodológica procura seguir o instrumental teórico-metodológico e técnico-empírico de acordo com o esquema apresentados nos fluxogramas 1 e 2.

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO

Durante esta fase foi possível delimitar o objeto do estudo e a área de análise, assim como: sua geologia; geomorfologia; aspectos fisiográficos; o histórico de uso e ocupação; um diagnóstico socioeconômico e ambiental preliminar, que possibilitou o entendimento da evolução urbana na área escolhida; a delimitação do tema e o desenvolvimento do referencial teórico e registro cartográfico, para o qual foram utilizadas teses, dissertações, trabalhos acadêmicos, artigos, livros, revistas, relatórios, projetos e mapas existentes nas bibliotecas do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, bem como uma vasta pesquisa no portal

de referências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em outros portais.

Além disso, foram obtidas informações junto ao site do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e na sede da Secretaria de Desenvolvimento de Belém que, juntamente com a aquisição de imagens de satélite através do aplicativo de compartilhamento e visualização de imagens da Terra, Google Earth e mapas do site Google Maps, possibilitaram criar figuras que ajudassem a melhor caracterizar a área de estudo e traçar as demandas metodológicas a serem utilizadas na pesquisa de campo, para que então fossem definidas estratégias para alcançar os objetivos propostos validando ou não às hipóteses levantadas.

2.2 ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Foram elaborados dois tipos de questionários dentro dos critérios selecionados para a criação de possíveis indicadores que pudessem ser utilizados como base estatística para subsidiar decisões na gestão costeira relacionada à ocupação da orla de Belém.

O primeiro questionário (Apêndice I) foi voltado para os moradores e constava de perguntas objetivas com espaço para observações feitas por eles. As perguntas básicas indicavam o endereço, idade, escolaridade e profissão do entrevistado assim como características socioeconômicas relativas aos moradores da casa, traçando um perfil da família naquele domicílio. As outras perguntas avaliavam características em relação ao urbanismo e habitação, abastecimento d'água, saneamento básico, iluminação pública, energia elétrica e participação comunitária. Este questionário foi elaborado com o intuito de avaliar as condições de moradia na orla da zona central de Belém.

O segundo (Apêndice II) foi direcionado aos passantes e constava de perguntas com respostas objetivas e subjetivas. As perguntas básicas indicavam o motivo da presença do entrevistado no local, idade, endereço, escolaridade e profissão. As outras perguntas identificaram o estado de conhecimento do entrevistado em relação à legislação que regula atividades na zona costeira e conceitos como urbanização, desenvolvimento sustentável, meio ambiente entre outros, também apontou-se os hábitos relacionados àquele espaço, identificação de problemas sociais e de infra-estrutura, a representação do rio para o entrevistado e a sua opinião sobre o estado de conservação, gestão e utilização da orla.

2.3 PESQUISA DE CAMPO

Na primeira etapa da pesquisa de campo, foram confeccionados mapas de referência baseados nas imagens do site Google Maps referentes à orla da zona central de Belém proposta por Amaral (2005), onde foram identificados os limites dos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto, considerados como subáreas, visualizando-se as principais vias de acesso que entrecortavam a área pesquisada e servindo de referência para o georeferenciamento de todas as esquinas. Criou-se assim, uma malha de amostragem, da mesma forma, foram utilizadas imagens de satélite do aplicativo Google Maps, referentes à orla dos três bairros, através do qual se pode previamente visualizar e analisar a quantidade de imóveis em cada quarteirão, assim como identificar a frente dos imóveis cujo terreno de fundo se estendia até a margem. Com esta referência, foram então realizadas incursões de barco e por terra para avaliar o estado atual de ocupação e finalidades de uso do espaço na orla da zona central de Belém de acordo com critérios propostos neste trabalho para a sistematização das análises em campo:

- Área Marginal: foi considerada toda área da margem dentro de uma largura mínima de 50 metros, utilizando-se como referência a primeira via paralela à orla, referente aos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto, que foram monitoradas através de saídas de barco a motor. Nestes monitoramentos foram observados os canais que cortam a orla, os emissários de esgoto, áreas vegetadas, áreas de acúmulo de resíduos sólidos, ocupação da margem, áreas com evidência de erosão, presença de obras de contenção e atividade portuária, sendo fotografadas e georreferenciadas cada uma destas feições, a fim de se fazer uma descrição detalhada desta parte da Orla.

- Área Territorial: foi observada a ocupação na primeira rua paralela à orla e quarteirão após esta, por se tratar de uma área de acesso próximo à orla, onde se observam características diretamente ligadas à atividade costeira, sendo considerada como limite da área analisada a 2ª via paralela à orla. O monitoramento foi realizado a pé, a fim de verificar o endereço de correspondência de cada imóvel sendo observado o tipo específico de utilização e se estes de alguma forma se agrupavam se utilizados como residencial, comercial, institucional, industrial ou sem utilização, a presença de espaços públicos e os locais de acesso direto à orla.

A segunda etapa da pesquisa corresponde à aplicação de dois questionários, o primeiro foi realizado nas residências identificadas na primeira fase da pesquisa de campo. A escolha das casas se deu de forma aleatória, de acordo com a disponibilidade do residente,

porém, procurou-se distribuir as entrevistas ao longo de toda a área sendo atentadas algumas características residenciais específicas, resultantes da análise do perfil de ocupação territorial realizado na primeira etapa da pesquisa de campo. O segundo questionário voltou-se para os passantes e foi realizado em pontos identificados na primeira fase como locais que de alguma forma proporcionam acesso livre à orla, aplicado a indivíduos escolhidos de forma aleatória, depois de explicado o escopo da pesquisa e de acordo com a disponibilidade destes. Nesta etapa também foram identificados possíveis participantes numa proposta de documentário sobre o uso e ocupação da área, para isto, durante a realização de ambos os questionários o entrevistador avaliou características como o nível de relação do indivíduo com o espaço, preocupação deste com o mesmo, a conscientização de seu papel social, nível de interesse na pesquisa, desinibição, participação, curiosidade e disponibilidade.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Foi utilizada uma sistematização segundo os princípios estatísticos descritos por Bussab e Morettin (2004), utilizando ferramentas descritivas, como gráficos, tabelas e medidas de síntese como porcentagens, índices e médias para organização e resumo dos dados, caracterizando uma análise descritiva, que segundo Berenson, Levine e Stephan (1996) é o método que descreve apropriadamente a coleta, caracterização e apresentação de um conjunto de dados.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se o software Excel no planilhamento de dados, cálculo estatístico e confecção de gráficos dos resultados das duas etapas da pesquisa de campo e na caracterização estatística para validação dos indicadores propostos. As fotografias foram referenciadas e utilizadas para identificação de características locais, assim como na associação entre as feições encontradas no monitoramento da orla feito de barco e seus respectivos endereços correspondentes identificados no monitoramento a pé, para o qual se utilizou também do auxílio das imagens de satélite, caracterizando a orla dos três bairros, demonstrando sua utilização segundo os seguintes critérios: comercial, residencial, industrial, institucional e sem utilização.

Os gráficos e tabelas foram normalizados segundo orientação obtida junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais da Universidade Federal do Pará. Foi consultada a norma para a apresentação de Trabalhos acadêmicos com orientação da coordenação da Biblioteca Setorial do Instituto de Geociências para a normalização deste trabalho segundo as normas da Biblioteca e as normas da Associação Brasileira de Normas

Técnicas. Na análise dos questionários foi mantido o sigilo dos nomes dos entrevistados, sendo estes considerados em coletividade e chamados de moradores, participantes, entrevistados, participantes e respondentes, ao passo que suas falas foram destacadas para efeito de melhor identificação.

2.5 ANÁLISE DO PLANO DIRETOR URBANO (PDU)

Foram relacionados os princípios, diretrizes e objetivos, fundamentais, setoriais e de ordenamento territorial da política de gestão urbana municipal com o estado do uso e ocupação do espaço da orla, de acordo com a visão da população, a partir da repercussão da aplicação das políticas públicas e a averiguação de campo, apontando-se os possíveis conflitos de gestão do uso e ocupação na orla da zona central de Belém em relação ao disposto no PDU, para que assim se possa avaliar sua aplicabilidade.

2.6 ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ROTEIRO DE DOCUMENTÁRIO

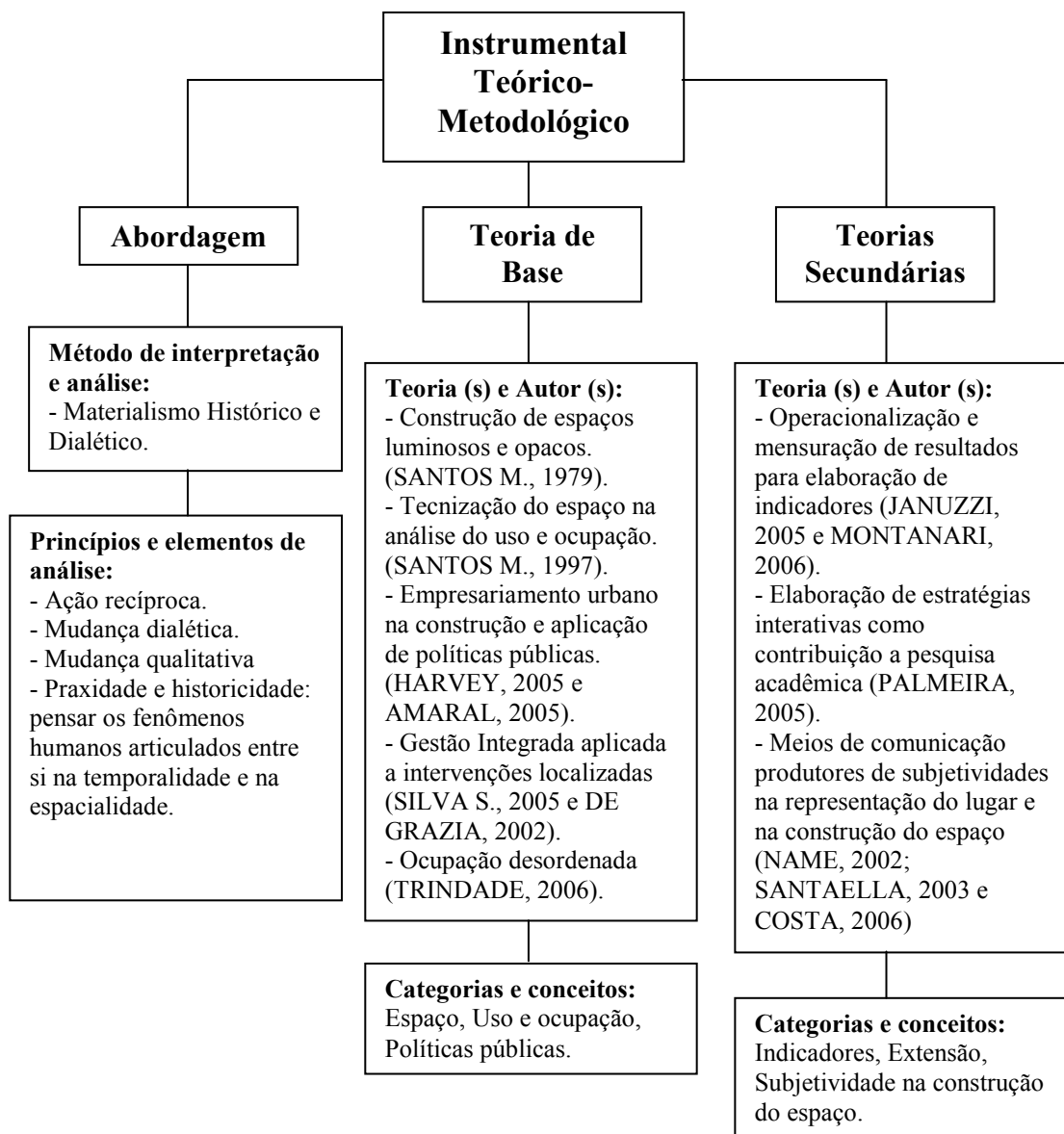
Para elaboração do projeto de documentário foi realizada uma boa e ampla pesquisa sobre o assunto a ser abordado, utilizando-se do embasamento técnico sobre a questão do uso e ocupação do espaço a partir dos resultados e discussões sobre o trabalho de campo, desta forma, identificou-se os assuntos de maior repercussão e relevância a serem abordados na construção do documentário, definiu-se a temática central e os principais arcos narrativos para a construção do projeto de elaboração do roteiro, onde constam informações sobre a idéia do vídeo, como será utilizada a câmera e equipamentos em geral, quem serão os personagens sociais, o que eles têm a ver com a história que será contada e a maneira como os realizadores devem se relacionar com estes personagens.

Através do contato proporcionado pela realização dos questionários e entrevistas de campo, foram identificados possíveis atores sociais a serem procurados para gravação do documentário, definindo-se através do embasamento técnico e do contato prévio com moradores e freqüentadores da orla, o que se quis falar sobre o uso e ocupação do espaço e qual o direcionamento do que será mostrado em relação à vida destas pessoas e sua ligação com o espaço no contexto da orla do centro histórico de Belém, sendo estas informações utilizadas como princípios da proposta do projeto.

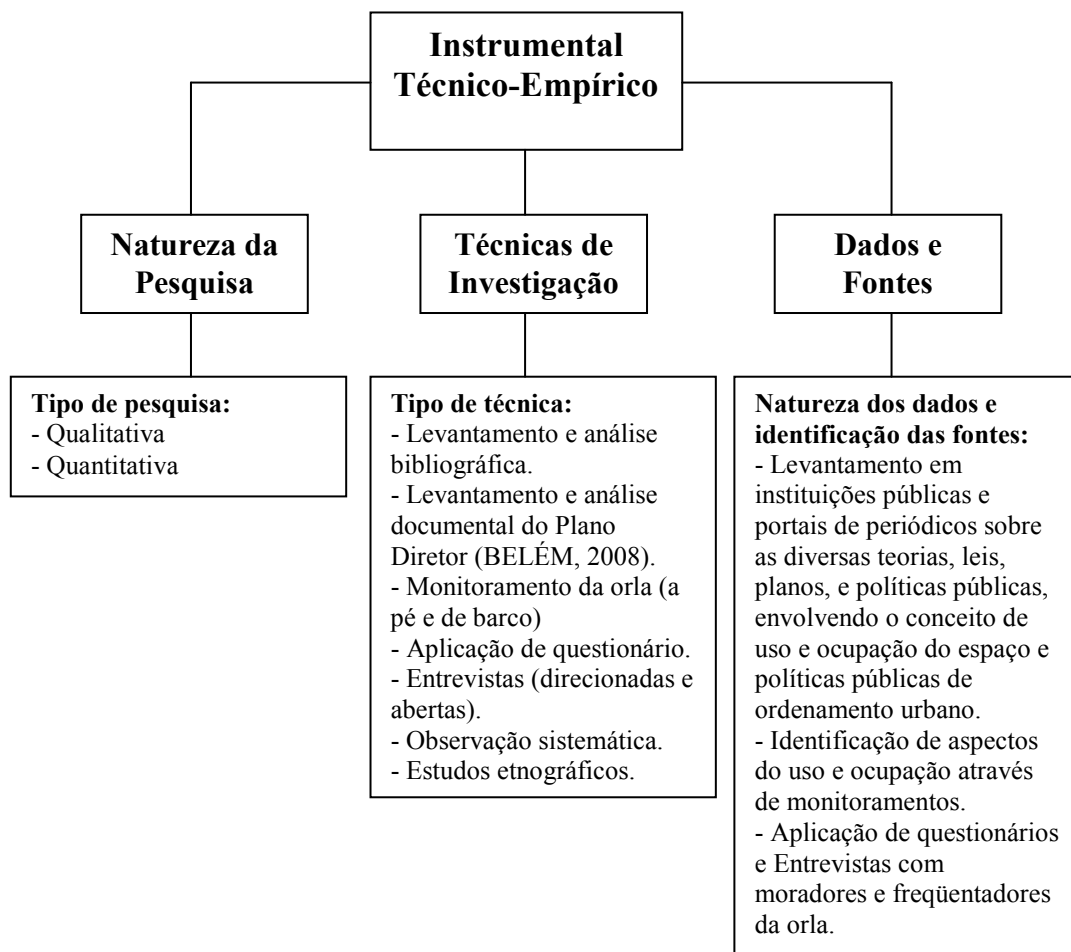
3 REVISÃO TEÓRICA

Nos tópicos que seguem são abordadas definições e conceitos imprescindíveis para a compreensão da pesquisa e a construção teórica, metodológica e empírica deste trabalho, sendo o seu entendimento o ponto de partida para a o direcionamento instrumental aqui utilizado (Fluxograma 1 e 2).

Fluxograma 1 -Esquematização do instrumental teórico-metodológico utilizado.



Fluxograma 2 - Esquematisação do instrumental técnico-empírico utilizado.



3.1 ZONA COSTEIRA E GERENCIAMENTO COSTEIRO

A zona costeira brasileira é definida de forma legal na Lei 7.661, de acordo com as definições encontradas no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II, como área abrangendo uma faixa marítima e terrestre, num espaço de interação entre ar, mar e terra que inclui todos os recursos renováveis ou não, que possam estar inseridos em sua abrangência. Apresentando inúmeras características bióticas e abióticas que regulam seus processos marinhos e terrestres, gerando ambientes com características ecológicas específicas (BRASIL, 1997).

Porém a definição de zona costeira pode adquirir diferentes conceitos tanto a partir do aprofundamento da bibliografia pautada em estudos científicos, quanto se considerarmos a base legal de sua definição em diferentes países, através da análise de programas similares ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, é possível verificar diferentes características na

sua delimitação e princípios de utilização, motivo pelo qual se pode inferir que os princípios de definição deste espaço geográfico possuem pelo menos duas diferentes interpretações:

A primeira é considerada como uma concepção naturalista, que define a zona costeira como uma unidade natural passível de ser delimitada espacialmente através de seus aspectos físicos e biológicos; a segunda é considerada como uma concepção administrativa, que define a zona costeira como uma unidade político-administrativa, a partir de princípios socioeconômicos e espaciais que não precisam considerar necessariamente seus aspectos naturais, mesmo que estes se mostrem como limites evidentes na caracterização de seus processos naturais (BRASIL, 2006a).

Esse espaço geográfico, denominado zona costeira, enquanto porção litorânea do território possui características singulares sob vários prismas: o territorial, o socioeconômico, o humano e o ambiental (BRASIL, 1995). Segundo Moraes (1999), o fato de possuir uma interface com o mar qualifica a zona costeira para determinados usos, ou seja, possibilita ‘o monopólio espacial de certas atividades’, tais como a exploração de recursos marinhos, a circulação de bens e pessoas através da via marítima, a utilização cultural desse espaço como área de lazer e também sua exploração econômica com a atividade turística.

Os terrenos litorâneos constituem, assim, uma fração de estoque territorial que abriga potencialidades para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, sendo identificados dois elementos essenciais na delimitação da zona costeira: as divisões político-administrativas, destacando-se o município como espaço de planejamento e ação política e, o padrão predominante de uso do solo que atua como fator econômico qualificador dos lugares, sendo que dois terços da humanidade habitam nas zonas costeiras (MORAES, 1999). No Brasil, as zonas litorâneas foram os primeiros espaços onde se instalaram os núcleos de povoamento, sendo que das 26 regiões metropolitanas brasileiras quatorze estão assentadas em parte ou totalmente à beira-mar (FAORO, 2001).

Devido sua grande extensão a costa brasileira abrange uma gama de características diferenciadas, necessitando do uso de critérios para sua definição conforme as localidades consideradas. Tal fato pode ser observado quando da necessidade de uma revisão na primeira proposta do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que originou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II, cujos limites naturais e político-administrativos utilizados como critério de delimitação da zona costeira possuem as seguintes definições:

- Como Mar Territorial entende-se o espaço de faixa marítima delimitado pelas 12 milhas náuticas contadas da linha de base da costa, considera-se todo o mar territorial como

inserido na zona costeira, sendo o limite deste determinado pela convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de uso prioritário para a pesca artesanal.

- Como faixa terrestre, considera-se todo o território dos municípios qualificados como costeiros segundo os critérios bióticos e abióticos estabelecidos no plano, sendo a divisão político administrativa das fronteiras municipais a delimitação da zona costeira em terra, sendo esta a menor unidade territorial na administração pública, favorecendo a elaboração dos diagnósticos e estudo necessários à gestão.

3.2 DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

De acordo com o Projeto Orla (BRASIL, 2006a), a orla marítima pode ser definida como unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface entre terra firme e mar. Esse ambiente caracteriza-se pelo equilíbrio morfodinâmico, no qual interagem fenômenos, meteorológicos, terrestres e marinhos, sendo os processos geológicos e oceanográficos os elementos básicos de conformação dos principais tipos de orla, a saber: costas rochosas, falésias, praias de seixos e arenosas, planícies lamosas, pântanos, manguezais e formações recifais, que compõe o ambiente litorâneo junto com o clima e a hidrografia, servindo de suporte para ecossistemas de alta complexidade cuja importância esta para os seres de vida marinha tanto quanto para aqueles que estão ligados indiretamente a eles, abrangendo o espaço caracterizado pelo maior dinamismo dos processos encontrados na zona costeira, compreendido pela faixa de contato e sobreposição da água e da terra em função do mecanismo das marés.

O Projeto Orla (BRASIL, 2006a) também define limites genéricos para a orla, impondo-lhe uma delimitação legal:

- Como faixa marinha, considera-se a isóbata de 10 metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos. Essa referência pode ser alterada desde que, no caso de redução da cota, haja um estudo comprovando a localização do limite de fechamento do perfil em profundidades inferiores.

- Como faixa terrestre, 50 metros em áreas urbanizadas ou 200 metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários,

canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Cabe ressaltar que o Projeto Orla (BRASIL, 2006b) ainda define como podem ser alterados os limites máximos e mínimos estabelecidos para a orla, podendo ser estabelecidos para a orla, de 200 metros em áreas não urbanizadas e 10 metros de profundidades no mar, ser aumentadas a partir de estudos decanuais que indiquem uma tendência erosiva acentuada, e os limites mínimos podendo diminuir quando houver comprovação de tendência progradacional da linha de costa, também expressa em estudos de taxas decanuais, ou quando se tratar de áreas bem abrigadas, sempre justificando tecnicamente a medida proposta.

Outro fator importante a ser mencionado em relação à definição de orla, no que diz respeito ao gerenciamento costeiro, é que no caso dos estuários, toda a faixa terrestre da orla é considerada como Faixa Marginal de Preservação, dentro do conceito de Área de Proteção Permanente, segundo o Código Florestal (BRASIL, 1965), regulamentado pela Lei 4.771, que estabelece padrão de proteção às florestas e ao meio ambiente de um modo geral, incluindo aspectos como proteção de nascentes e corpos d'água e áreas particularmente frágeis como manguezais e restingas. O disposto no Código Florestal define que a largura mínima da Faixa Marginal de Preservação varia de acordo com a largura medida de um leito ao outro do rio entre 30m (largura do rio até 10m), 50m (largura do rio de 10 a 50 m), 100m (largura do rio entre 50 e 200m), 200m (largura do rio entre 200 e 600m) e 500m (largura do rio maior que 600m), por esta definição, percebe-se que quanto mais próximo da foz, maior a largura da Faixa Marginal de Preservação.

Em 1989 a Lei 7.803 determinou a aplicação do Código Florestal também nas cidades são estender a aplicação dos seus princípios e limites sobre áreas urbanizadas, o que traria um forte impacto na administração e no ordenamento territorial das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas em estuários e na beira de rios (BRASIL, 1989). Essa situação se tornou ainda mais conflitante após aplicação de medida provisória em 2001 aplicando o disposto às Área de Proteção Permanente em áreas cobertas ou não por vegetação nativa, dando margem à interpretação de que ele se aplica inclusive sobre áreas já ocupadas por assentamento urbano (BRASIL, 2001).

3.3 A ORLA NO CONTEXTO URBANO

A recente convergência dos avanços tecnológicos experimentados pela humanidade no século XX, especialmente nas áreas de transporte, comunicação e transmissão eletrônica de dados em tempo real, resultou

[...] numa drástica alteração nos modos de produção, acumulação de riqueza e distribuição de produtos e serviços de toda sorte, acompanhada de uma extraordinária potencialização, mobilidade e dispersão geográfica destes recursos.

[...]

Em apenas algumas décadas, saltamos de uma economia industrial de base geográfica fixa e dependente, centrada nas barreiras naturais, para uma nova ordem de economia controlada por corporações, agora transnacionais, capazes de dispor de insumos, unidades produtivas e mercados de distribuição e consumo ao longo de uma geometria variável, literalmente, relativa ao território de todo o globo (PORTO ALEGRE, 2006, p. 25).

De acordo com Santos M. (2004), os elementos naturais podem ser considerados técnicos a partir do uso social que deles se faz, desnaturalizando-se, ou antropizando-se, de acordo com as ações humanas.

Os pedaços da crosta terrestre utilizados pelos grupos humanos para desenvolver sua base material nos primórdios da história constituem o que estamos chamando de meio natural (ou pré-técnico?). Todavia a presença do homem já atribui um valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social. Por outra parte, como toda ação supõe uma técnica, a idéia de meio geográfico não pode ser desvinculada dessa noção de técnica. Daí o relativismo de denominação como 'natural' ou 'pré-técnico' (SANTOS M., 2004, p. 28).

Por outro lado, sabe-se que a ação humana, mesmo com o mais avançado desenvolvimento técnico obtido até os dias de hoje, e por maior o poder de transformação e resistências que tenha sobre as forças naturais, ainda é em boa parte a elas submetidas, principalmente sob as circunstâncias mais extremas, portanto, a utilização de termos como desnaturalização ou submissão à natureza devem ser tratados com certa cautela em se tratando de estudos ligados ao gerenciamento costeiro.

A base multidisciplinar da oceanografia, que engloba conceitos da Biologia, Geologia, Física, Química e Ciências Humanas, difere de pontos de vista da Geografia, como nos aspectos do conceito de espaço de Santos M. (1979, 1996, 1997, 2004, 2008) utilizados neste trabalho. Logo, não se pode desligar do fato de que o ser humano também faz parte da natureza, porém na escala da pesquisa proposta é necessário separar o homem do meio natural a fim de se realizar a análise de sua ação no uso e ocupação do espaço.

De forma geral, a nova ordem estabelecida confere ao setor privado uma extraordinária liberdade de escolha locacional para implantação de seus empreendimentos, cujos critérios de decisão se concentram, essencialmente, na oferta local de condições favoráveis ao desenvolvimento exitoso das suas atividades econômicas (AMARAL, 2003).

Consideradas as necessidades de conhecimento avançado, de fluxos constantes de informação e de mobilidade logística, dentre outros padrões de desempenho inerentes à pós-modernidade tecnológica, em que opera esta nova ordem, tais condições favoráveis se materializam no ambiente das grandes cidades que, a partir daí, reflorescem como centros de direção e poder econômico, proporcionalmente à capacidade de suas infraestruturas de satisfazer estas necessidades (PORTO ALEGRE, 2006). As técnicas desenvolvidas dão subsídio as ações humanas muito mais impactantes e produtoras de grandes transformações no espaço geográfico, o qual vem tornando-se cada vez mais tecnicizado.

(,,,) no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, M., 1997. p. 51)

Em relação à procedência de algumas críticas relativas aos efeitos nocivos da globalização, o que não se pode ignorar é que sua consolidação vem determinando a preponderância de uma rede urbana global de produção e trocas econômicas, cadenciadas por um dinamismo, interações e desdobramentos jamais experimentados. Em meio às mudanças e transformações socioespaciais, o meio resulta de um processo e adaptação sucessiva às necessidades humanas. Passando de alterações isoladas nos primórdios das sociedades humanas, ao estabelecimento de civilizações emergentes e hegemônicas social, cultural e tecnicamente, até que o processo de internacionalização criasse em diversos lugares feições semelhante, mas não abortando totalmente as singularidades locais.

A globalização leva à afirmação de um novo meio geográfico cuja produção é deliberada e que é tanto mais produtivo quanto maior for o seu conteúdo em ciência, tecnologia, informação e de uma educação objetiva. Esse meio técnico-científico operacional dá-se em muitos lugares de forma extensa e contínua. Cria-se deste modo, uma oposição entre espaços adaptados às exigências das ações econômicas, políticas e culturais, características da globalização, e outras áreas não dotadas de virtualidade, formando o que, imaginativamente, podemos chamar de 'Espaços luminosos e Espaços opacos' (SANTOS, M., 1996, p.39).

A exemplo dos impactos da Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII, o fenômeno da globalização vem acentuando a concentração demográfica nos grandes centros, impondo-lhe um perverso quadro inicial de exclusão social, problemas e desafios de gestão urbana de extrema complexidade, mas, simultaneamente, vem também configurando uma gama de novas oportunidades de desenvolvimento econômico, concentração de riqueza e evolução dos padrões de qualidade de vida no espaço das cidades (PORTO ALEGRE, 2006).

A possibilidade e o interesse nas novas oportunidades tem levado algumas cidades a buscar sua inserção competitiva nesta nova ordem econômica globalizada, numa atitude de protagonismo local centrado no esforço planejado de adequação de suas infraestruturas urbanas, condições políticas, administrativas e culturais para tal. Desta forma se deu a formulação de uma idéia da inevitabilidade da globalização aliado ao discurso de um mundo único, da cultura e consumo de massas e do mercado global, buscando criar comportamentos para um projeto de mundo normatizado e vivido de maneira *standard* (COSTA B., 2010).

(...) neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado das coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos. (SANTOS, M. 2004, p. 46)

Mais uma vez a exemplo do que se verificou à época da revolução industrial, o ineditismo dos problemas postos à cidade por uma nova ordem econômica impõe o desafio aos que hoje se debruçam sobre a questão - de construir novas concepções e modelos de gestão urbana capazes de minimizar seus impactos negativos e maximizar as oportunidades evolutivas que se apresentam. Verifica-se uma maior ênfase na ação local para combater tais dificuldades e os poderes locais tentam maximizar a atratividade das cidades na perspectiva da concorrência interurbana (FRANÇA, 2006).

Essas medidas priorizam os benefícios privados e não apontam novas formas de financiamento universais que garantam a superação das enormes desigualdades intraurbanas, verificadas principalmente nos países periféricos, como o Brasil. Fatores como a obsolescência dos instrumentos tradicionais do urbanismo moderno, o imperativo da competição interurbana e os resultados positivos obtidos em algumas cidades com a utilização combinada dos instrumentos de gestão através de um conceito de gestão integrada, tem provocado uma tendência geral de enfrentamento dos problemas urbanos através de intervenções localizadas (SILVA S., 2005).

No campo da gestão urbana espera-se que, quando dotadas de uma visão multisetorial de conjunto, determinadas intervenções públicas no espaço da cidade possam deflagrar processos de reestruturação, revitalização, ou mesmo de renovação urbana. Dentro destes aspectos, o governo federal institui seus diversos instrumentos para dar as diretrizes do ordenamento do espaço, sistematizando estes em ações municipais de gestão urbana através do Estatuto da Cidade, que estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana, para que esta atenda a sua função social (DE GRAZIA, 2002), norteando um conceito de gestão integrada através dos Planos Diretores Municipais, que devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo na implementação e gestão das decisões do Plano, possibilitando o acesso democrático à cidade.

Segundo Silva S. (2005) entre as diretrizes gerais da política urbana no Estatuto da Cidade é possível destacar os seguintes aspectos: a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; a gestão democrática das cidades, afirmando a necessidade de um processo transparente e participativo nas escolhas do destino das cidades na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; o planejamento do desenvolvimento das cidades de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, respeitando-se os limites dos ecossistemas.

A gestão democrática das cidades torna-se assim imperativa para a construção do planejamento urbano, possibilitando a criação de um plano de ação integrando as seguintes diretrizes: Controle e orientação dos investimentos; instituição de um serviço especializado para fiscalizar o uso e ocupação do solo; integração das ações sociais, ambientais e econômicas; e o detalhamento de planos executivos específicos das prioridades, tais como habitação, transportes e meio ambiente (MARICATO, 2001). Além dos planos diretores em municípios da zona costeira, os planos de gerenciamento costeiro municipais e o projeto orla poderão prever normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, devendo prevalecer sempre às disposições de natureza mais restritiva.

O “Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo”, realizado pela Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2007), reúne uma série de informações que norteiam o conceito de orla no contexto urbano no Brasil. O texto introdutório aponta a transformação das capitais brasileiras em áreas metropolitanas nas quais a urbanização deu-se em grande parte fora da legislação urbanística, sem levar em conta os instrumentos de ordenamento territorial existentes hoje, ocorrendo o crescimento de assentamentos irregulares, geralmente em terras públicas, junto a córregos e baixios dos rios.

Os cursos de água em áreas urbanas passaram então a sofrer um maior impacto com a poluição por esgotos domésticos, sendo que nas grandes cidades, a contaminação resultante ultrapassa em muito o perímetro urbano, comprometendo áreas agrícolas e de interesse para a conservação da biodiversidade, este processo histórico, acabou mostrando-se como fator preponderante na formulação dos instrumentos públicos para gestão urbana.

A partir dos anos 1990 houve um interesse maior nos diversos níveis governamentais, pelo reconhecimento e ordenamento dos assentamentos informais, através da implementação de projetos de reurbanização, afim promover sua regularização fundiária. Os municípios, especialmente os mais estruturados, promoveram essas iniciativas, fortalecidos institucionalmente com seu reconhecimento constitucional como responsáveis pelo uso e ocupação do solo urbano a partir do estabelecimento dos planos diretores municipais, e economicamente pelo apoio de financiadores nacionais e internacionais, com a execução de obras de saneamento, estabilização geotécnica, reconstrução e reforma de residências, além das necessárias remoções de famílias em áreas de risco ou em locais de alta densidade (FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2007, p. 01).

Nas últimas duas décadas, o projeto “Estudo dos Processos de Mudança no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, 2004) desenvolveu uma série de estudos articulados, temática e metodologicamente, para entender o que representa os impactos das cidades sobre os cursos aquáticos em regiões tropicais, tomando como referência a cidade de Belém cujo adensamento urbano comporta aproximadamente três milhões de habitantes, revelando as mais altas taxas de ocupação humana na Amazônia a nível econômico, industrial e no setor de serviços, apresentando mudanças no sistema de transporte, de portos e comunicação.

Estas mudanças socioeconômicas apresentam-se em macro-dinâmicas regionais, sendo a expansão para novas áreas e a capacidade de atrair investimentos e população, fatores que alteram rapidamente o território, polarizando dezenas de cidades e vilas satélites que se situam nas áreas estuarinas, ocupando as margens de rios, igarapés e furos, ou se estendendo em direção às terras interiores e à costa paraense, na irradiação das regiões Bragantina, do Salgado e Guajarina (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, 2004).

No caso de Belém, sua orla assim como suas ilhas ficaram a margem do processo de planejamento e gestão do espaço urbano e seus benefícios foram limitados a determinados agentes econômicos (TRINDADE, 2006), este tratamento secundário é contraditório na medida em que neste espaço se exercem importantes atividades humanas tanto do ponto de vista econômico quanto social. Na cidade de Belém o processo de urbanização foi impulsionado pela diversificação da economia portuária e pela ocupação imobiliária na orla de rios e igarapés, devido principalmente sua localização próxima do centro urbano (TRINDADE, 1997).

Na orla encontram-se diversos estabelecimentos entre residências, comércios, institucionais, portos, galpões, praças, escolas, etc., cuja ocupação se deu através de um processo histórico, quando não existiam instrumentos de gestão territorial previstos em leis como o Plano Diretor Municipal e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (TRINDADE 2006; AMARAL, 2003), sendo ocupada de forma juridicamente irregular por empresas diversas e assentamentos, que se valem tanto da localização privilegiada para a atividade portuária, de movimentação de cargas e passageiros, quanto da precariedade do controle da ocupação do solo urbano (PONTE, 2004).

3.4 INDICADORES E SUA UTILIZAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO

Nos estudos dedicados à qualidade de vida, Santos e Martins (2002, p. 07) apontam que nos últimos anos houve um crescimento da pesquisa com foco em torno da realidade urbana, segundo eles “[...] a concentração das populações em cidades constitui um argumento justificativo de investigação sobre a qualidade de vida urbana”. Acrescenta-se a este comentário a importância de conhecer e avaliar os problemas que influenciam nas condições de vida dos cidadãos que são reconhecidos como de origem no processo de urbanização atual, muitas vezes intensa e desordenada.

Os indicadores neste caso mensuram a transformação ou resultado pretendido da aplicação de uma ação sobre um determinado público-alvo, mensurando a dimensão e a evolução de um determinado aspecto ou problema, gerando assim os conjuntos de sinais que permitem avaliar e monitorar estas características, permitindo a mensuração de resultados (VIEIRA, 2004), apontando, indicando, aproximando e traduzindo em termos operacionais as dimensões de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas partindo da caracterização de um estado inicial (JANNUZZI, 2005).

No campo das políticas públicas, os indicadores são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático, de maneira a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento de um determinado fenômeno social e o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes destes fenômenos (NAÇÕES UNIDAS, 1988 apud JANNUZZI, 2005).

Para isto, os indicadores traduzirem em cifras tangíveis e operacionais, características relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social a partir do qual se busca delinear as dimensões, os componentes ou as seções operacionais vinculadas. A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis de serem mensuradas, definindo-se a tipologia de indicadores mais adequada utilizada (JANNUZZI, 2001).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizando como fonte um documento apresentado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) elaborou o material “Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002”, onde foram apresentados 50 indicadores englobando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. Em 2004 uma nova versão revisada, ampliada e atualizada foi publicada e com esse novo material os indicadores passaram a ser 59, distribuídos nas quatro dimensões (TRENTIN, 2007). Segundo Jannuzzi, (2005) 12 são as propriedades cuja avaliação de aderência e de não aderência ou indiferença deveria determinar o uso ou não do indicador para os propósitos determinados:

- Relevância para agenda – esta deve gozar dos indicadores escolhidos em um sistema de formulação e avaliação de programas sociais específicos. Indicadores como a taxa de mortalidade infantil, a proporção de crianças com baixo peso ao nascer e a proporção de domicílios com saneamento adequado são, por exemplo, relevantes e pertinentes para o acompanhamento no campo da saúde pública no Brasil, na medida em que podem responder à demanda de monitoramento da agenda governamental das prioridades definidas nesta área nas últimas décadas.

- Validade – é desejável na medida em que se disponha de medidas tão “próximas” quanto possível do conceito abstrato ou da demanda de origem. Em um programa de combate à fome, por exemplo, indicadores antropométricos ou do padrão do consumo familiar de alimentos certamente gozam de maior validade que uma medida baseada em renda disponível.

- Confiabilidade – legitima o uso do indicador.
- Cobertura populacional e territorial – indicadores de boa cobertura são representativos da realidade empírica. Ex: Censos demográficos.
- Sensibilidade e especificidade – é importante dispor de medidas sensíveis e específicas que possibilitem avaliar rapidamente os efeitos (ou não-efeitos) de uma determinada intervenção nas ações que possam ser previstas nos programas de aplicação de políticas públicas.
- Transparência metodológica – busca a legitimidade nos meios técnicos e científicos.
- Comunicabilidade – garante transparência das decisões técnicas tomadas por administradores públicos.
- Periodicidade e factibilidade – é a facilidade de obtenção do indicador a custos baixos.
- Comparabilidade – precisa ser aplicável ao longo do tempo, pois permite que se melhore ao longo do tempo por meio da sua resolução de problemas de cobertura espacial e organização logística de campo.

Segundo Meadows (1998), intuitivamente todos nós utilizamos indicadores para monitorar sistemas complexos que precisam de controle. Os ensinamentos que as escolas passam para as crianças são expressos em testes e notas, médicos monitoram os pacientes através de temperatura corporal, exames de sangue e outros exames, economistas utilizam indicadores de liderança, indicadores de custo de vida e de desemprego. Portanto, indicadores são necessários para classificar a informação que usamos para entender o mundo, tomar decisões e planejar nossas ações, salientando que indicadores podem ser ferramentas de mudança, aprendizado e propaganda. A escolha dos indicadores é um determinante crítico no comportamento do sistema. O autor ainda menciona que quando o sistema analisado é complexo a busca por indicadores inclui tentativas, erros e aprendizado para definir indicadores adequados. Os indicadores não garantem resultados. Mas os resultados são impossíveis sem os indicadores corretos (MEADOWS, 1998 apud MONTANARI, 2006, p. 16).

Na manutenção das relações econômicas e sociais, a saúde, o bem estar e, em alguns casos, a própria sobrevivência das populações costeiras depende direta ou indiretamente das condições do sistema costeiro incluindo as áreas úmidas e regiões estuarinas, assim como as correspondentes bacias de recepção e drenagem e as águas interiores próximas à costa, bem como o próprio sistema marinho.

Com isso, a utilização de indicadores de aplicação na zona costeira é necessária nas tomadas de decisão políticas e administrativas sobre a gestão deste espaço. Sua aplicação para caracterização da orla em cidades com urbanização consolidada torna-se essencial para

avaliação e tomadas de decisão em se tratando de um sistema complexo, cujas elaborações de políticas e aplicações de instrumentos perpassam também pelo entendimento das demandas sociais e participação daqueles que usufruem desse espaço.

3.5 CINEMA COMO FERRAMENTA DA ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO URBANA

Desde que em 1870, o fotógrafo inglês Edward Muybridge demonstrou através do uso de fotografias paradas em intervalos controlados, que as quatro patas de um cavalo em pleno galope ficavam suspensas no ar ao mesmo tempo, inquestionavelmente colocou-se a base fundamental do uso do filme na pesquisa científica. Esse estudo foi o primeiro reconhecimento científico sobre detalhes efêmeros do movimento que não são facilmente capturados a olho nu, desde então muitas outras ciências tem utilizado o recurso do audiovisual como ferramenta, a exemplo dos psicólogos que as tem usado tanto no estudo animal como no comportamento humano (REYNA, 2005).

Reyna (2005) relata que foi em 1936 que os antropólogos Margaret Mead e Gregory Bateson fizeram uso efetivo da imagem para a análise cultural do comportamento, publicando ou exibindo seus registros juntamente com as descrições verbais. A partir dessas primeiras experiências, o audiovisual tem sido utilizado de duas maneiras: a primeira diz respeito a uma ampla gama de investigações que envolvem o audiovisual como ferramenta de pesquisa nos fenômenos culturais.

A segunda, ao grande interesse pelos filmes antropológicos e à produção destes, na utilização em salas de aula e outros auditórios, portanto, o uso do vídeo força-nos a considerar a importância de procurar, investigar e evidenciar novas estratégias de pesquisa de campo, dando suporte não só ao diálogo com as pessoas filmadas, mas à abertura de brechas na análise multidisciplinar daquilo que a imagem nos deixa ver. Desta forma, podemos ter uma real ruptura com as formas tradicionais de observar e descrever, já que as especificidades do audiovisual tornam possível a produção social do conhecimento.

A utilização de multimídias e do audiovisual como ferramenta na pesquisa científica também é discutido por Palmeira (2005), que aponta que a utilização de estratégias interativas pode trazer inúmeras contribuições à pesquisa acadêmica, tais como: facilitar o acesso às fontes de informações, economizarem tempo na divulgação de resultados, permitir um maior acesso a estudos produzidos pela comunidade científica, disponibilizar para a sociedade material de linguagem acessível no contexto de signos comuns, possibilitar uma maior

integração das comunidades científicas, permitir a modificação, o deslocamento ou em geral a transformação de objetos textuais, sonoros e visuais, entre outras.

Dentro deste contexto, um novo campo de análise urbana vem ganhando força na atualidade ao verificar a paisagem e o meio urbano como elementos constante nos filmes, tornando a sétima arte legítimo objeto de pesquisa, influenciando diversas áreas de conhecimento (NAME, 2006), ao se perceber sua relação extremamente próxima do contexto urbano, podendo mesmo ser considerada como um fruto industrial da cultura urbana, que de meados do século XIX até os dias de hoje denotou uma radical importância a sons e imagens no processo de comunicação das sociedades modernas, trazendo mudanças contundentes ao significado de representação da realidade por meio da comunicação (NAME, 2002).

Surgido em 1895, o cinema já em seus primeiros registros revelava um desejo de apreensão da paisagem urbana: o primeiro filme exibido ao grande público pelos Irmãos Lumière, *A Chegada de um Trem a Ciotat*, tinha em seu título e nas suas imagens uma cidade, personagem da ação. De 1896 a 1900, os irmãos cientistas enviaram operadores para diversas cidades da Europa, América do Sul, Ásia e América do Norte para que fossem registrados fotogramas de seus espaços urbanos. O cinema nascia como fruto da consolidação da metrópole, não só por ser uma invenção contemporânea ao enorme crescimento das cidades, mas, sobretudo por ser um produto industrial em sua forma, exibição e distribuição (NAME, 2002, p. 01).

Ao analisar a atuação dos irmãos Lumiere na gênese do cinema, Name (2006), aponta que além de um interesse documental e etnográfico, ao registrarem imagens de outras cidades, apresentavam sua invenção a futuros mercados e formavam seu público. A sétima arte, em sua origem, mostrava-se dependente da metrópole, pois é na multidão que se encontra o espectador cinematográfico. Por meio do cinema vive-se o espaço das mais diversas cidades, reais ou ficcionais, próximas ou distantes, não só como o resultado da experiência egocêntrica e social do espaço contínuo e em movimento proporcionada pela imersão, diátese e impressão de realidade, como também estão ligados à memória, ao afetivo, ao mágico e ao imaginário, formando um campo de representações simbólicas em que se tornam visíveis as sensações, percepções e representações do mundo (NAME, 2002).

Dada sua forma essencialmente construída e principalmente narrativa, bem como sua ampla difusão, as obras audiovisuais têm alterado significativamente a compreensão da realidade, confundindo-a com a ficção, apontando para a sobreposição entre realidade e imaginário como mais uma das características da vida moderna e sua extensa reprodução de imagens, que cada vez mais tem feito a dualidade entre falso e verdadeiro, real e imaginário sobressair no cotidiano, sobretudo no contexto urbano, entendido por Santaella (2003) como uma preocupação intensa com o lugar, o espaço de atuação e reprodução dos meios de

comunicação na sociedade, onde se “negociam significações”, considerando a fragmentação do espaço público e o papel dos meios de comunicação como agentes de estruturação, constituindo-se enquanto lócus para os debates sociais da atualidade.

Por isso, os meios de comunicação não podem ser vistos meramente como tecnologias de suporte; mas sim a representação do lugar onde se constrói a cidadania, onde se produzem subjetividades (SANTAELLA, 2003).

Estas mesmas representações constituem um universo mental que se interpõe entre as sensações recebidas e as imagens construídas que, além de cada vez mais tornarem visual a apreensão e experimentação do espaço urbano, influenciam sua leitura e compreensão, remodelando a realidade (CLAVAL, 1997 apud NAME, 2006).

Para Costa (2006), o estudo das representações que potencializam a relação cinema e cidades e justifica pelo fato de que hoje a concepção que temos do espaço é tanto um produto de mapas construído a partir de imagens de satélite e outras tecnologias avançadas quanto das imagens cinematográficas, fotográficas, televisivas e vídeográficas, associadas ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, bem como ao processo de globalização de problemas sociais e culturais, por isso mesmo é que o filme não apenas “descreve” os espaços, as cidades e os lugares, mais que isso, assume um papel central na construção das imaginações geográficas dos indivíduos, ajudando tanto a “inventar” essas cidades e lugares quanto influenciando o nosso entendimento, a manutenção e a reprodução desses mesmos espaços.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Zona costeira no Estado do Pará é dividida em 3 setores, o setor Atlântico Nordeste, o setor Estuarino e o setor da Ilha de Marajó, estando a cidade de Belém localizada no setor Estuarino. A zona central de Belém proposta por Amaral (2005) em sua dissertação de Mestrado que analisa os empreendimentos de revitalização da orla de Belém foi escolhida como objeto de estudo desta pesquisa por se enquadrar em um processo histórico de ocupação iniciado na orla, podendo ser avaliada segundo diferentes critérios e situações relacionadas à gestão costeira no seu atual quadro de uso e ocupação, esta área também se caracteriza por apresentar duas feições fisiográficas limítrofes, o canal da Tamandaré e o Canal da Doca.

Mesmo tratando-se de feições fisiográficas antrópicas (transposição e canalização de cursos d'água naturais), esses canais historicamente se configuram como importantes vias hidrográficas de comunicação com o centro da cidade, influenciando no seu processo de uso e ocupação, e hoje apesar de sua intrafegabilidade, são responsáveis pela drenagem de uma extensa área urbanizada da cidade e junto com o canal do reduto e a canalização subterrânea da 16 de Novembro, pela drenagem das microbacias hidrográficas da Tamandaré, do Comércio, do Reduto e das Armas.

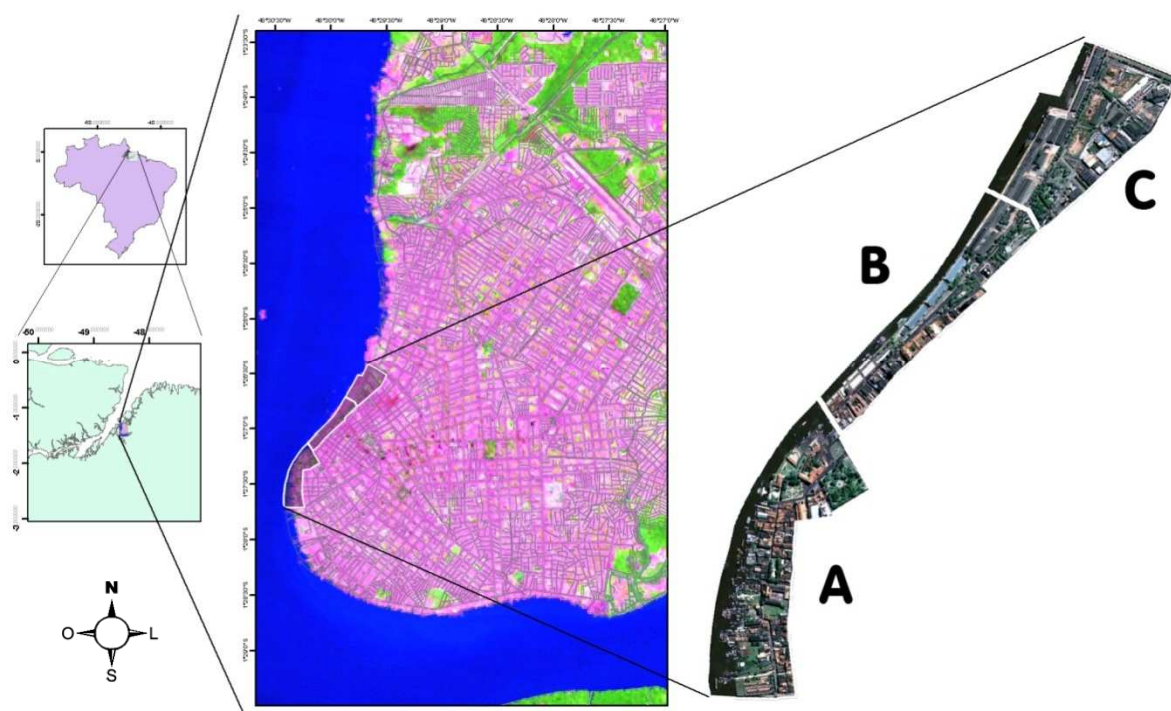
4.1 ASPECTOS GERAIS DA CIDADE DE BELÉM

Belém, capital do estado Pará, está situada a cerca de 1600 km ao norte de Brasília, distando aproximadamente 130 km do oceano Atlântico, com sua localização no extremo Norte da malha rodoviária brasileira BR-316 (Nordeste), BR-010 (Belém-Brasília) e PA-150 (Alça Viária), Belém pode ser facilmente acessada por vias terrestre, aérea e fluvial, sendo uma das principais entradas para toda a região norte do país. O acesso rodoviário, para quem vem do sul e centro-oeste do país, é feito pela Belém-Brasília até a cidade de Santa Maria do Pará, entrando na BR-316 e, na seqüência, pela PA 391. Para as outras regiões, o acesso é feito pela BR-316, e seguindo pela PA 391 (BELÉM, 2001).

A cidade conta com o Aeroporto Internacional de Belém, além de ser um ponto estratégico de acesso à região Norte através dos rios: Moju, Acará e Guamá. É a porta principal de entrada e saída do rio Amazonas, tendo a porção mais consolidada da cidade localizada a oeste, limitada pela Baía do Guajará, na confluência do Rio Guamá, tributário do Rio Pará. Possui uma área de 1.070,01 Km², seu nível mais alto fica a 15m do nível do mar, com algumas áreas sujeitas a inundações (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003).

Seu núcleo urbano está dividido oficialmente em 52 bairros e várias zonas de invasão sem infra-estrutura urbana. O município tem os seguintes distritos administrativos: Mosqueiro, Outeiro, Icoaraci, Benguí, Entroncamento, Belém e Guamá. A população de Belém é de 1.393.399 habitantes e sua densidade demográfica é de 1.315,27 hab/km², conforme dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 2010). Para este trabalho foi considerada a orla da zona central de Belém, segundo a divisão da cidade por zonas proposta por Amaral (2005) e levando em consideração a definição de orla do Código Florestal Brasileiro e do Projeto Orla (BRASIL, 1965, 2006a) (Figura 1).

Figura 1 - Localização da área de estudo, A) orla da Cidade Velha; B) orla da Campina; C) orla do Umarizal.



4.2 GEOLOGIA

Geograficamente, Belém está situada junto à foz de grandes rios que fazem parte das duas maiores bacias hidrográficas da região Norte, a do Amazonas e a do Tocantins. Esta localização é naturalmente favorável à sedimentação de terrígenos sob influência de retrabalhamento marinho. O subsolo de toda a região de Belém e largas áreas do entorno mostram a predominância de espessa coluna sedimentar, acumulada desde meados do período Cenozóico, estas colunas sedimentares encontram-se assentadas diretamente sobre o

embasamento cristalino a profundidades entre 350 a 400m, caracterizando o seguinte empilhamento da base para o topo: Embasamento Cristalino, Formação Pirabas, Formação Barreiras, Sedimentos Pós-Barreiras e Sedimentos Holocênicos (KOURY, 2006). O exame da coluna sedimentar indica a materialização de um sistema regressivo ao se perceber a presença de sistemas deposicionais marinhos na base da coluna (formação Pirabas) evoluindo para sistemas continentais no topo (formação Barreiras e pós Barreiras).

Verticalmente é possível perceber em áreas permanentemente emersas, estratos de origem clássica, constituídos por sedimentos inconsolidados de composição siltoarenosa, possivelmente com porções argilosas subordinadas, junto ao leito ativo da Baía de Guajará, estes sedimentos são recobertos por argilas negras orgânicas com porções arenosas, inconsolidadas (observação em loco feita pelo autor). Esta observação reflete a atuação de sistemas deposicionais estuarinos com aporte de sedimentos fluviais retrabalhados por atividades de maré, em conformidade com os ambientes predominantes na região onde se insere o município estando de acordo com trabalhos específicos já realizados na região (GREGÓRIO, 2011).

4.3 GEOMORFOLOGIA

A cidade de Belém em termos geomorfológico encontra-se levantada sobre baixos platôs amazônicos e planícies litorâneas. Em quase metade do município, o relevo está associado à dissecação de superfícies constituídas por sedimentos Pós-Barreiras e sedimentos holocênicos recentes, os pontos mais elevados encontram-se sobre planaltos terciários, com amplitudes entre 4m e 15m, perfilados por baixadas inundáveis referentes às microbacias de drenagem, formadas por áreas abaixo da cota 4,0m (CORREA, 1989, apud MATTA, 2002). Os mapas topográficos da zona central de Belém mostram na sua orla um padrão suave e relativamente homogêneo sem ressaltos evidentes no relevo, definindo uma rampa que declina desde a via de acesso paralelo a orla até as margens da Baía de Guajará (AMARAL, 2005).

4.4 SOLOS

Segundo Pinheiro (2005) no município de Belém existem sete unidades de solo: latossolo amarelo, lateritahidromórfica, concrecionário-laterítico, podzolhidromórfico, hidromórfico-gleizado, areia quartzosa e áreas aterradas, além de mais outros quatro tipos:

gley húmico, solos de igapó, solos de várzea e solos de terra firme descritos como característicos para a região, mapeados pelo autor.

4.5 CONDICIONANTES CLIMÁTICOS E HIDROLÓGICOS

O clima de Belém pertence à categoria climática “tropical úmido”, do tipo Af, segundo a classificação de Köppen (NASCIMENTO, 1995 apud MARANHÃO, 2007), cujas características principais são: altas temperaturas, oscilando acima de 18°C, ventos apresentando as seguintes especificações: direções principais de Nordeste (29%), Norte (10%) e Leste (9%), velocidade média dos ventos oscilando entre 2,6 a 2,9 m/s, períodos de calmaria de 45% ao longo de 12 meses. Altos índices de umidade relativa, chegando a 91% nos meses mais chuvosos do ar e precipitação atmosférica da ordem de 2.800 a 3.150 mm/ano (MATTA, 2002).

O fator insolação total de brilho entre 35% e 60%. Por outro lado, a nebulosidade observa variação média interanual de 6,6 a 6,8 décimos (OLIVEIRA E SOUZA, 1997, apud MATTA, 2002). Os altos índices pluviométricos são distribuídos em duas estações bem definidas. Sendo o período menos chuvoso, compreendido entre julho e novembro, com precipitação média mensal de 120 mm, e o período mais chuvoso, entre dezembro e maio, com precipitação média mensal de 300 mm, com balanço hídrico mostrando que a diferença entre a precipitação e a evapotranspiração apresenta valor positivo (MATTA, 2002).

4.6 HIDROGRAFIA

Belém encontra-se em uma região estuarina, as margens da baía de Guajará em sua porção noroeste, formada pela confluência dos rios Acará e Guamá as margens do rio Guamá em sua porção sul, compondo o sistema hidrográfico da foz do rio Pará, que por sua vez faz parte do complexo hidrográfico da foz da bacia do Amazonas (MATTA et al, 2005). Encontra-se numa península cuja área é intensamente irrigada, com 60% do território do município ocupado por microbacias formadas por diversos corpos d’água urbanos, sendo poucos os que se apresentam ainda com características naturais originais, responsáveis por grandes volumes de aporte de água superficial e subterrânea, que deságuam diretamente na baía ou ao sul no rio Guamá.

O alto índice pluviométrico, a movimentação das marés e a interação com as drenagens superficiais de Belém resultam no empilhamento dos corpos d’água superficiais

formando barragens hídricas naturais quando o nível das águas esta elevado. Este fenômeno faz com que o processo de escoamento seja paralisado ou revertido (pororoca urbana), produzindo inundações até mesmo em cotas mais elevadas do terreno.

As microbacias encontradas dentro da área de estudo, segundo Silva A. (2003), tem as seguintes características:

- a Bacia do Tamandaré com uma área de 1,74 km² com 36,21% de áreas alagáveis, compreendendo partes dos bairros da Cidade Velha, Batista Campos e Campina;
- a Bacia do Comércio tem área de 0,37 km², sendo 0,06 km² alagável. Inclui partes dos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto;
- a área da Bacia do Reduto é de 0,94 km² (22,34% alagável) abrangendo partes dos bairros do Reduto, Nazaré, Campina e Batista Campos;
- a Bacia das Armas compreende partes dos bairros do Reduto, Umarizal e Nazaré, possuindo uma área de 1,80 km², sendo 0,63 km² alagável (35%).

4.7 VEGETAÇÃO

A vegetação encontrada na orla da zona central apresenta um significativo grau de alteração antrópica devido à massiva instalação urbana, além de obras de infra-estrutura que suprimiram a vegetação original, onde foram encontrados poucos registros de vegetação secundária nos fundos de alguns terrenos, esta se apresentava como vegetação rasteira nas topografias mais altas e típica vegetação de várzea dentro da zona de entre marés, na maioria dominada por aningaís de porte máximo de 1m indicando uma vegetação pioneira (averiguação em campo).

4.8 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO URBANA DE BELÉM

A fundação de Belém data-se de janeiro de 1616, sendo o Forte do Castelo o marco inicial desse processo de ocupação. A partir do Forte, a cidade teve início se estendendo ao longo da baía do Guajará na área do atual bairro da Cidade Velha, com a abertura de duas ruas hoje chamadas: Siqueira Mendes e Dr. Assis. Suas transversais caracterizam uma primeira fase da ocupação. Na orla de Belém poucas foram as intervenções realizadas nesse período.

Pode-se dizer que nesse primeiro momento a paisagem da orla de Belém era marcada em sua grande maioria pela presença de elementos naturais, sendo poucas as intervenções urbanísticas realizadas de forma institucional na paisagem da orla da cidade que, segundo os

levantamentos históricos baseados na revisão bibliográfica de Amaral (2005), resumiam-se além do forte do presépio, a um pequeno porto da coroa portuguesa, uma alfândega, uma pequena capela dos carmelitas, uma casa do Capitão mor Bento Maciel Parente, uma igreja e o convento de Santo Antônio.

O surgimento do segundo bairro, a Campina, não se deu de forma contínua, pois havia um acidente geográfico que impedia sua expansão: o Igapó do Piri, que corresponde hoje a área da divisa dos bairros do Ver-o-Peso e da Campina, ao longo da Avenida Portugal e 16 de Novembro. A ocupação da Campina, provavelmente se deu devido à proximidade do Forte do Castelo, mesmo tendo o alagado do Piri como barreira geográfica, era mais vantajoso estar próximo ao Forte do que distante dele, visto que a expansão do primeiro bairro (Cidade Velha) esbarrou em outro acidente geográfico, o Igarapé da Tamandaré.

Para Trindade Jr. (1997) foi justamente essa condição desfavorável do sítio urbano, especialmente a presença do alagado do Piri, que fez com que as autoridades políticas, ao projetar a cidade, levassem em consideração esse problema de saneamento e de obstáculo à expansão urbana, criando um sério problema de saneamento e higiene para seus governantes. Fato este que vai se prolongar por mais de um século através de diversas tentativas de solução, desde as mais comuns, como o ensecamento, até as mais ousadas, como a proposta de transformar Belém na “Veneza brasileira”.

A partir dos anos de 1950, ocorreu uma intensa expansão horizontal na medida em que a cidade se expandiu contornando os acidentes hídricos, foram deixando grandes espaços desocupados, formados por terrenos alagados ou alagáveis de cotas baixas para onde se drenava parte dos esgotos das áreas mais altas, que passou a ser ocupado pela população de menor renda que se assentava em moradias diretamente sobre argila ou suspensas por palafitas. (AMARAL, 2005)

Segundo Amaral (2005), o crescimento da cidade dificultado pelas áreas institucionais e a necessidade de novas vias de transporte levou a valorização dessas áreas até então desprezadas pelo mercado imobiliário e procuradas pela população de baixa renda. Essa população, pelo seu contingente numérico e pelas precárias condições do local, pressionou para que providências fossem tomadas pelo poder público. Em 1959 foi criado o Conselho Permanente do Plano Diretor da cidade, presidido pela Secretaria de Obras do Município. Sua responsabilidade era realizar pesquisas urbanas de caráter físico, econômico e social e assessorar a ação do Poder Executivo Municipal quanto a assuntos urbanísticos, entre outros.

Amaral (2005) também cita que a preocupação com as áreas alagadas de Belém existiu desde sua fase colonial, mas essas áreas não eram consideradas de forma global, pois

envolviam um custo muito alto e buscavam-se ações parciais visando resoluções imediatas que muitas vezes agravaram a situação natural, como o aterramento do Piri, construção de diques de Val-de-Cans e da Estrada Nova, abertura de canais da Almirante Tamandaré (década de 50 do séc. XX) e da Doca de Souza Franco (década de 70 do séc. XX) que poderiam ampliar o problema com a questão do alagamento em vez de resolve-lo, pois a água não teria como escoar livremente e sem as depressões naturais onde ela se acumulava, acabava se espalhando sobre uma área ainda maior, sendo a expulsão dos moradores de baixa renda outro fator percebido neste ultimo processo, com a transformação da Doca em área nobre, já como primeiro indício da especulação imobiliária próxima da orla da cidade.

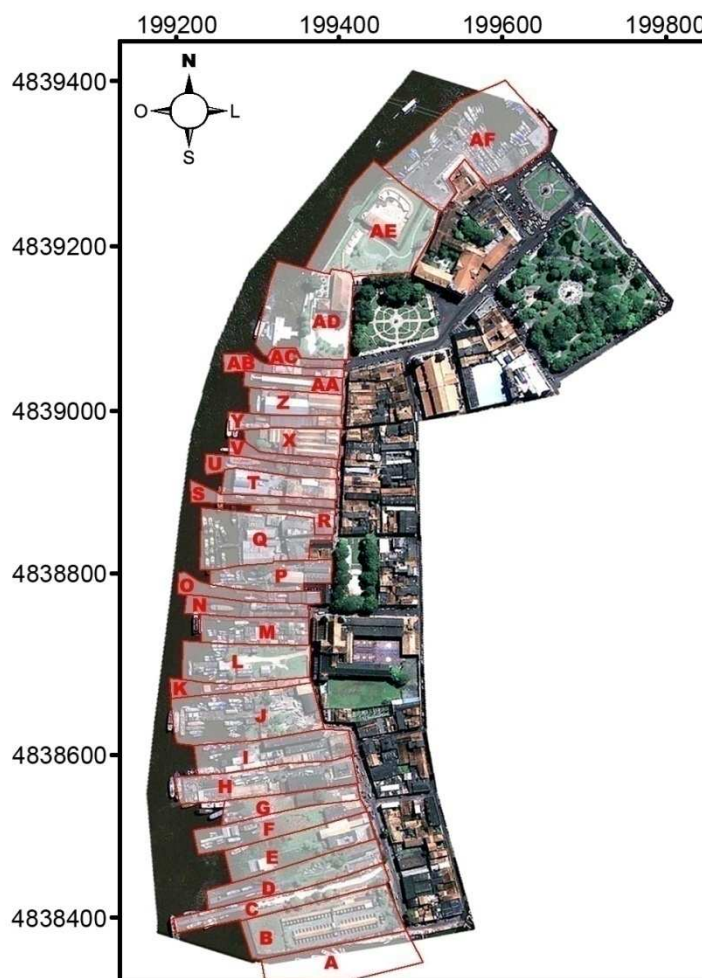
5 IDENTIFICAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA MARGINAL

No monitoramento de barco foi possível visualizar os canais que cortam a orla na Zona Central de Belém, entre os quais: Canal da Tamandaré e o Canal da Doca. Verificou-se que esses coincidem com a divisão por zonas proposta por Amaral (2005) como da área Central de Belém, sendo utilizados como marco de divisão entre as sub áreas consideradas na caracterização da ocupação da orla a divisão por bairros, desta forma, verificou-se a presença de emissários de esgoto, áreas vegetadas, áreas de acúmulo de resíduos sólidos, ocupação da margem, áreas com evidência de erosão, presença de obras de contenção, trapiches, ancoradouros, rampas e pontos referentes a atividade portuária para caracterizar o uso e ocupação destas áreas. A identificação em campo se deu no sentido Sul – Norte, a partir do Canal da Tamandaré até o Canal da Doca (Figura 2, 3 e 4).

5.1 ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DA CIDADE VELHA

A área marginal no bairro da Cidade Velha se estende do Canal da Tamandaré, na rua chamada de Arsenal da Marinha (continuação da Av. Tamandaré) até a área de docagem de barcos do Ver-o-Peso (Figura 2), onde antigamente se encontrava a área alagada do Igarapé do Piri, que foi completamente aterrado, havendo ali um complexo de Canalização subterrânea abaixo de toda a 16 de Novembro, se estendendo ainda abaixo da Avenida Portugal, ate ser jogado diretamente no rio, em local de venda e descarga de pescado. O monitoramento se deu no sentido Canal da Tamandaré, Doca do Ver-o-Peso e foram observadas as seguintes estruturas e características do uso e ocupação conforme segue nos subtópicos abaixo:

Figura 2 - Espaços ocupados identificados na orla da Cidade Velha



5.1.1 Porto do Canal da Tamandaré (A)

Utilização: Movimentação de cargas, principalmente material de construção (madeira, telha e cimento) para o qual se utiliza as duas margens do canal, por isso considerou-se a área analisada a partir da margem Sul.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em más condições, depósito de cargas a céu aberto, foi possível observar contenção de madeira na margem Sul, com chão de terra batida.

Descrição da Área: Área ao redor invadida devido à influência portuária segundo relatos de moradores, com comércio (bares e mercearias) e moradias. Ao interrogar os passantes sobre o porto, estes não souberam informar um nome oficial e nem sabiam se as condições de funcionamento do mesmo encontravam-se dentro da legalidade, apontando a utilização do espaço de maneira informal.

Fotografia 1 - Final do canal da Tamandaré, na Rua do Arsenal da Marinha.



5.1.2 Los Piratas (B)

Utilização: Motel.

Material e Características da estrutura: Construção de muro de tijolos sobre o muro de arrimo cercando o terreno, dentro da zona entre marés, é possível verificar a marca da linha de maré alta no muro de arrimo.

Descrição da Área: O Motel se estende desde a Rua São Boa Ventura até a margem da baía de Guajará e toma conta da margem Norte do canal da Tamandaré, foi possível notar um grande acúmulo de lixo no local.

Fotografia 2 - Final do canal da Tamandaré, entrada pela São Boaventura.



5.1.3 Porto Santa Efigênia (C)

Utilização: Trapiche para movimentação de passageiros e de cargas diversas possui área para depósito de carregamentos, estabelecimento privado.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em boas condições, pequenos depósitos de madeira.

Descrição da Área: O porto tem uma pequena área com depósito de carregamentos, divididas por boxes. Além disso, possui serviços de bar, transportadora e uma agência de turismo.

Fotografia 3 - Entrada pela São Boaventura, próximo a Tamandaré.



5.1.4 Porto Fluvial da SESPA (D)

Utilização: Secretaria de Saúde do Pará, Policia Social e Porto Fluvial com um trapiche.

Material e Características da estrutura: Trapiche de Madeira em boas condições de utilização.

Descrição da Área: A área engloba duas casas onde funciona a prestação de serviços públicos, além de um terreno extenso coberto de vegetação rasteira e vegetação de várzea próxima do trapiche.

Fotografia 4 - Entrada pela São Boaventura, próximo a Tamandaré ao lado do Porto Santa Efigênia.



5.1.5 Trapiche Estação Maré (E)

Utilização: Pequeno trapiche e casa tipo palafita nos fundos do estabelecimento, ambos desativados.

Material e Características da estrutura: Trapiche e casa de madeira, ambos mal conservados e parcialmente destruídos por ação da maré.

Descrição da Área: O Terreno na margem fica nos fundos do espaço de restaurante e boate Estação Maré e é coberto por vegetação de várzea que toma conta tanto da casa de palafita dos fundos quanto do trapiche.

Fotografia 5 - Entrada pela São Boaventura, ao lado da SESPA.



5.1.6 Trapiche (F)

Utilização: Pequeno trapiche e casa tipo palafita nos fundos com sinal de utilização.

Material e Características da estrutura: Trapiche e casa de madeira, em bom estado de conservação.

Descrição da Área: Terreno coberto na margem por vegetação de várzea gradativamente dando espaço para vegetação rasteira atrás de um salão de beleza e de um centro automotivo, com provável utilização desligada destes estabelecimentos, o acesso se dá através de um pequeno portão ao lado do salão de beleza.

Fotografia 6 – Entrada pela São Boaventura, no final da Rua Alenquer.



5.1.7 Terreno atrás de estacionamento (G)

Utilização: Aparentemente nenhuma.

Material e Características da estrutura: Terreno sem construções.

Descrição da Área: Terreno com topografia alta na margem, sem vegetação de várzea e sem sinais de erosão, apresentando vegetação arbustiva e rasteira da margem até a parte atrás de um depósito, cuja frente é utilizada como estacionamento, muitos barcos ficam ancorados na margem.

Fotografia 7 - Entrada pela São Boaventura, próximo do final da Rua Alenquer.



5.1.8 Porto da Palmeira (H)

Utilização: Trapiche para movimentação de cargas diversas e depósito de carregamentos, estabelecimento privado.

Material e Características da estrutura: Trapiche de alvenaria e madeira em boas condições, área asfaltada e depósitos de carga cobertos ou totalmente fechados.

Descrição da Área: Diversos estabelecimentos ao longo de toda a rua de acesso ao porto, como bar, restaurante, mercado e oficinas ao lado norte e prédio com lojas e apartamentos residenciais no lado sul da rua do porto, foi possível perceber acúmulo de lixo próximo a margem debaixo do trapiche.

Fotografia 8 - Ao longo da Rua Porto da Palmeira que se inicia no final do Beco do Carmo.



5.1.9 Porto do Sal (I)

Utilização: Casas tipo palafitas e Trapiche para movimentação de cargas.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em péssimo estado de conservação, antiga área do porto do Sal e de seu depósito e de cargas, hoje tomada por ocupação residencial e comercial alvenaria, madeira e em palafitas, ocupação irregular.

Descrição da Área: A passagem que dava acesso para o porto foi tomada por ocupações irregulares entre residências de alvenaria, madeira e palafitas, e comércios como oficinas, salão, bares, etc. Na frente se encontra o antigo Mercado do Sal, no passado foi um porto secundário de carga e descarga de Belém, que abastecia o mercado do Sal e outros estabelecimentos comerciais da cidade com produtos vindos das ilhas e região de entorno de Belém, encontrando-se hoje descaracterizado, com presença de um trapiche em mal estado de conservação na área onde ficava o porto, esta área também tem grande acúmulo de lixo onde se destaca o acúmulo de resíduos orgânicos principalmente de caroços de açaí.

Fotografia 9 - Ao longo da Passagem Porto do Sal atrás do Mercado do Porto do Sal próximo do Final do Beco do Carmo.



5.1.10 Porto Brilhante (J)

Utilização: Trapiche para movimentação de cargas diversas, depósito de carregamentos, estaleiro e posto de gasolina, estabelecimento privado.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em boas condições, área asfaltada e depósitos de carga cobertos ou totalmente fechados.

Descrição da Área: Possui dois prédios residenciais de 2 e 3 andares na frente do terreno, para o Beco do Carmo. Diversos estabelecimentos ao longo de toda a passagem de

acesso ao porto, como bar, venda de açaí, restaurante, mercado, oficinas, lojas, posto de gasolina e uma pequena praça.

Fotografia 10 - Ao longo da Passagem Porto Brilhante no início da Rua São Boaventura com Beco do Carmo.



5.1.11 Palafitas e trapiche da invasão ao lado do Posto Vasconcelos (K)

Utilização: Residências do tipo palafitas e trapiche utilizado para embarque e desembarque de pequenos carregamentos e transporte de passageiros da comunidade, ou atracadouro de barcos de uso dos moradores.

Material e Características da estrutura: Trapiche e casas de madeira em condições de uso razoáveis.

Descrição da Área: Diferente do porto no final do Canal da Tamandaré, aqui a invasão não ocorreu diretamente ligada à atividade portuária. A área antigamente era utilizada como via de acesso a orla, identificando-se motivos diversos para a ocupação, o que aponta para o oportunismo por se tratar de área central, apresentando residências de alvenaria, madeiras e palafitas percebe-se também algumas casas que oferecem prestação de serviços como o de comércios e bares.

Fotografia 11 - No final de "corredor de casas" em espaço invadido entre a área do Porto Brilhante e área do porto e posto de abastecimento Vasconcelos, de frente para o Beco do Carmo.



5.1.12 Posto Vasconcelos (L)

Utilização: Trapiche e Posto de Combustível para barcos em geral.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em condições de uso razoáveis, bombas de abastecimento, rua de acesso ate o Beco do Carmo de terra batida.

Descrição da Área: O posto possui uma área consideravelmente grande comparado com os outros portos, que poderia ser utilizada para depósito de cargas e instalação empreendimentos que oferecessem outros serviços e outros tipos de uso como lojas ou prédios residenciais, porém, são poucas as estruturas existentes ali, as que foram observadas aparentam ser voltadas para pesca (depósito de redes e frigorífico), não teve sua área invadida mesmo encontrando-se entre dois espaços de ocupação residencial irregular.

Fotografia 12 - No Beco do Carmo em frente à parte de traz da Igreja do Carmo.



5.1.13 Palafitas e trapiche da invasão em frente à Igreja do Carmo (M)

Utilização: Residências do tipo palafita e Trapiche utilizado para embarque e desembarque de pequenos carregamentos e transporte de passageiros da comunidade, ou atracadouro de barcos de uso dos moradores, porém com fluxo bem maior que o trapiche vizinho, da área invadida entre o porto Vasconcelos e Porto Brilhante.

Material e Características da estrutura: Trapiche de e casas de madeira em condições de uso razoáveis.

Descrição da Área: A área é de ocupação desordenada. Percebem-se diversas casas que oferecem prestação de serviços como o de oficinas, comércios e bares, provavelmente devido ao maior nível de complexidade e maior número de indivíduos residentes nesta área. O trapiche tem movimentação constante, também sendo utilizado para movimentação de cargas para fora da comunidade, um possível processo de ordenamento territorial poderia incluir a criação de porto público de pequeno porte, na área é possível perceber-se um amontoado de casas desde o chão até o nível de topografia mais alto da rua em frente, observando-se até três pavimentos de diferentes casas de madeira amontoadas, algumas delas sofrendo alagamento durante as marés mais altas, também é notório o grande acúmulo de lixo trazido pela maré, preso nos estancamentos abaixo das casas.

Fotografia 13 - Próximo ao início do Beco do Carmo.



5.1.14 Trapiche do Hotel Beira Mar (N)

Utilização: Trapiche particular para movimentação de passageiros do Hotel e pequenas cargas para uso do mesmo.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira bem preservado e deck sobre estrutura de estacas de madeira.

Descrição da Área: A área do hotel, incluindo o bar ao lado de sua entrada, ocupa uma área no final da Rua Dom Bosco, ocupando o espaço que preteritamente representava o prolongamento desta rua até a margem do rio.

Fotografia 14 - Nos fundos do Hotel Beira Mar no início do Beco do Carmo e final da Rua Dom Bosco.



5.1.15 Trapiche da Sede Náutica do Paysandu (O)

O Trapiche da Sede Náutica do Paysandu é o ultimo estabelecimento da Passagem Dom Bosco no início do Beco do Carmo.

Utilização: Trapiche particular para uso desportivo.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira razoavelmente preservado.

Descrição da Área: Fica nos fundos da Sede Náutica do clube, utilizado nas atividades náuticas do Paysandu.

5.1.16 Trapiche da Maqbel (P)

Utilização: Trapiche pequeno para movimentação da carga, de uso particular.

Material e Características da estrutura: Trapiche de Madeira, em condições de uso razoáveis.

Descrição da Área: Cercado de vegetação de várzea e palmeiras, o trapiche fica nos fundos do terreno da Maqbel, que inclui a loja e os dois depósitos de material elétrico, porém, a via de acesso do trapiche se curva em direção Norte, adentrando o terreno do complexo portuário no final da Joaquim Távora.

Fotografia 15 - Entrada na Siqueira Mendes em frente à Praça do Carmo nos fundos da loja e depósitos da Maqbel.



5.1.17 Porto (Q)

Utilização: Trapiche para movimentação de carga e Ancoradouro, de uso particular.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em forma de T e atracadouros na margem de estrutura de madeira sobre estacas, com aparente contenção nas extremidades, sobre o qual estão três galpões e uma área descoberta.

Descrição da Área: Estabelecimento portuário particular, sem identificação, tomando uma considerável extensão de Orla em comparação aos outros complexos portuários da Cidade Velha. Tem a entrada pouco perceptível, a área do complexo engloba duas casas e o terreno de fundo das mesmas, a passagem era conhecida como Beco do Cardoso no final da Joaquim Távora e dava acesso à beira do rio, fechada agora por um portão azul que fica próximo a esquina com a Siqueira Mendes.

Fotografia 16 - O porto se localiza no final da Joaquim Távora, onde a única referência é um Portão de ferro azul.



5.1.18 Deck da nova boate Açai Biruta (R)

Utilização: Esta sendo construída estrutura de madeira, provavelmente um deck com trapiche.

Material e Características da estrutura: Observou-se estacamento de madeira.

Descrição da Área: A área do terreno se estende dos fundos do espaço aberto da boate até o rio, apresentando vegetação de várzea e vegetação rasteira próximo da boate, em parte retirada para a construção que esta sendo realizada, cobrindo toda a vegetação.

Fotografia 17 - Terreno de fundos do anexo do antigo Espaço Cultural Cidade Velha, atual Açai Biruta.



5.1.19 Trapiche nos fundos de malharia (S)

Utilização: Aparentemente sem utilização.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em péssimo estado de conservação.

Descrição da Área: O trapiche provavelmente está desativado, encontra-se em terreno tomado pela vegetação de várzea, de fundos de uma malharia e depósito de tecido, cujo dono reside nos altos.

Fotografia 18 - Na Siqueira Mendes ao lado da boate.



5.1.20 Trapiche e Galpão da fábrica do guaraná Soberano (T)

Utilização: Trapiche para movimentação de carga e Galpão coberto, de uso particular sem movimentação de carga para terceiros.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em bom estado de conservação ao lado de um grande galpão para depósito de carga sobre estrutura de madeira sustentada por estacas.

Descrição da Área: A área fica nos fundos da fábrica e se estende num deck sobre a água, onde encontramos uma área coberta, o galpão e a área descoberta que dá acesso a estes.

Fotografia 19 - Nos fundos da Fábrica do Guaraná Soberano, na Siqueira Mendes.



5.1.21 Trapiche da Arapari (U)

Utilização: Embarque e desembarque de passageiros.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em bom estado de conservação, todo coberto com telhado e com corrimão.

Descrição da Área: A Área inclui o balcão de venda de passagens, terminal de espera, área arborizada, lanchonete, revistaria e escritório da empresa.

Fotografia 20 - Entrada pela Siqueira Mendes, nos fundos da empresa de transporte rodofluvial Arapari.



5.1.22 Trapiche da Sede Náutica da Tuna (V)

Utilização: Trapiche particular para uso desportivo.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira razoavelmente preservado.

Descrição da Área: Fica nos fundos da Sede Náutica do clube, utilizado nas atividades náuticas da Tuna Luso.

Fotografia 21 - Entrada pela Siqueira Mendes ao Lado do Porto Arapari.



5.1.23 Fundos de loja de artigos de borracha (X)

Utilização: Depósito e comércio de artefatos de borracha.

Material e Características da estrutura: Construção de alvenaria erguida sobre o muro de contenção.

Descrição da Área: A área toda é preenchida por um casarão antigo cujo terreno de fundo foi utilizado para construção de anexos mais recentes, a travessa Felix Roque se estende cortando a Siqueira Mendes ate a margem, este local antigamente era conhecido como beco do Bittar, nome da família dona do casarão de venda de artefatos de borracha, atualmente a rua é fechada por um portão de grade sendo utilizada como área de entrada da boate desativada que fica do outro lado da rua.

Fotografia 22 - Entrada no casarão de esquina da Felix Roque.



5.1.24 Trapiche e barco fundeado permanentemente (Y)

Utilização: Eram utilizados como deck de bar sobre estrutura de madeira, parte da área aberta da boate.

Material e Características da estrutura: Trapiche e deck de madeira sustentada por estacas com barco anexado a estrutura.

Descrição da Área: Área aberta da antiga boate Açai Biruta, antes desta se mudar para a esquina da Joaquim Távora.

Fotografia 23 - Entrada pela travessa Felix Roque, esquina com Siqueira Mendes, nos fundos de boate desativada.



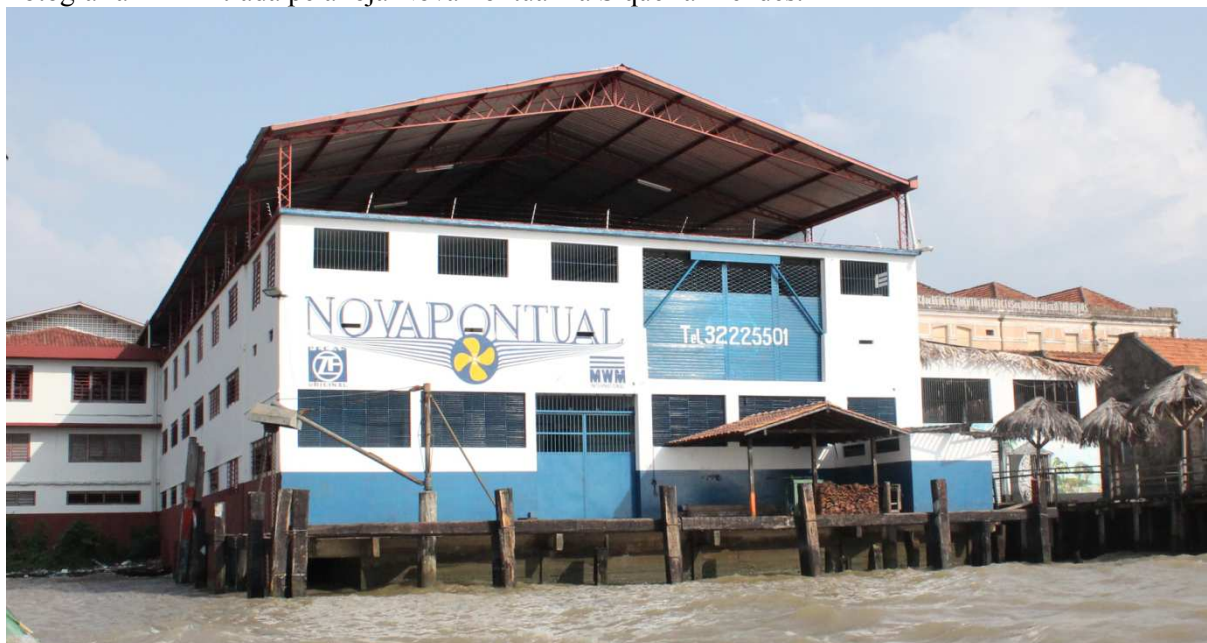
5.1.25 Atracadouro e Galpão da Nova Pontual (Z)

Utilização: O Galpão de armazenagem de peças e motores fica nos fundos da loja, e possui atracadouros ao seu redor, para barcos que fazem movimentação de carga.

Material e Características da estrutura: O galpão fica sobre estrutura de madeira sustentada por estacas que se estende sobre a margem.

Descrição da Área: A área atrás do galpão é destinada a movimentação da carga que abastece a loja.

Fotografia 24 - Entrada pela loja Nova Pontual na Siqueira Mendes.



5.1.26 Trapiche da Jarumã (AA)

Utilização: Embarque e desembarque de passageiros.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira em bom estado de conservação, todo coberto.

Descrição da Área: A Área inclui o balcão de venda de passagens, terminal de espera, lanchonete e escritório da empresa.

Fotografia 25 - Entrada pela Siqueira Mendes nos fundos da empresa de transporte rodofluvial Jarumã, ao lado da Sede Náutica do Remo.



5.1.27 Bar Palafita (AB)

Utilização: Área para apresentações musicais e disposição de mesas de bar.

Material e Características da estrutura: Estrutura de madeira sustentada por estacas com três ambientes cobertos e um a céu aberto.

Descrição da Área: A casa da frente não é utilizada, a área do terreno é totalmente concretada, com obra de contenção nas beiradas e se prolonga para dentro do rio através do deck de madeira que comporta quatro ambientes.

Fotografia 26 - Entrada pela Siqueira Mendes ao Lado da Sede Náutica do Clube do Remo.



5.1.28 Rampa da Sede Náutica do Remo (AC)

Utilização: Trapiche particular para uso desportivo.

Material e Características da estrutura: Trapiche de madeira razoavelmente preservado.

Descrição da Área: Fica nos fundos da Sede Náutica do clube, utilizado nas atividades náuticas.

Fotografia 27 - Entrada pela Siqueira Mendes no final da Av. Padre Champagnat.



5.1.29 Pier das 11 Janelas (AD)

Utilização: Trapiche para uso diverso.

Material e Características da estrutura: Trapiche de Alvenaria com obra de arte e acesso a casa das onze janelas e Forte do Castelo, sobre muro de arrimo construído com pedras de liós, é possível verificar dois pequenos emissários, provavelmente de águas da Casa das 11 Janelas.

Descrição da Área: A área faz parte do complexo Feliz Luzitania, as 11 Janelas incluem um casarão onde funciona um restaurante/bar e nos altos um espaço institucional do governo estadual, com área de fundos revitalizada, uma praça e o píer dando acesso à orla, geralmente utilizado para atracagem de barcos de porte médio a grande, com suporte de mais 3 estacamentos de atracagem para estabilização de embarcações.

Fotografia 28 - Em frente à praça Frei Caetano Brandão na Siqueira Mendes.



5.1.30 Forte do Castelo (AE)

Utilização: No Forte funciona um museu e é voltado para atividades de Turismo.

Material e Características da estrutura: Forte construído em pedra no período de criação da cidade.

Descrição da Área: O Forte do Castelo no passado foi uma fortaleza para a defesa do território Português, atualmente passou por revitalização e transformou-se num ponto turístico com praça e passagem para as 11 Janelas.

Fotografia 29 - Entre a Ladeira do Castelo e a Praça Frei Caetano Brandão, ao lado da Casa das 11 Janelas.



5.1.31 Atracadouros do Ver-o-Peso (AF)

Utilização: Atracadouros para movimentação de mercadorias, principalmente pescado e de suprimentos de verduras, frutas e legumes cultivados nas ilhas de entorno da cidade que abastecem o comércio de Belém, é utilizado com este fim desde o período de criação da cidade.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto, foi possível identificar quatro emissários ao longo do muro de arrimo, desaguardo diretamente na margem.

Descrição da Área: O Ver-o-Peso é um conjunto de atracadouros que se estendem sobre todo um muro de contenção que vai do forte do Castelo até a Av. Portugal se estendendo ainda onde se encontra a Feira do Ver-o-Peso, na Av. Portugal. Em frente à Praça do Relógio encontra-se a Doca do Ver-o-Peso, o local antigamente constituía a desembocadura do igarapé do Piri e a área de entorno era um grande Igapó, diferente dos outros canais da cidade que tiveram suas águas transpostas, esse canal foi completamente ensecado, porém, manteve-se a drenagem das águas através de canalização e sistema de galerias ao longo do antigo curso do Piri, que pode ser notada pela presença do emissário que cai diretamente na Doca do Ver-o-Peso.

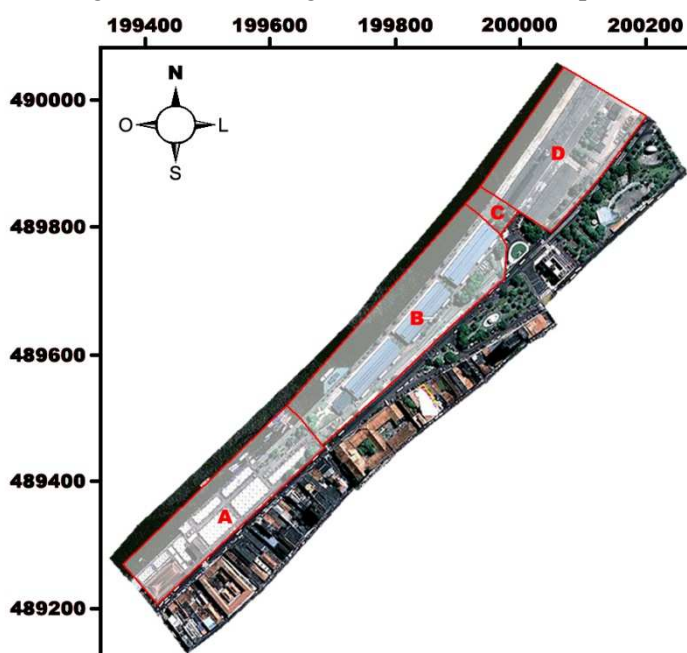
Fotografia 30 - Atracadouros do Ver-o-Peso: Ao longo da Av. Portugal até a Praça do Relógio, terminando no Forte do Castelo.



5.2 ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DA CAMPINA

A área se estende da doca do Ver-o-Peso, na rua Av. Portugal (continuação da 16 de Novembro), até o Final da Assis de Vasconcelos. O monitoramento se deu no sentido da doca do Ver-o-Peso para o final da Assis de Vasconcelos e foram observadas as seguintes estruturas e características do uso e ocupação (Figura 3):

Figura 3 – Área marginal no Bairro da Campina.



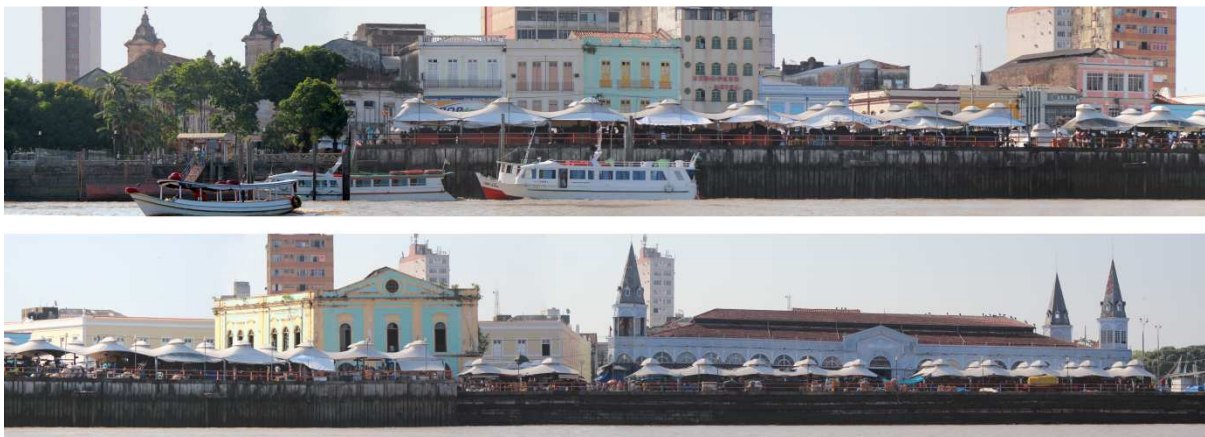
5.2.1 Feira do Ver-o-Peso (A)

Utilização: Comércio de mercadorias diversas e transporte de passageiros em terminal flutuante.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto, foi possível verificar a presença de um único emissário, na Praça do Pescador, próximo ao segundo terminal hidroviário pouco antes do início da Estação das Docas.

Descrição da Área: A feira do Ver-o-Peso foi o primeiro centro de comércio de produtos da cidade de Belém, atualmente a feira inclui a venda de carnes, peixes e mariscos, nos dois mercados municipais (Mercado de Carne, entre a Rua Ocidental e a Oriental do Mercado do outro lado da Boulevard Castilho França e o Mercado de Ferro onde são comercializados peixes e mariscos, na área da Feira) além de área coberta onde são comercializados frutas, verduras, legumes, ervas aromáticas e medicinais, artesanato local, roupas e plantas, conta também com área destinada a restaurantes, bares e lanchonetes. O complexo possui dois pontos de atracagem com terminal de passageiros flutuante, onde atracam barcos que realizam o transporte marítimo de passageiros entre Belém e as ilhas de entorno, os dois terminais de venda e embarque se encontram na área da Praça do Pescador em frente ao estacionamento do Ver-o-Peso.

Fotografia 31 - Ao longo da Av. Boulevard Castilho França da Av. Portugal até o final da Rua Frutuoso Guimarães.



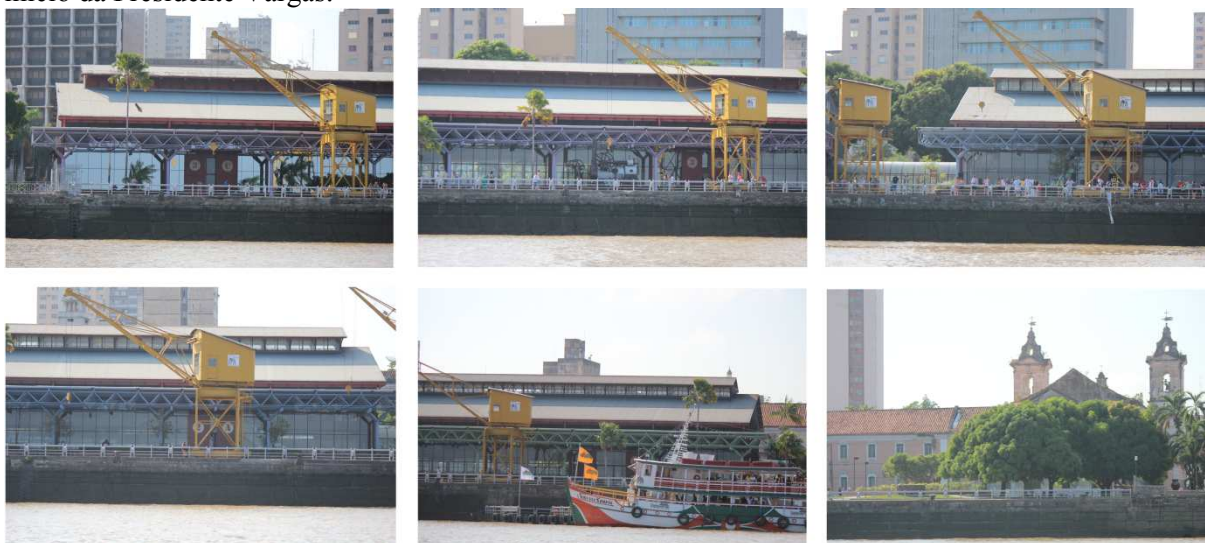
5.2.2 Estação das Docas (B)

Utilização: Trata-se de um complexo de lazer, cultura, comércio e turismo com diversas lojas e prestação de serviços como bar e restaurante, área aberta na beira do rio, ponto de embarque e desembarque de passageiros da Vale Verde Turismo e Teatro Maria Silva Nunes.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto sobre o qual se encontram três Galpões com estrutura de Ferro e vidro, foi possível verificar a presença de dois emissários desaguando na margem.

Descrição da Área: O complexo engloba uma praça com mirante e três galpões desativados da Companhia Docas do Pará, revitalizados para disponibilizar o serviço de bares e restaurantes, conta com um teatro e um píer flutuante com terminal de espera para passageiros, de onde saem barcos para passeio turísticos pela orla da cidade e das ilhas de entorno.

Fotografia 32 - Ao longo da Av. Boulevard Castilho França do final da Rua Frutuoso Guimarães até o início da Presidente Vargas.



5.2.3 Escadinha do Cais do Porto (C)

Utilização: Local para atracagem de navios, geralmente utilizado pela Marinha.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto e escadaria de acesso a embarcações acostadas.

Descrição da Área: A Escadinha do cais do porto tem um grande valor simbólico para a cidade, pois é o lugar aonde a imagem de nossa senhora de Nazaré chega após o Círio fluvial.

Fotografia 33 - Em frente à Praça Pedro Teixeira, que separa a Estação das Docas da Companhia Docas do Pará.



5.2.4 Armazéns 4, 4a e 5 da Companhia Docas do Pará (D)

Utilização: No local além de pontos para atracagem de navios e galpões para armazenagem de cargas, encontram-se também sediadas as autarquias e instituições cuja ação se interliga ao funcionamento do porto.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto sobre o qual se encontram três Galpões com estrutura de Ferro.

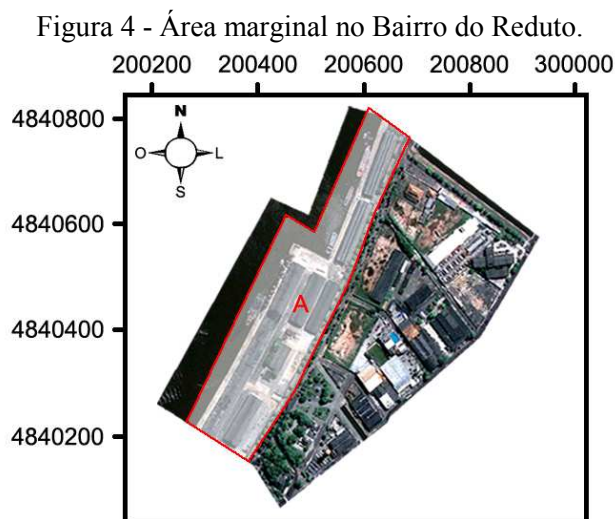
Descrição da Área: Além do muro de contenção com atracadouros e dos Galpões de armazenagem, a área conta com estacionamentos e pátio aberto onde também podem ser depositadas cargas.

Fotografia 34 - No início da Marechal Hermes (continuação da Boulevard Castilho França ao longo do bairro do Reduto) Em frente à Paratur.



5.3 ÁREA MARGINAL NO BAIRRO DO REDUTO

A área se estende do Final da Assis de Vasconcelos até o Canal da Doca de Souza Franco. O monitoramento se deu no sentido Assis de Vasconcelos para Doca e foram observadas as seguintes estruturas e características do uso e ocupação (Figura 4):



5.3.1 Companhia Docas do Pará (A)

Utilização: Toda a área é referente ao Porto Organizado de Belém, gerenciado pela Companhia Docas do Pará. No local além de pontos para atracagem de navios e galpões para armazenagem de cargas, encontram-se também o porto fluvial para transporte de passageiros, de onde saem os barcos para localidades como Soure, Macapá, Santarém, Manaus, etc.

Material e Características da estrutura: Muro de Arrimo construído em Pedra e Concreto sobre o qual se encontram três Galpões com estrutura de Ferro, é possível observar a presença de onze guindastes moveis de um barco guindaste de grande porte, além de um único emissário na altura do pavilhão 8e da desembocadura do canal da Doca de Souza Franco.

Descrição da Área: Além do muro de contenção com atracadouros e dos Galpões de armazenagem, a área conta com estacionamentos e pátios abertos, onde também podem ser depositadas cargas, porém, muitas destas áreas encontram-se subutilizadas ou desativadas.

Fotografia 35 - Toda a margem é ocupada pela Companhia Docas do Pará, pelos galpões 8, 8A, 8B, 9 e 10, além de dar acesso a estrutura dos galpões 11 e 12e ao porto graneleiro e Silos de Grãos da Ocrin, que já se encontram em área do bairro do Telegrafo, ao lado do Ver o Rio.



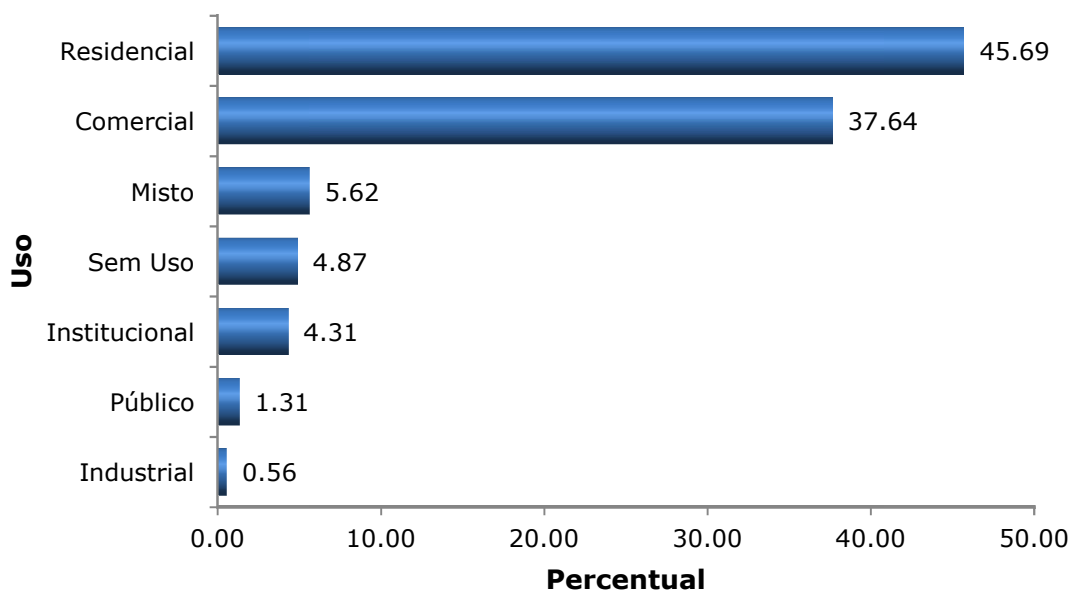
6 IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NA ÁREA TERRITORIAL DA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM

Caracterização da ocupação na área territorial da Orla da Zona Central de Belém, referente aos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto, sendo identificado o USO e o TIPO de utilização, foram analisados todos os espaços nas três áreas, observou-se que os números de endereço postal eram desorganizados e não seguiam uma lógica, muitas vezes servindo um mesmo número para mais de três imóveis de uso diferenciado, sendo desconsiderados nas análises.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DA CIDADE VELHA

Foram identificados 534 espaços caracterizados quanto ao uso e tipo de utilização. Quanto ao uso, verificou-se uma maior diversidade de utilização do espaço no bairro da Cidade Velha, encontrando-se representadas todas as categorias de uso, com uma maior porcentagem de uso “residencial”, seguido de uso “comercial” e “misto” (Gráfico1), geralmente imóveis antigos e históricos que abrigam famílias e comércios. Muitas destas casas ainda seguem uma tendência urbana pretérita, quando os comércios se instalavam no térreo e os altos eram utilizados para domicílio, sendo que em alguns casos o comércio era mantido pela própria família que residia nos altos da casa, este padrão ainda pode ser verificado nos dias de hoje e levou a classificação de uso como misto nesta avaliação.

Gráfico 1 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso da Área.



A maior parte dos imóveis “sem uso” (figura 37) era do tipo “casa” e “terreno” (tabela 1), refletindo a quantidade de casas antigas e terrenos abandonados, mas também foram incluídos nesta categoria imóveis sem utilização, fechados e para alugar. O uso “institucional” foi utilizado para definir espaços ocupados por órgãos públicos e entidades não governamentais, como igrejas, escolas, sedes de unidades institucionais, etc., sendo estes usados na categorização do tipo de utilização, destacando-se a sede da secretaria municipal de cultura, FUMBEL, a Assembléia Legislativa, as igrejas do Carmo, de Santo Alexandre, da Sé. O uso “público” representa a quantidade de espaços públicos na área, como praças, playgrounds, parques, etc., sendo usados para categorização do tipo de ocupação. Na Cidade Velha destacam-se as praças Frei Caetano Brandão, do Relógio, do Carmo e a Praça Dom Pedro II. Com a menor percentagem o uso “industrial” representa espaços ocupados por fábricas, na Cidade Velha destacam-se a fábrica do Guaraná Soberano e do Café Líder.

As cinco categorias de utilização com maior percentual verificadas na pesquisa foram “casa” (residencial e comercial), “comércio e serviços”, “apartamento”, “galpões e depósitos” e “bar, boate e restaurante” estes três tipos de utilização foram reunidos, pois sua procura geralmente atende os públicos em horários específicos, muitas vezes tendo seu funcionamento limitado a estes horários (tabela 1).

Tabela 1 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área.

Tipo	Uso							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Institucional	Misto	Sem Uso	Público	
Terreno	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	0,75	0,00	0,94
Apartamento	9,93	0,00	0,00	0,00	1,69	0,19	0,00	11,80
Casa	35,39	11,42	0,19	1,12	1,69	2,81	0,19	52,81
Escritório	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37
Comércio e Serviços	0,00	10,30	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	10,49
Misto	0,37	0,19	0,00	0,00	2,25	0,00	0,00	2,81
Galpão e Depósito	0,00	6,74	0,37	0,00	0,00	0,56	0,00	7,68
Estacionamento	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,12
Hotéis e Motéis	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37
Escolas e Universidades	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00	0,00	0,00	0,19
Cinemas e Teatros	0,00	0,00	0,00	0,56	0,00	0,00	0,00	0,56
Clubes e Academias	0,00	0,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56
Unid. Institucional	0,00	0,00	0,00	1,69	0,00	0,37	0,00	2,06
Igreja	0,00	0,00	0,00	0,75	0,00	0,00	0,19	0,94
Bar, Boate e Restaurante	0,00	4,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,68
Mercearia e Lanchonete	0,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75
Posto de Gasolina	0,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37
Praça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,94	0,94
Porto	0,00	0,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56
Total	45,69	37,64	0,56	4,31	5,62	4,87	1,31	100,00

O tipo de uso considerado como “casa” baseia-se na observação de o imóvel ser destinado a apenas uma utilização, comercial ou residencial, e preservar características da arquitetura original. Alguns imóveis de uso residencial refletem a descaracterização da arquitetura colonial, devido à construção de anexos ou andares acima da estrutura original ou se tratando de construções mais contemporâneas de três, quatro e até seis andares, sendo identificados como tipo de utilização de “apartamento”.

Muitos dos imóveis de uso comercial desta área também sofreram uma total descaracterização de sua arquitetura original para adaptar-se ao comércio ou se tratando de construções contemporâneas, sendo caracterizada como tipo de utilização de “comércio e serviços”, essa categoria é bastante abrangente, visto que inclui vários tipos de comércios, como lojas e oficinas de artigos diversos, reunidos no intuito de simplificar o universo das populações nas análises estatísticas.

Outra característica verificada foi que alguns imóveis de uso comercial se tratavam de galpões onde eram comercializados produtos, principalmente material de construção, material elétrico e peças de motores, nestes galpões a área da frente era voltada para o comércio e os fundos serviam como depósito, sendo que em alguns estabelecimentos, um

imóvel vizinho ou próximo da loja era destinado ao armazenamento dos produtos comercializados, sendo estes imóveis reunidos e categorizados como de tipo de uso “galpão e depósito”.

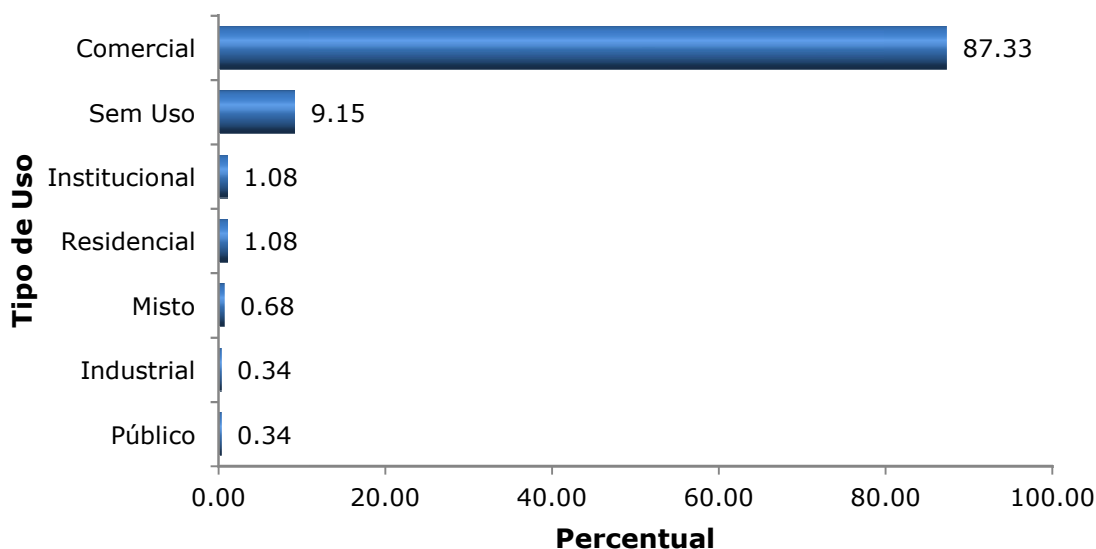
Foi utilizada uma categoria de tipo de utilização também chamada de “misto”, diferente do uso misto, esta categoria reflete a diversificação de atividades sem que se percebesse uma clara divisão do espaço, como a existência de pequenas vendas em estabelecimentos residenciais, diferentes tipos de comércios no mesmo espaço ou serviços diversos oferecidos num mesmo lugar.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DA CAMPINA

Foram identificados 1476 espaços caracterizados quanto ao uso e tipo de utilização. Quanto ao uso, verificou-se uma maior porcentagem de “uso comercial” (87,33%), fato que remete a um processo histórico de ocupação voltado para o comércio das “drogas do sertão”, da borracha, de produtos agrícolas e pescado comercializados a nível local (Gráfico 2). Diferente da Cidade Velha onde o uso residencial tem um maior percentual em relação ao comercial, na orla da Campina quase não se encontram domicílios. É onde hoje se encontram a Feira do Ver-o-Peso e a Estação das Docas, complexos que ocupam toda a faixa marginal, sendo os quarteirões após a primeira rua paralela a orla, ocupados por diversas lojas. Observou-se também uma grande atividade do comércio informal, sendo inúmeras as barracas tomando as calçadas ou mesmo ruas entre os quarteirões, muitas delas completamente fechadas pela atividade comercial informal, sendo também grande o número de vendedores ambulantes em movimentação na área.

A maior parte dos imóveis “sem uso” representava lojas fechadas, porém foram encontradas algumas casas antigas em completo abandono, algumas destas foram ou estão sendo recuperadas para uso institucional, a exemplo dos espaços culturais do SESC e do SINDIFISCO, em frente a Estação das Docas, próximo da Igreja das Mercê, outro espaço de uso “institucional” que se destaca é o prédio do Banco Central.

Gráfico 2 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Campina, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso da Área.



No bairro da Campina, são três os tipos de utilização da orla identificados dentro do maior percentual, apresentando a categoria de “comercio e serviços” como o tipo de maior representatividade, refletindo a quantidade e diversidade comercial nessa área. (tabela 2). O segundo maior percentual é da categoria “mercearia e lanchonete”, que abrange pequenos comércios, padarias e lanchonetes, dispostos principalmente dentro da área de alimentação do Ver-o-Peso e Estação das Docas; e em terceiro “bar, boate e restaurante” representada pelos inúmeros bares e restaurantes da área de alimentação da feira do Ver-o-Peso e na Estação das Docas, verificou-se que a demanda destas duas categorias é de público que se constitui de freqüentadores ocasionais e de pessoas que trabalham na orla. Foi observado que muitas lojas haviam fechado, não havendo aproveitamento do espaço para outro fim, sendo consideradas como do tipo “comercio e serviço” dentro de “sem uso” representando 8,54% dos imóveis da área (tabela 2).

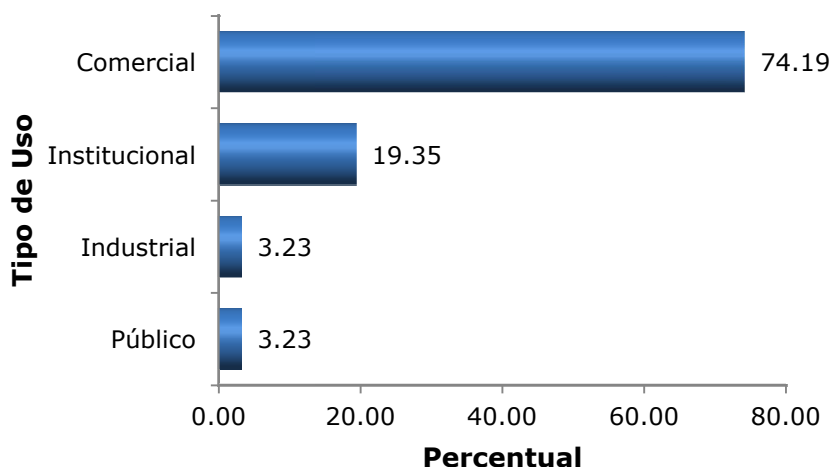
Tabela 2 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro da Campina, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área.

Tipo	Uso							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Institucional	Misto	Sem Uso	Público	
Apartamento	0,54	0,20	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00	1,08
Casa	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,00	0,68
Comércio e Serviços	0,00	57,32	0,00	0,00	0,00	8,54	0,00	65,85
Misto	0,07	0,07	0,00	0,00	0,68	0,00	0,00	0,81
Galpão e Depósito	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
Estacionamento	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
Hotéis e Motéis	0,00	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
Hospitais e Clínicas	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
Prédio Industrial	0,00	0,00	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
Unid. Institucional	0,00	0,00	0,00	0,81	0,00	0,00	0,00	0,81
Igreja	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,07
Bar, Boate e Restaurante	0,00	12,20	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	12,26
Mercearia e Lanchonete	0,00	16,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,60
Praça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,34
Porto	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
Teatro e Museu	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,14
Banco	0,00	0,34	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,41
Total	1,08	87,33	0,34	1,08	0,68	9,15	0,34	100,00

6.3 IDENTIFICAÇÃO DO USO E TIPO DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO DO REDUTO

Foram identificados 31 espaços caracterizados quanto ao uso e tipo de utilização. Assim como se pode verificar no bairro da Campina, o “uso comercial” possui o maior percentual de área utilizada na orla do bairro do Reduto (74,19%), seguido por “uso institucional” (Gráfico 3), isto reflete um processo histórico onde foi marcante a instalação do porto organizado na cidade, tomando toda a área marginal do bairro do Reduto, sendo a área territorial destinada à utilização do porto, como depósitos, galpões, sede administrativa da Companhia Docas do Pará, estação de tratamento de água para abastecimento de navios, etc. caracterizando o retroporto.

Gráfico 3 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro do Reduto, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso da Área.



Os “terrenos” destinados a armazenagem de containeres, e “unidades institucionais”, referentes a sedes administrativas como a da Companhia Docas do Pará e da PARATUR, secretaria de turismo do Pará, representam as categorias com os maiores percentuais de tipo de utilização na área territorial da orla do Reduto, “mercearia e lanchonete” representa a categoria com o terceiro maior percentual, representando os trailers de lanche no final do Canal da Doca e outros pequenos pontos comerciais nos quarteirões após a primeira rua paralela a orla, “bar, boate e restaurante” tem o quarto maior percentual, destacando-se o bar e boate “African bar” e a boate “Usina”.

O tipo de utilização “porto”, apesar do baixo percentual, por se tratar de um único complexo portuário, representa o porto organizado de Belém, que toma praticamente toda a área marginal da orla do Reduto, o porto encontra-se subutilizado, fato que remete a transferência de parte de suas atividades a cidade de Barcarena havendo a diminuição no volume de movimentação de cargas, verificando-se galpões e armazéns de estocagem que se encontram desativados (tabela 3).

Tabela 3 - Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém, Bairro do Reduto, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Tipo de utilização da Área.

Tipo	Uso				Total
	Comercial	Industrial	Institucional	Público	
Terreno	16,13	0,00	0,00	0,00	16,13
Casa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Escritório	6,45	0,00	0,00	0,00	6,45
Galpão E Depósito	6,45	0,00	0,00	0,00	6,45
Banco	6,45	0,00	0,00	0,00	6,45
Hotéis e Motéis	3,23	0,00	0,00	0,00	3,23
Clubes e Academias	3,23	0,00	0,00	0,00	3,23
Prédio Industrial	0,00	3,23	0,00	0,00	3,23
Unid. Institucional	0,00	0,00	16,13	0,00	16,13
Bar, Boate e Restaurante	9,68	0,00	0,00	0,00	9,68
Mercearia e Lanchonete	12,90	0,00	0,00	0,00	12,90
Praça	0,00	0,00	0,00	3,23	3,23
Porto	3,23	0,00	0,00	0,00	3,23
Escola e Universidade	6,45	0,00	0,00	0,00	6,45
Total	74,19	3,23	19,35	3,23	100,00

7 CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO NA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM

Foi possível caracterizar a orla na zona central da cidade de Belém em três diferentes setores, o primeiro referente à orla do bairro da Cidade Velha como residencial e comercial, com presença de atividade portuária privada e informal, o segundo referente à orla do bairro da Campina como comercial, e a terceira referente ao bairro do Reduto, caracterizada como comercial com ênfase em atividade portuária relacionada ao porto organizado (tabela 4)

Tabela 4: Percentual da População de espaço ocupado identificado na Orla da Zona Central de Belém no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Uso e Bairro.

Uso	Bairro		
	Cidade Velha	Campina	Reduto
Comercial	37,64	87,33	74,19
Residencial	45,69	1,08	0,00
Institucional	4,31	1,08	19,35
Sem Uso	4,87	9,15	0,00
Público	1,31	0,34	3,23
Industrial	0,56	0,34	3,23
Misto	5,62	0,68	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

A Cidade Velha representa historicamente o primeiro espaço ocupado no processo que levou ao estabelecimento da cidade de Belém, a tendência voltada à atividade comercial portuária pode ser verificada ainda nos dias de hoje, ao verificarmos a quantidade de estruturas como trapiches e ancoradouros informais e portos particulares presentes na área marginal. Para além da primeira rua paralela a orla, encontramos diversas casas do período colonial ocupadas por famílias e comércios, sendo a utilização residencial maior que a comercial. Os espaços que proporcionam acesso a orla do Bairro da Cidade Velha estão ligados a atividade portuária, como os três portos privados, o porto informal na desembocadura do canal da Tamandaré e a doca do Ver-o-Peso, ao transporte de passageiros, nos terminais da Arapari e Jurumã, e a atividade turística no píer das Onze Janelas e Forte do Castelo.

Na área marginal, é possível verificar um processo de ocupação residencial irregular ao longo dos antigos becos que davam acesso a orla, em áreas aonde o processo de reestruturação urbanística não chegou, marcadas pela ocupação desordenada, inserida num

contexto onde as políticas voltadas para o ordenamento territorial e gestão do espaço levaram a uma reestruturação pontual, gerando estabelecimentos extremamente valorizados, como o complexo Feliz Lusitânia, recuperado através de iniciativa do Governo Estadual, esta diferença de realidade urbana dentro do mesmo bairro, enquadra o uso e ocupação do espaço na orla da cidade velha dentro do conceito de espaço luminoso e espaço opaco descrito por Milton Santos (1997), mas numa escala microregional.

Na orla do Bairro da Campina a ocupação comercial é intensa e pode ser observada desde a orla até os limites do bairro, caracterizando este como bairro comercial. Quase toda a área marginal do bairro da Campina é de livre acesso, onde se encontram a feira do Ver-o-Peso, a Praça do Pescador, toda a área externa da Estação das Docas e a Praça do Estivador, sendo a única área de acesso restrito é a que se refere aos galpões 4 e 5 do Porto de Belém.

Na área marginal, a Feira do Ver-o-Peso reúne inúmeros comércios e serviços, possuindo área voltada para alimentação com lanchonetes bares e restaurantes, comércio de frutas, verduras e legumes, carnes e peixes, artigos de vestuário, etc., voltados para o público em geral havendo ali grande circulação de pessoas, porem em comparação a vizinha Estação das Docas, é possível verificar o reflexo de vários dos mesmos tipos de utilização encontrados no Ver-o-Peso, como lojas, bares e restaurantes, estes porem, voltados para um público mais abastado, tornando este espaço bem mais valorizado, esta diferença caracteriza uma nítida segregação social do espaço na orla da Campina.

A orla do Bairro do Reduto é marcada pela presença do porto organizado, não havendo registro de utilização residencial, sendo este espaço caracterizado pela a atividade comercial, na maioria das vezes voltadas a atividade portuária, sendo os espaços institucionais encontrados nesta área também voltados direta ou indiretamente a esta atividade. Toda a orla é de acesso restrito com exceção do ponto onde se encontra o terminal hidroviário fluvial, voltado para o transporte de passageiros.

A subutilização do porto está ligada a mudança de parte das atividades ali realizadas, para o porto de Vila do Conde, em Barcarena, responsável principalmente pelo transporte de alumínio produzido no complexo industrial da Albras/Alunorte. A falta de incentivos públicos que impulsionassem um melhor aproveitamento da capacidade do porto de Belém reflete direcionamentos político administrativos avessos a sua modernização, investindo na utilização deste Espaço como área voltada para o turismo, evidenciado pela utilização dos primeiros três galpões de armazenamento como complexo turístico, referentes ao projeto do Estado que instituiu a Estação das Docas, no bairro da Campina.

8 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO

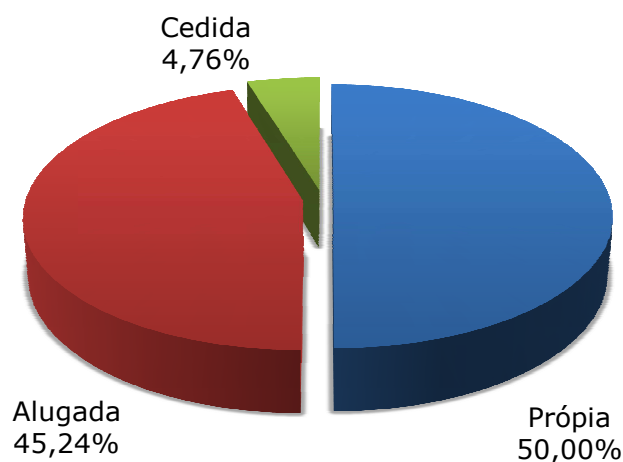
Amostragem realizada através de Questionário Sócio Econômico aplicado em 42 residências do total de 244 na orla do bairro da Cidade Velha, identificadas durante a primeira fase da pesquisa de campo e escolhidas de forma aleatória de acordo com a presença de moradores e disponibilidade, o questionário foi aplicado somente neste bairro por este apresentar característica de uso residencial, que não foi verificada na orla dos outros dois setores referentes aos bairros da Campina e Reduto.

As residências foram escolhidas de forma aleatória, em campo percebeu-se uma diferença muito grande entre as condições das residências da área territorial em relação aquelas encontradas na área marginal, que resultam de um processo de ocupação desordenada, sendo do total de residências amostradas, 23 residências na faixa territorial e 19 nas áreas de invasão, esta diferença não foi levada em conta nas análises estatísticas com base no questionário, que foi planejado a fim de se fazer uma caracterização geral, através de análise estatística descritiva que servisse de subsídio para a aplicação de indicadores, porém, mostrou-se indispensável diferenciar estas duas áreas na discussão dos resultados encontrados, onde levou-se em consideração os relatos e observações dos moradores, além dos resultados estatísticos proporcionados pela análise dos questionários.

8.1 CARACTERIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS

Verificou-se que das 42 residências, metade eram casas próprias, as outras eram alugadas, sendo um pequeno percentual de casas cedidas para a moradia, esta característica só foi percebida em casas no espaço identificado como de ocupação residencial desordenada, ao longo do Beco do Carmo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual da População de residências da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Situação de Residência.



Em relação ao tempo de residência, a amostragem revelou famílias que vivem na área entre 1 a 63 anos, sendo as categorias de tempo de residência divididas de 7 em 7 anos, como pode ser visualizado na tabela 5:

Tabela 5 - Percentual da População que reside na Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Tempo de Residência e Situação de Residência.

Tempo de Residência	Situação da Residência			Total
	Alugada	Cedida	Própria	
De 1 a 7	26,20	2,38	7,14	35,72
De 8 a 14	9,52	2,38	14,30	26,20
De 15 a 21	0,00	0,00	7,14	7,14
De 22 a 28	0,00	0,00	7,14	7,14
De 29 a 35	0,00	0,00	9,52	9,52
De 36 a 42	0,00	0,00	2,38	2,38
De 57 a63	9,52	0,00	2,38	11,90
Total	45,24	4,76	50	100

Percebeu-se que mais da metade das famílias entrevistadas residem na área há menos de 15 anos, sendo que destas, 35,72% residem entre 1 e 7 anos e 26,20% residem entre 8 e 14 anos. Na área territorial, a maior parte das residências do tipo “próprias” se tratam de casarões antigos do período colonial passados para os descendentes como herança, de posse da família há muitos anos, neste caso, quando informado um tempo de residência de poucos anos, averiguou-se a presença de familiar que já havia morado no estabelecimento geralmente quando criança, mudando para outros bairros de Belém e voltando a morar depois da morte

dos pais. A maior parte das casas nesta área é alugada e reflete uma situação parecida, em que o imóvel passou a ser alugado depois da morte do familiar que lá residia, sendo a família dona do imóvel moradora de outros bairros da cidade.

Na área marginal, foram encontrados espaços de ocupação desordenada, em que o maior tempo de residência encontrado foi de uma moradora vinda de Cametá, que vivia no Beco do Carmo há cerca de 40 anos, esta relatou que a invasão começou em meados da década de 70, no terreno abandonada da antiga empresa de navegação Rodomar, no espaço onde antes ficava uma rua dando acesso a orla, (provavelmente um prolongamento da Rua Dom Bosco) e depois tomando todo o terreno, as casas são quase todas do tipo palafita de madeira, construída pelos próprios moradores, a maioria vindos do interior, verificou-se também um grande número de casas alugadas nesta área, a invasão no porto do sal segundo relatos é ainda mais antiga que a do terreno da Rodomar, porém nenhum dos moradores entrevistados apontou um período certo para o início da invasão e os entrevistados que moravam lá haviam se assentado há menos de 10 anos.

Quanto ao local de origem, metade dos entrevistados apontou como origem a região metropolitana de Belém, a maioria destes relatou que a família morava em Belém, sendo citado também a cidade de Ananindeua. Outros 42,86% apontaram como origem cidades do interior, entre as quais Abaetetuba, Acará, Cameta, Igarapé Miri e Barcarena, no baixo Tocantins, Anajás, Soure, Bagre e Portel, no Marajó, além de Ourem, Vizeu e Curuçá. Dois moradores apontaram a origem como sendo de fora do país, no caso Itália e Paraguai e um apontou o Estado do Amazonas (Tabela 6).

Tabela 6 - Percentual da População que reside na Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Local de Origem.

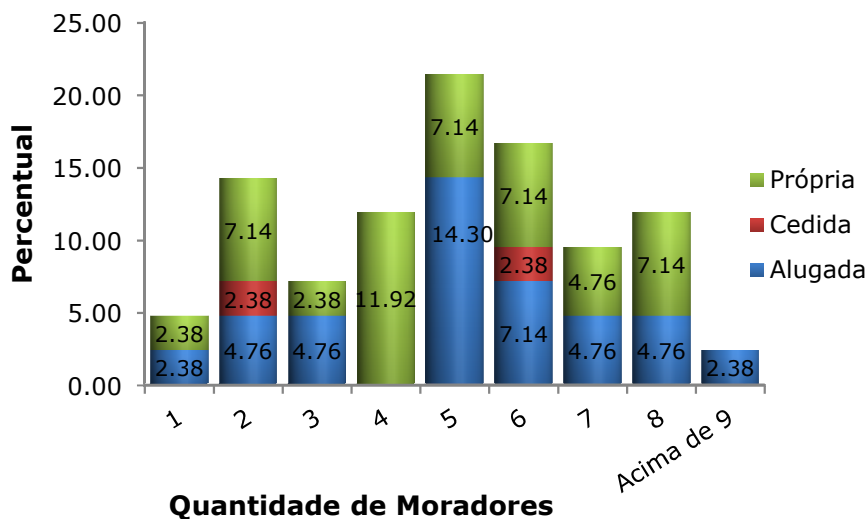
Local de Origem	Percentual
Região Metropolitana	50,00
Interior	42,86
Fora do Estado	2,38
Fora do País	4,76
Total	100,00

Nota: Itália e Paraguai

Em relação à quantidade de moradores por residência (Gráfico5), verificou-se que 38,1% se apresentavam até a categoria de 4 pessoas por residência, sendo a maioria moradores de casa própria, a categoria de 4 pessoas por residência apresentou a terceira maior

percentagem (11,92%) sendo todas residências próprias. 61,9% das residências tinham acima de 5 moradores e a maioria alugada, sendo que 21,44% das residências estavam na categoria de 5 moradores e 16,66% das residências possuíam 6 moradores.

Gráfico 5 - Percentual da População de moradores na Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Quantidade de Moradores e Situação de Residência.



Do total de residências, 26% das entrevistas apontaram um rendimento familiar igual ou menor a um salário mínimo, sendo estas localizadas nas áreas de ocupação irregular, o maior valor de rendimento familiar encontrado foi de R\$18000,00. A Renda Familiar em 62,15% dos domicílios estava entre R\$300,00 e R\$2040,00 em média de dois salários. 18,92% entre R\$2040,00 e R\$3780,00 com média de cinco salários, distribuídos segundo a tabela 7:

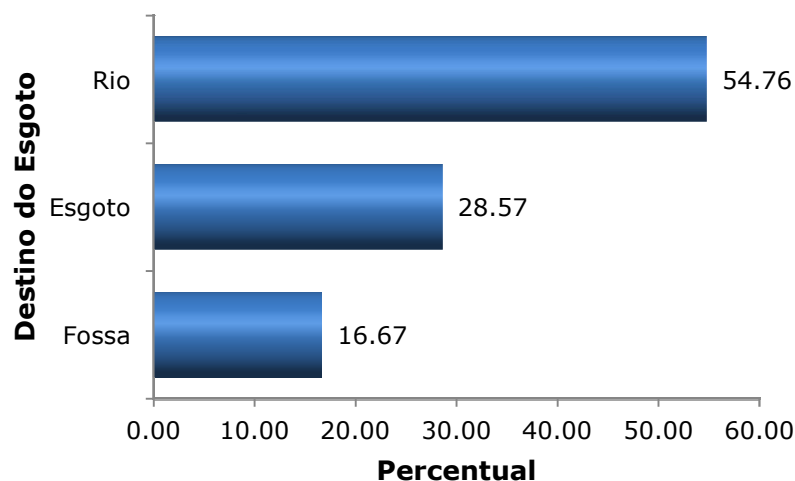
Tabela 7 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Rendimento Familiar e Situação Residência.

Faixa Rendimento	Situação da Residência			Total
	Alugada	Cedida	Própria	
300 -- 2040	35,13	5,41	21,61	62,15
2040 -- 3780	8,11	0,00	10,81	18,92
3780 -- 5520	0,00	0,00	8,11	8,11
5520 -- 7260	0,00	0,00	5,41	5,41
Acima de 7260	0,00	0,00	5,41	5,41
Total	43,24	5,41	51,35	100,00

8.2 SANEAMENTO BÁSICO

Em relação ao Saneamento básico foram feitas perguntas relacionadas ao Esgotamento Sanitário, Coleta de Lixo e Abastecimento de Água. Sobre o Esgotamento, o destino do Esgoto foi avaliado segundo o Gráfico 5:

Gráfico 6 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Destino do Esgoto.

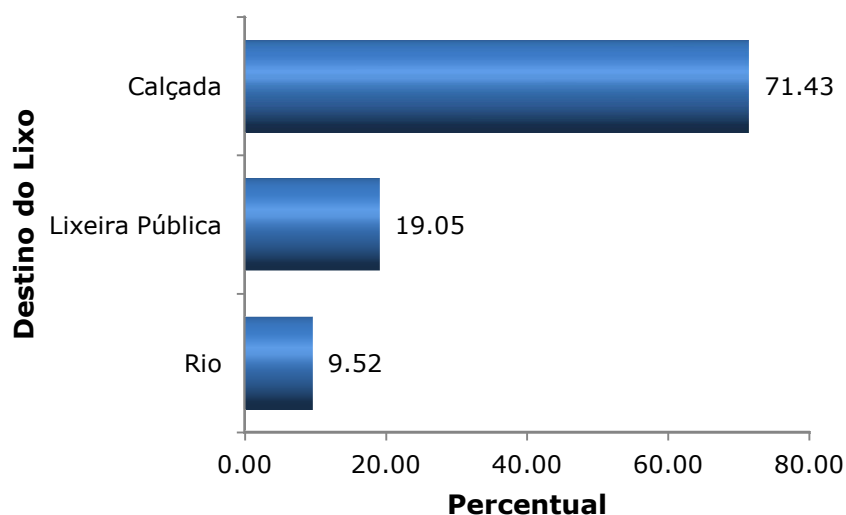


Verificou-se que em todas as casas da área marginal, o esgoto caía diretamente no rio, sendo levado pela maré, havendo relatos também que em algumas residências havia canalização improvisando levando os efluentes até locais mais distantes na margem. Nas residências na área territorial, foram relatados os três tipos de destino dos efluentes domésticos, sendo que aqueles que apontaram o rio como destino final, justificaram devido o

sistema de esgoto ser antigo, ser levado diretamente para o rio, os que apontaram que a residência possuía esgoto, em geral não sabia dizer se este passava por tratamento ou não antes de ser despejado em corpo hídrico. Os que indicaram como destino as fossas sanitárias revelaram uma preocupação relacionada à presença de poços artesianos em muitas casas vizinhas.

Quanto ao destino do lixo foi avaliado como se dava a coleta, ou se este tinha outros fins (Gráfico 6), aqueles que relataram que o lixo era deixado na calçada indicavam que este era recolhido pela coleta regular através dos caminhões de lixo da prefeitura, todas as residências entrevistadas na área territorial indicaram este destino ao lixo. Nas áreas de ocupação desordenada, a maioria das entrevistas nas casas próximas da igreja do Carmo na Rua Dom Bosco esquina com o início do Beco do Carmo, indicaram a calçada desta como destino final do lixo. Na área invadida próximo do Mercado do Sal os residentes indicaram as lixeiras públicas do mercado como destino final do lixo. Aqueles que indicaram como destino final o rio eram moradores das áreas mais afastadas da margem, sobre o rio.

Gráfico 7 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Destino do Lixo.



Perguntando sobre a frequência da Coleta de lixo, 76,19 % dos entrevistados relataram que o caminhão da prefeitura realizava a coleta todos os dias e apenas 4,76% relataram que a coleta era realizada menos de uma vez por semana (Gráfico 7), sendo que 89,74% dos moradores entrevistados consideravam a coleta suficiente (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Frequência de Coleta de Lixo por Semana.

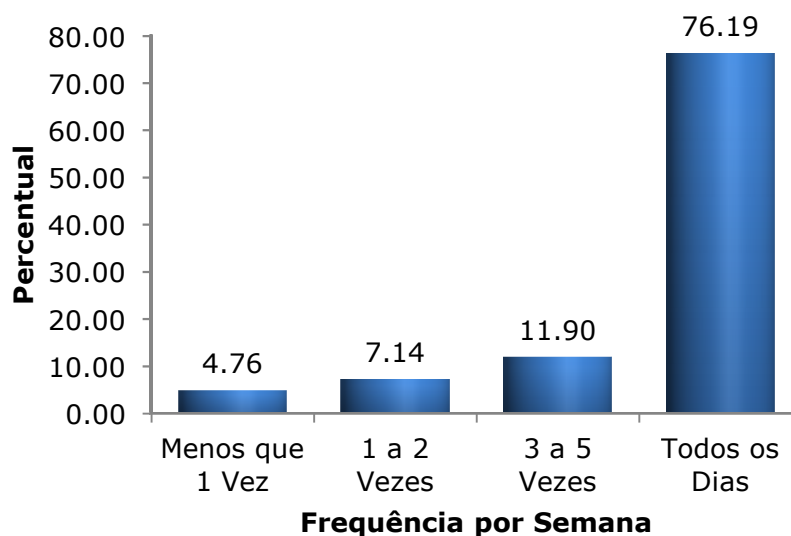
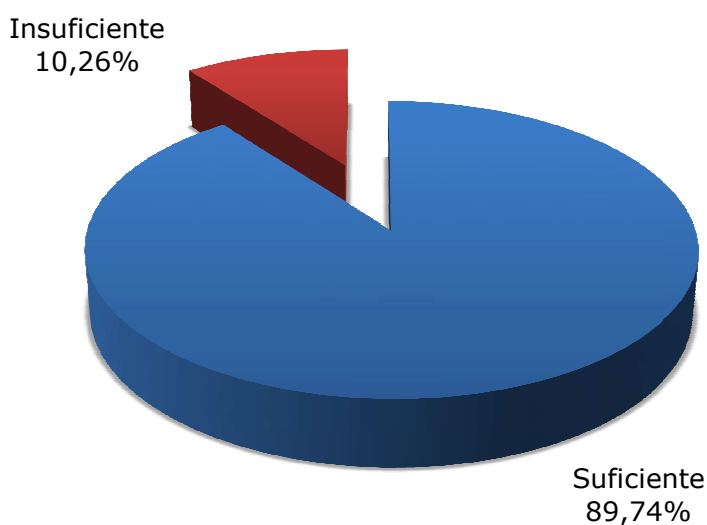


Gráfico 9 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, se é Suficiente ou Não a Coleta de Lixo.



Quanto à drenagem das águas pluviais, foi questionado se as ruas e casas sofriam alagamentos, verificou-se que 52,39% relataram que nunca a rua nem a casa sofreram alagamento, dos 9,52% que relataram que a rua alagava frequentemente, apenas 2,38% relataram que raramente a casa também alagava, e dos 38,09% que relatavam que a rua alagava raramente, apenas 4,76 relataram que raramente a casa também alagava (tabela 8). Na entrevista com moradores da Cidade Velha percebeu-se que são raros os casos de alagamento

na orla do bairro, analisando o que era falado durante as conversas foi possível perceber que a maioria dos que apontaram a existência de alagamentos, acabava ligando estes a eventos como maré cheia e chuva forte, sendo aqueles que relatavam alagamentos frequentes, moradores das invasões das áreas marginais, cujas casas ficam em topografia mais baixa que a da rua. Apesar da aceitação, cabe ressaltar o comentário de uma das moradoras da área territorial de que “[...] as valas aqui não tem sarjetas cobrindo e apesar de não ter problemas de alagamento, é perigoso de se cair dentro de um bueiro ou mesmo na beira da rua ao tentar atravessar”.

Tabela 8 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Alagamento de Rua e Inundação da Casa.

Alagamento da Rua	Inundação da Casa		Total
	Raramente	Nunca	
Frequentemente	2,38	7,14	9,52
Raramente	4,76	33,33	38,09
Nunca	0,00	52,39	52,39
Total	7,14	92,86	100,00

Foi averiguada a opinião geral sobre o Saneamento baseada no conceito dado em relação ao esgoto, coleta de lixo e drenagem (tabela 9). Em relação aos três aspectos utilizados para averiguar a opinião geral sobre saneamento básico, a opinião sobre a coleta de lixo foi a que mais contribuiu na percentagem geral, visto que nas outras categorias muitas pessoas preferiram não opinar ou não responderam sendo desconsiderados do universo da população. A maior percentagem sobre a opinião de saneamento foi da categoria “bom” com 42%, seguido por “razoável” com 30,1%.

Tabela 9 - Percentual da População moradora da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião sobre o Saneamento.

Opinião	Saneamento			Total
	Esgoto	Drenagem	Coleta de Lixo	
Ótimo	1,94	1,94	3,88	7,77
Bom	5,83	14,56	22,33	42,72
Razoável	9,71	9,71	10,68	30,10
Péssimo	7,77	9,71	1,94	19,42
Total	25,24	35,92	38,83	100,00

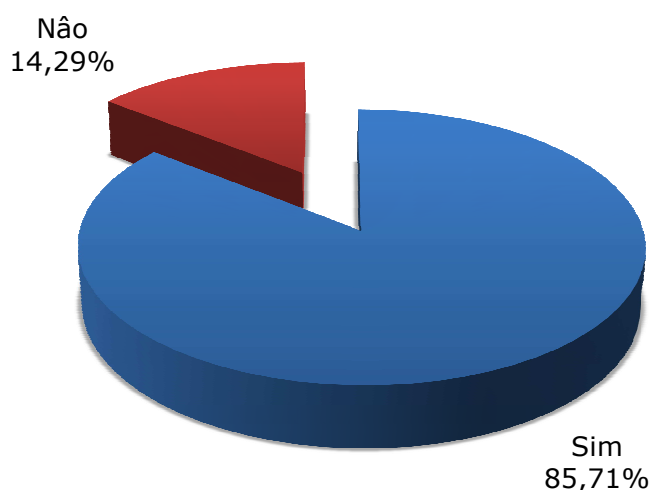
Durante o campo foi possível averiguar a grande diferença em relação ao saneamento básico na área marginal referente aos locais de ocupação irregular, e na área territorial, apesar da porcentagem de aceitação quanto a este serviço estar acima de 50% (ótimo + bom), muitos dos que não souberam responder ou que preferiram não emitir opinião eram moradores de áreas invadidas, que ao serem questionados do porque de não responder, mostravam indignação, se referindo a não contemplação com o serviço, ou ignorância quanto a uma forma de avaliação, torna-se então necessário apontar numa avaliação de indicadores sobre saneamento, um fator de diferenciação quanto ao tipo de ocupação.

8.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para avaliar o abastecimento de água questionou-se sobre a ligação, se era feita pela companhia de abastecimento ou pelo morador, se havia outra fonte de água como poço artesiano, se havia caixa para armazenamento de água, se o abastecimento era suficiente e a opinião sobre a tarifa e sobre a qualidade do serviço, obtendo-se os seguintes resultados.

Quanto à ligação de água, 85,71% relataram que a empresa de abastecimento fez a ligação, 14,29% relataram que a ligação foi feita pelos próprios moradores (Gráfico 9).

Gráfico 10 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Ligação Regular.

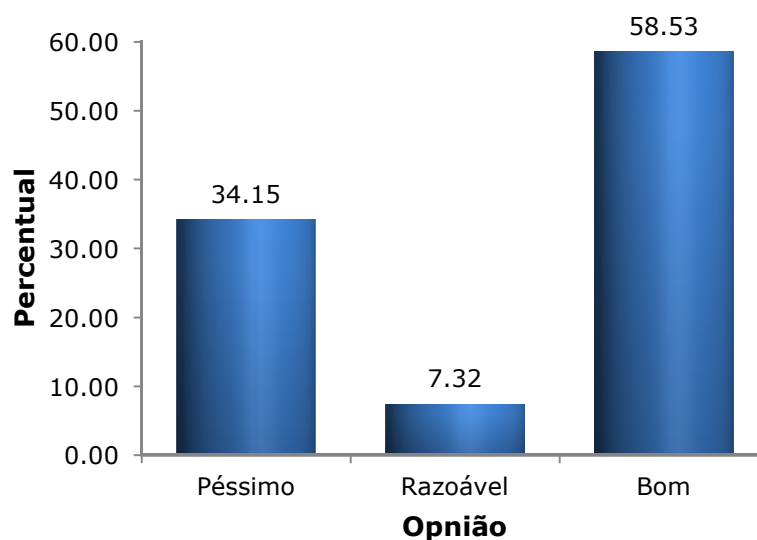


Todos que relataram que a ligação era irregular eram moradores da área marginal, a maioria do local de invasão próxima do mercado do sal, já nas áreas invadidas no início do Beco do Carmo, próximo a Igreja do Carmo foi relatado que há cerca de 8 anos houve um

esforço da prefeitura para garantir água encanada na localidade, sendo a ligação realizada pela empresa de abastecimento, de início foi cobrado uma taxa, porem nem todos pagam devido a visível dificuldade de cobrança, outros ainda relataram que eram isentos da taxa, a partir de então todas as novas ligações são irregulares. Na área territorial todos relataram que a ligação foi realizada pela companhia de abastecimento, porem, foi relatado que nem todos utilizavam do serviço por não aprovar a qualidade.

A opinião sobre a qualidade do serviço de abastecimento revelou que 58,53% dos moradores entrevistados achavam o serviço de boa qualidade (Gráfico 10), sendo importante pesar aqui que a maioria dos moradores de áreas irregulares utiliza como referencial o fato de não pagarem pela água e de a qualidade da água encanada independe por ser “melhor do que nada” relacionando a comodidade de ter acesso direto à água para o consumo, mais um fator que reforça a necessidade utilização de fatores diferenciados na avaliação da qualidade da água como indicador para os moradores de áreas de ocupação irregular.

Gráfico 11 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião de Qualidade do Abastecimento de Água.



Dos 34,15% de moradores que relataram que o serviço de abastecimento de água era péssimo, a maioria se tratava de moradores da área territorial da orla que utilizavam mais a água de poços artesianos do que do serviço de abastecimento, considerando como referencial o fato de a água do lençol freático ser de melhor qualidade em relação a do serviço de abastecimento.

Em relação à armazenagem e a presença de fonte de abastecimento alternativa, 54,76% disseram não possuir caixa d'água nem poço, 9,52% disseram que não tinha caixa d'água mas que tinham poço artesiano, 16,67% relataram que possuíam caixa d'água, mas não tinham poço artesiano, e 19,05% que possuíam tanto caixa d'água quanto poço artesiano (tabela 10).

Tabela 10 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Fonte de Abastecimento Alternativa e Armazenagem.

Caixa D'Água	Poço		Total
	Não	Sim	
Não	54,76	9,52	64,29
Sim	16,67	19,05	35,71
Total	71,43	28,57	100,00

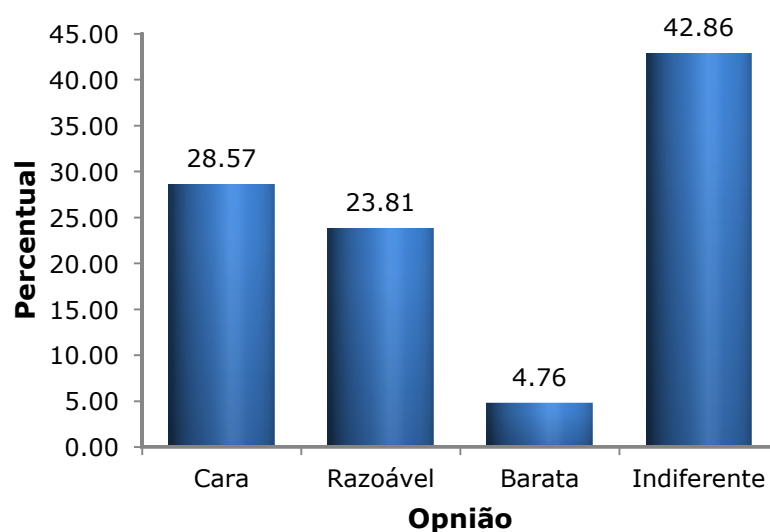
Dos moradores das áreas invadidas, nenhum relatou possuir caixa d'água, nem outra forma de armazenamento, também não relataram a existência de poço como fonte alternativa. Entre os moradores da área territorial, os que relataram possuir poço em casa também disseram que pouco ou nunca utilizavam o serviço de água oferecido pela empresa de abastecimento, denunciando a péssima qualidade do serviço, esse dado também se reflete na opinião sobre a taxa de água (Gráfico 11), muito dos moradores que possuem poço acham o serviço de abastecimento de água caro em relação à qualidade e aqueles que relataram só utilizar a água de poço artesiano se recusam a pagar taxa de pela utilização de água do lençol freático. De forma geral, 42,86% dos entrevistados relataram que em sua residência era pago tarifa sobre o consumo de água, 16,68% relataram que pagam taxa pelo abastecimento e os 40,46% restantes disseram não pagar pelo serviço de abastecimento (Tabela 11).

Tabela 11 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Tarifa do Consumo de Água e Ligação Regular.

Consumo de Água	Ligação Regular		Total
	Não	Sim	
Pagam Taxa	0,00	16,68	16,68
Pagam Consumo	0,00	42,86	42,86
Não Paga	14,28	26,18	40,46
Total	14,28	85,72	100,00

A maior parte dos entrevistados, 42,86% mostrou-se “indiferente” quanto ao valor pago pela água, refletindo a opinião da maioria daqueles que não pagam pelo serviço, e 4,76% consideraram a tarifa barata (Gráfico 11).

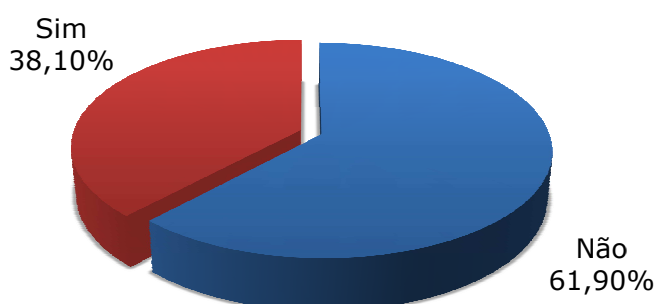
Gráfico 12: Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião sobre a Tarifa de Água.



8.4 ABASTECIMENTO DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

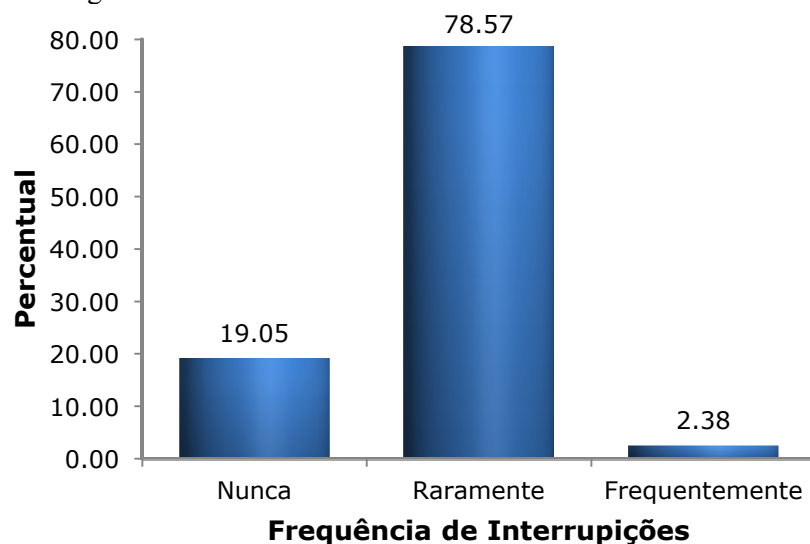
Ao se perguntar sobre a ocorrência de instabilidade de energia, 38,1% relataram que ocorrem instabilidades, e 61,9% disseram que não.

Gráfico 13 - Percentual da População que moradores da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Instabilidade de Energia.



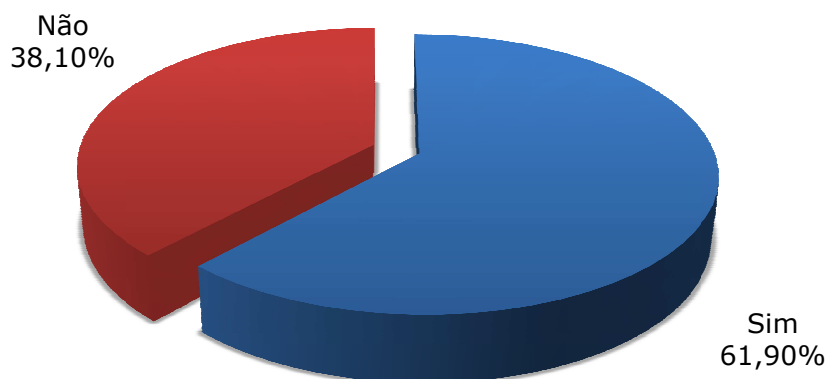
Quanto à frequência na interrupção de energia, a maioria dos entrevistados relatou que nunca ou raramente ocorrem, (Gráfico13).

Gráfico 14 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Frequência de Interrupção de Energia.



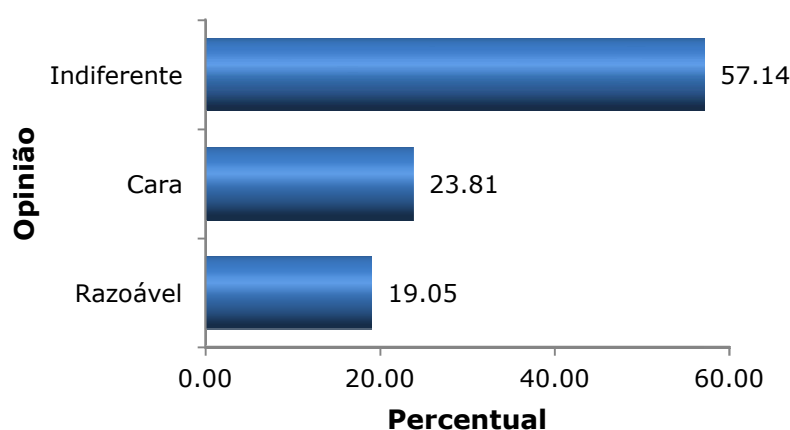
Quanto à ligação, 61,9% relataram que ela foi realizada pela companhia de abastecimento, enquanto que 38,1% relataram que a ligação foi feita pelos moradores, refletindo a quantidade de ligações irregulares principalmente nas áreas de ocupação desordenada (Gráfico14).

Gráfico 15 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Ligação Regular de Energia.



Perguntado a opinião sobre o valor da tarifa de energia 57,14% se revelaram indiferentes, esse percentual também se relaciona com o fato de muitas das casas pesquisadas não pagarem pelo serviço de energia, 23,81% disseram que o valor da tarifa era caro e outros 19,05% disseram que o valor pago pela energia era razoável, ninguém apontou o valor pago como barato:

Gráfico 16 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião da Tarifa de Energia.



Percebeu-se que a utilização irregular de energia elétrica não ocorria somente nas áreas de ocupação desordenada, algumas residências da área territorial que possuem ligação regular feita pela companhia de energia também relataram que não pagam pelo serviço:

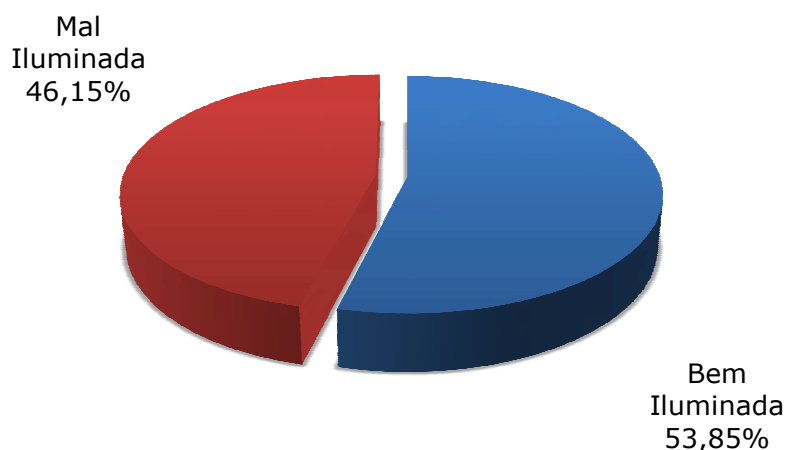
Tabela 12 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, se Pagam ou Não a Energia Elétrica por Ligação Regular.

Pagam	Ligação Regular		Total
	Não	Sim	
Sim	0,00	42,85	42,85
Não	38,10	19,05	57,15
Total	38,10	61,90	100,00

Quanto à iluminação pública a maioria dos entrevistados (53,85%) respondeu que as imediações de sua casa eram bem iluminadas, enquanto que os que responderam que as imediações não eram bem iluminadas foram na maioria aqueles que moravam nas zonas de ocupação desordenada, porém ao apontar a falta de iluminação pública nas imediações, estes

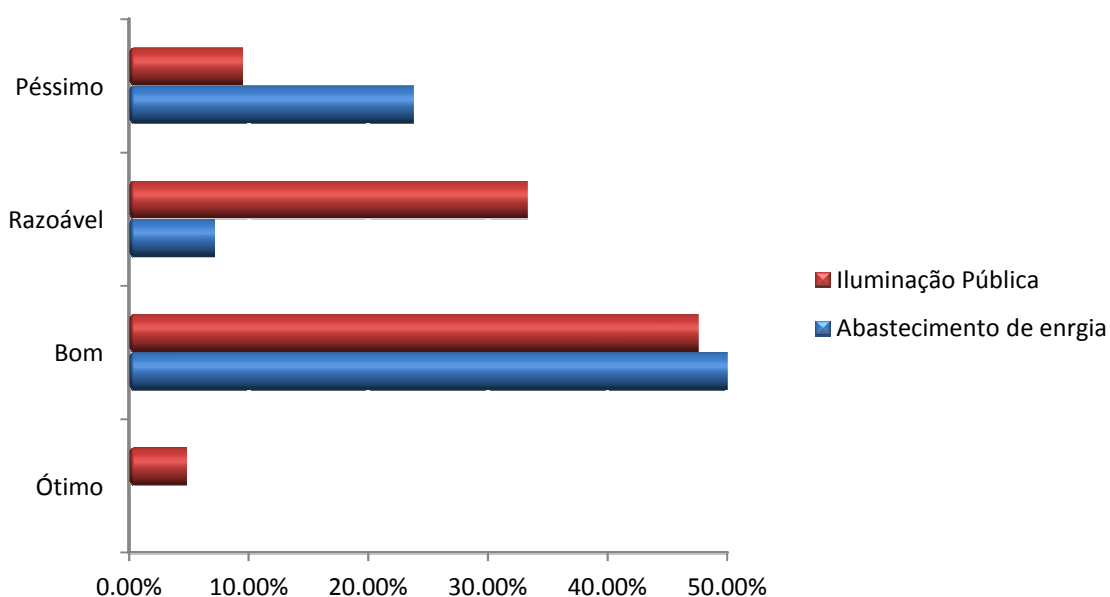
especificaram que a iluminação na parte urbanizada da orla Cidade Velha era eficiente, e que a iluminação era precária nas diversas vielas e corredores que se formavam entre as casas de ocupação irregular:

Gráfico 17 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Iluminação Pública nas Imediações.



A opinião sobre Iluminação e Energia mostra que no geral os serviços são considerados bons (47,61% e 50,00% respectivamente), 33,33% consideram o serviço de iluminação razoável e 23,80% consideram o abastecimento de energia péssimo:

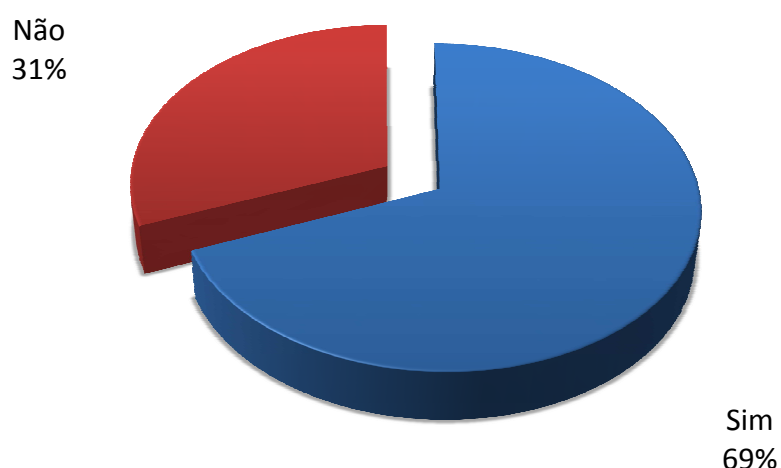
Gráfico 18 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona Central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Opinião Sobre o Serviço de Iluminação Pública e Abastecimento de Energia.



8.5 URBANISMO E HABITAÇÃO

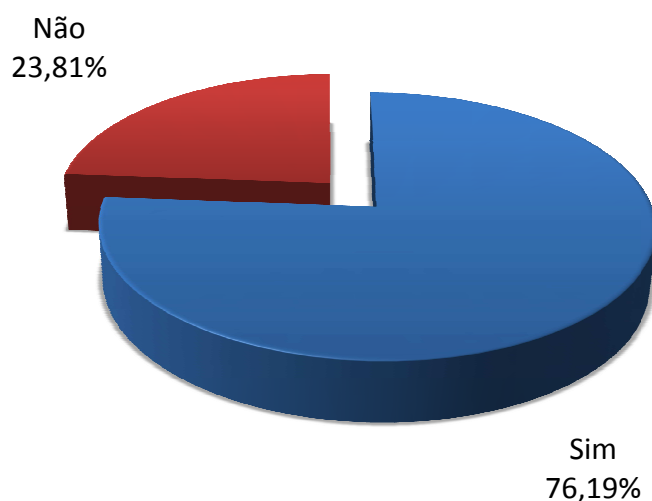
Quando perguntado sobre a existência de espaços públicos nas imediações, 69% responderam que havia espaços públicos e 31% responderam que não (Gráfico 18). Daqueles que responderam que existem espaços públicos próximos 85% disseram que freqüentam esses espaços e 17% disse não freqüentar, apesar da existência de várias praças e outros espaços públicos no bairro da cidade velha, muitos consideram distantes da casa, ou consideram que o caminho até o local é perigoso, ou mesmo que o próprio local não oferece segurança.

Gráfico 19 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Existência de Espaços Públicos nas Imediações.



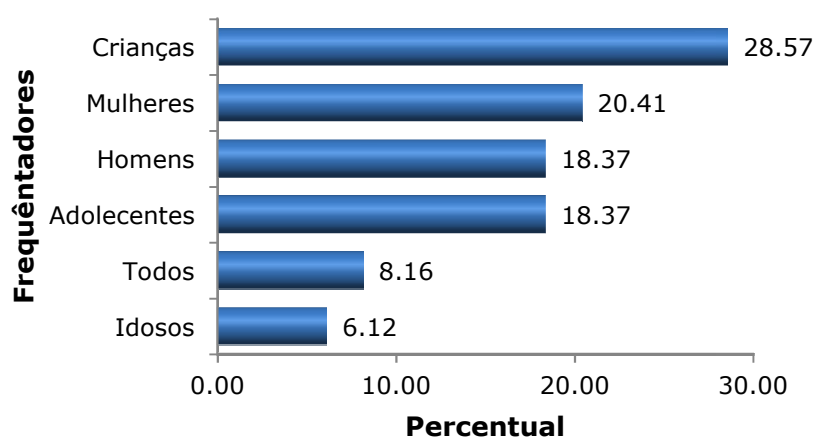
Quanto à demanda por outros espaços públicos, 23,81% dos moradores responderam que não achavam necessário outros espaços, enquanto que 76,19% disseram que sentiam falta de outros espaços (Gráfico 19). Os moradores citaram entre outros a ausência de praças com brinquedos para crianças e local para realização de exercícios.

Gráfico 20 - Percentual da População moradora da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Demanda de Espaços Públicos nas Imediações.



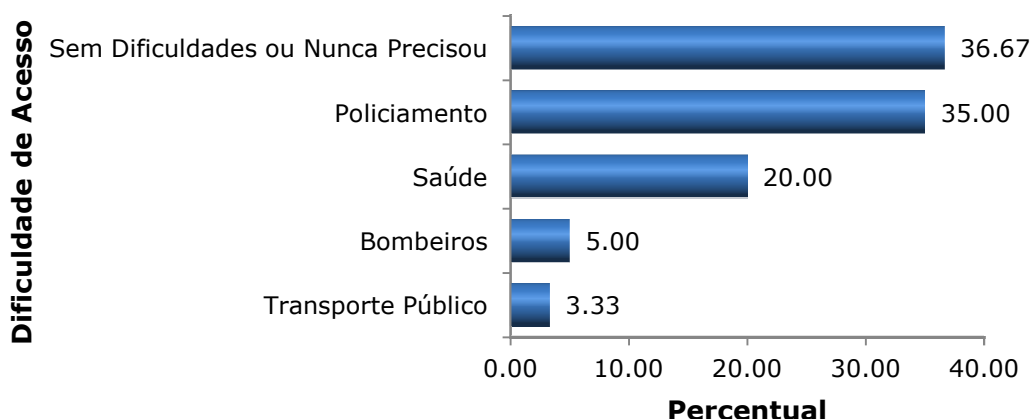
Quanto ao público que frequenta as praças e outros locais públicos na orla da Cidade Velha, se verificou que 28,57% são crianças e 20,41% são mulheres (Gráfico 20), ao responder esta pergunta mais uma vez foi citado a preocupação com a segurança, muitos se preocupam com a ida das crianças desacompanhadas ate estes locais e alguns idosos apontaram a dificuldade de acesso.

Gráfico 21 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Público de Frequentadores dos Espaços Públicos.



Foi perguntado se havia dificuldade de acesso a serviços públicos como presença de viaturas de polícia, ambulâncias, etc., quando necessário obtendo-se o seguinte resultado:

Gráfico 22 - Percentual da População dos moradores da Orla da Zona central de Belém, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Dificuldade de Acesso a Serviços Públicos.

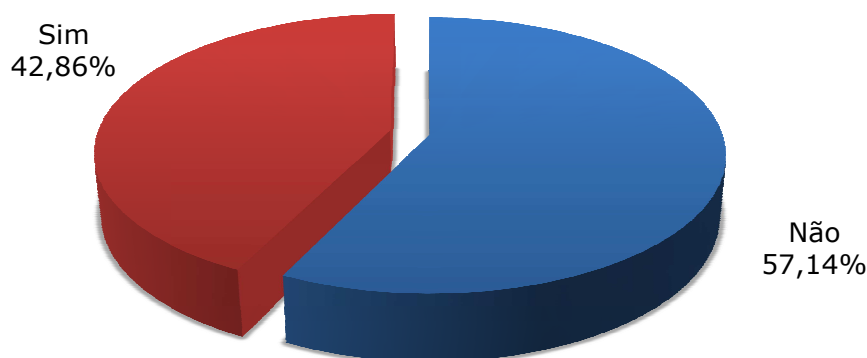


O policiamento foi citado como a principal dificuldade (35%), seguido de saúde (20%). Os moradores da área territorial foram os que mais contribuíram na porcentagem que respondeu que não havia dificuldades de acesso ou que nunca precisaram dos serviços públicos questionados (36,67%). Os moradores da área marginal foram os que mais citaram dificuldades em relação à segurança e saúde, alguns disseram que as rondas de carros de polícia nas vias urbanizadas de acesso as áreas invadidas é comum, porem, os moradores não são atendidos quando necessitam do serviço dentro da comunidade, isso acontece também em relação a necessidade de ambulâncias e atendimento médico.

8.6 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

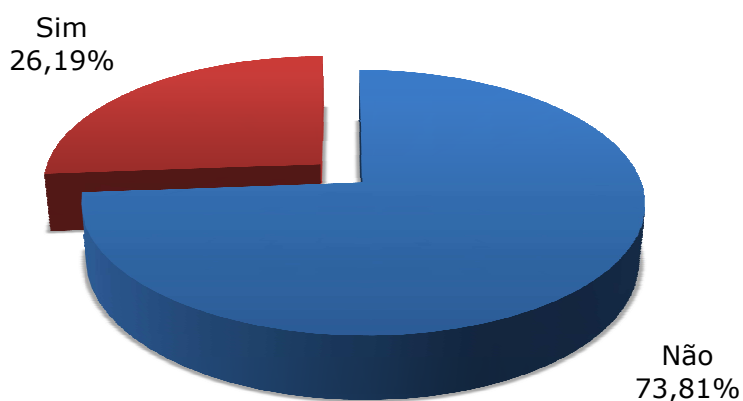
Quanto à participação comunitária, 42,86% responderam que participam ou que familiares na residência que fazem parente de movimentos comunitários e 57,14% não participam de nenhum movimento (Gráfico 22), sendo que dos que responderam sim, 82,30% fazem parte de movimento de igreja e o restante participa de movimentos de bairro.

Gráfico 23 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por participação em Movimento Comunitário.



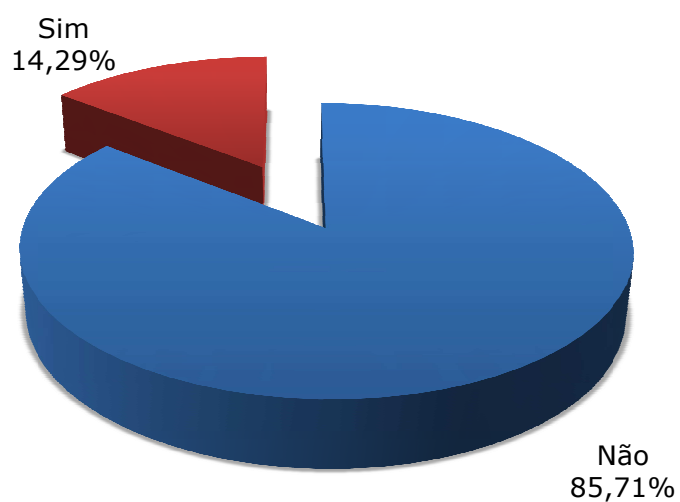
Quando questionados sobre a participação em ações comunitárias para promoção de melhoramentos urbanos (Gráfico 23), 26,19% responderam que já haviam participado apenas uma pessoa não era moradora de área de ocupação irregular, sendo esta responsável por um movimento de preservação do patrimônio histórico da Cidade Velha, o restante que respondeu sim, ou eram ligados ao movimento comunitário do Beco do Carmo ou agiram em mutirões geralmente para manutenção da rede elétrica irregular a fim de evitar curtos e incêndios, os outros 73,81% nunca participaram de nenhuma ação.

Gráfico 24 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Participação em Ações de Melhoramento Urbano.



Também foi questionada a participação comunitária em cursos de aperfeiçoamento, treinamento ou mesmo de palestras informativas, sendo que 14,29% responderam que já haviam participado de cursos como curso de reciclagem, educação ambiental ou outro curso oferecido geralmente pelo movimento ligado à igreja, os 85,71% restante respondeu que nunca participou de nenhum curso comunitário:

Gráfico 25 - Percentual da População de moradores da Orla da Zona central de Belém, bairro da Cidade Velha, no período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Participação em Curso Comunitário.



9 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS FREQUENTADORES DA ORLA

Amostragem foi realizada através de Questionário aplicado a 40 transeuntes na orla da zona central de Belém em locais de acesso livre à orla, identificadas durante a primeira fase da pesquisa de campo, no bairro da Cidade Velha: Portos Palmeira e Brilhante, Terminais Arapari e Jurumã, Onze Janelas e Forte do Castelo, Feira do Açaí e Cais do Ver-o-Peso; Campina: Feira do Ver-o-Peso, Praça do Pescador, Estação das Docas, Praça do Estivador; Reduto: Terminal Hidroviário, aplicado a indivíduos escolhidos de forma aleatória, depois de explicado o escopo da pesquisa e de acordo com a disponibilidade destes. Apesar das diferentes finalidades de utilização dos pontos identificados como de acesso livre a orla, e destes serem localizados em bairros diferentes, resolveu-se por agrupar todas as respostas num contexto único, visto que as pessoas que freqüentam estes lugares nem sempre tem uma ligação direta com o lugar, podendo residir e trabalhar em outros locais, ou mesmo serem de outras cidades.

Entre os entrevistados a idade variou entre 16 e 68 anos (Gráfico 25), quanto à escolaridade, verificou-se que se encontravam distribuídos de acordo com a tabela 13.

Gráfico 26 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Faixa Etária.

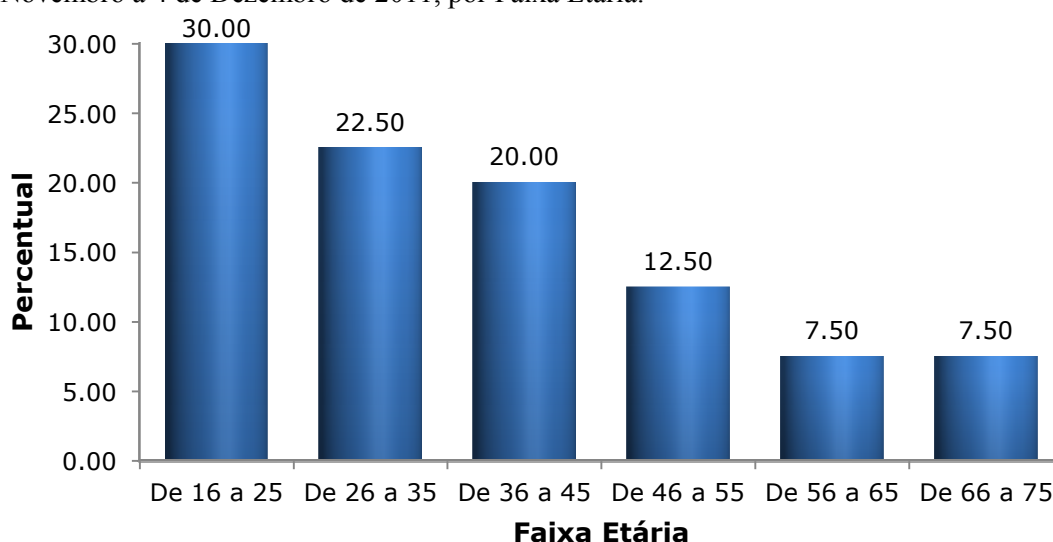


Tabela 13 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Escolaridade.

Escolaridade	Percentual
1º grau	12,50
1º grau Incompleto	7,50
2º grau	20,00
2º grau Incompleto	27,50
Analfabeto	5,00
Superior Completo	12,50
Superior Incompleto	10,00
Técnico	5,00
Total	100,00

Foi questionado aos transeuntes que aceitaram participar da pesquisa qual atividade estavam realizando no momento da abordagem, agrupando-se as respostas de acordo com a tabela 14, observando-se que o trabalho e o trânsito pelo local foram as categorias com maior porcentagem (37,5%).

Tabela 14 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Atividade no Momento da Abordagem.

Atividade no momento da Abordagem	Percentual
Descanso	17,50
Passante	37,50
Trabalho	37,50
Turismo	7,50
Total	100,00

Também foi perguntada a frequência com que os entrevistados passavam pelo lugar de realização da entrevista (Tabela 15), observando que 42,5% frequentavam o lugar todos os dias e 27,5% ia ali raramente.

Tabela 15 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Frequência.

Frequência	Porcentagem
1 vez	7,50
2 vezes	5,00
3 a 5 vezes	17,50
raramente	27,50
todos os dias	42,50
Total	100,00

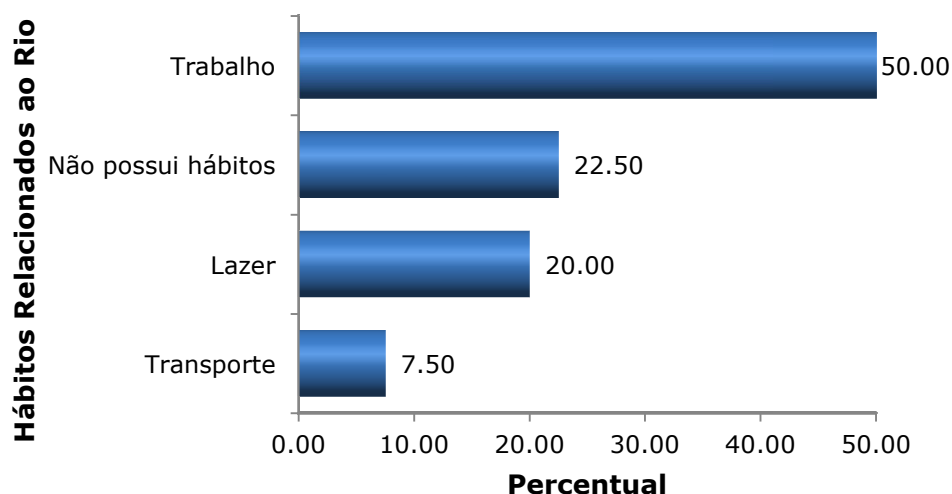
Foi possível averiguar que aqueles que responderam que frequentavam todos os dias a orla estão entre os que também responderam na pergunta anterior que estavam trabalhando ou descansando no momento da abordagem, refletindo a quantidade de pessoas que trabalham próximos ou mesmo na orla da Zona Central de Belém (50% somados) entre os entrevistados (tabela 16), destacando-se também a quantidade de estudantes que frequentam os espaços abertos da orla (17,5%).

Tabela 16 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Profissão.

Profissão	Percentual
Estudante	17,50
Professor	10,00
Servente	10,00
Vendedor	10,00
Autônomo	7,50
Comerciante	7,50
Feirante	7,50
Cabeleireira	5,00
Bicheiro	2,50
Cozinheira	2,50
Enfermeira	2,50
Estivador	2,50
Farmacêutico	2,50
Lavrador	2,50
Músico	2,50
Padeiro	2,50
Segurança	2,50
Taxista	2,50
Total	100,00

O “trabalho” também foi à categoria de resposta mais frequente quando perguntado aos entrevistados se eles possuíam hábitos ligados ao rio representando 50%, entre os 22,5% que disseram não possuir hábitos ligados ao rio estavam na maioria passantes que frequentam a orla raramente, mas também estavam pessoas por motivo de lazer ou porque precisavam pegar transporte de barco apesar de não reconhecerem estas atividades como hábitos ligados ao rio, sendo estas as duas outras categorias verificadas nas respostas:

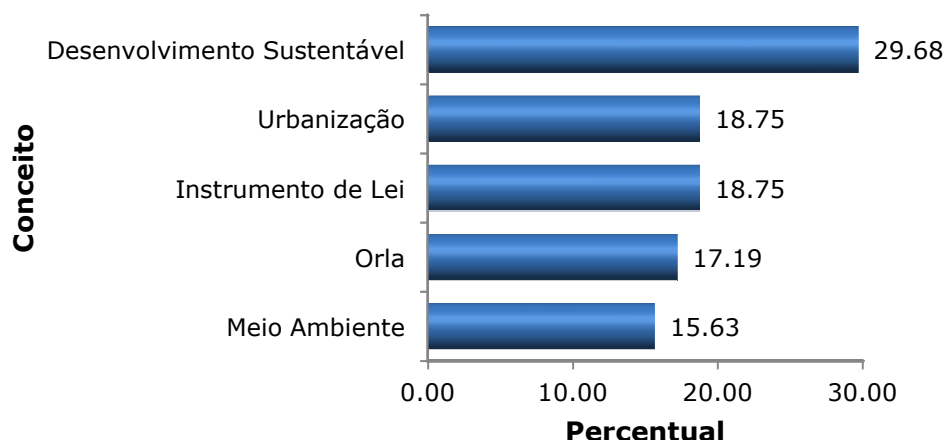
Gráfico 27 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Hábitos Relacionados ao Rio.



Foram questionados cinco conceitos ligados ao gerenciamento costeiro dentro da questão ambiental e da ocupação urbana aos entrevistados, sendo estas: desenvolvimento sustentável, urbanização, orla, meio ambiente e leis de sobre a orla. Poucos deles conseguiram conceituá-los de forma satisfatória, porém, entende-se que uma entrevista com finalidade de amostragem junto à sociedade não poderia ter como finalidade a análise de conceitos a nível acadêmico, portanto procurou-se através destas perguntas avaliarem o estado de conhecimento para indicar possíveis ações de educação ambiental junto aos frequentadores da orla.

Percebeu-se que dentre as respostas, muitas indicavam conhecimento incipiente sobre os assuntos questionados, ou correlações lógicas, quando respondiam que não sabiam, o entrevistador pedia pra que relatassem a primeira coisa que lhes viesse em mente e que poderia se relacionar ao assunto, momento em que a os entrevistados começavam a relacionar símbolos e conceitos para então relatar de forma simplificada a representação pessoal dos itens avaliados na pesquisa, porém ainda assim foi alto o número de entrevistados que não souberam responder nada, indicando uma grande demanda de ações de educação ambiental nos pontos de livre acesso da orla da cidade (Gráfico 27). A categoria “desenvolvimento sustentável” apresentou o maior índice percentual, mostrando que 29,68% dos entrevistados não possuíam nenhuma ideia ligada ao conceito de sustentabilidade, com 18,75% ficaram os conceitos de “urbanização” e noções sobre as leis que regulam o uso e ocupação da orla.

Gráfico 28 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Falta de Informações Sobre os Conceitos.



Ao perguntar se Sustentabilidade era possível, 42% dos entrevistados afirmaram que sim, apontando diversos motivos para que ela fosse possível, como diminuir a poluição, investir na preservação do meio ambiente como no comentário “[...] as pessoas são muito mal educadas, não se tem consciência, por isso, é tudo sujo”, ou que dificultam sua implantação, tais como falta de dinheiro e falta de vontade política dos governantes “[...] acho que sim, mas só se os governantes derem um rumo diferente pra política”. 40% disseram não saber se era possível, mostrando mais uma vez um alto índice de desconhecimento sobre assuntos ligados a questão ambiental e urbana entre os frequentadores da orla (Tabela 17) “*não sei, não aprendi nada sobre isso, mas parece importante*”.

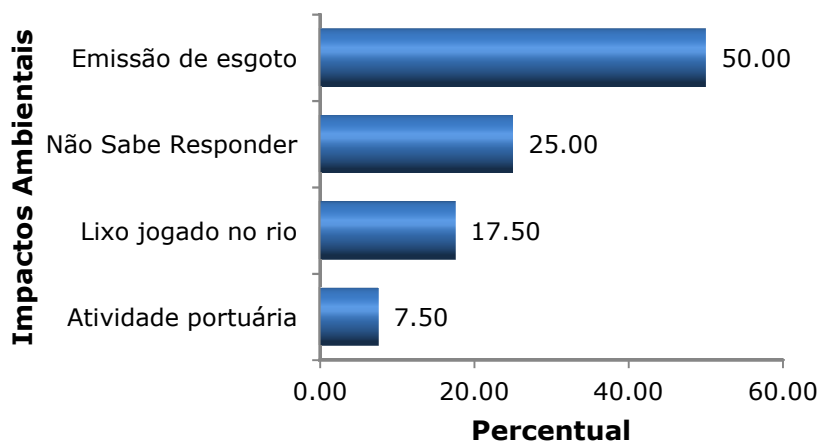
Tabela 17 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, se a Sustentabilidade é ou não Possível.

Sustentabilidade	Percentual
Sim	42,50
Não	17,50
Não Sabe Responder	40,00
Total	100,00

O conceito de “impacto ambiental” teve 25% de resposta “não sei”, porém foi colocado a parte para a análise, pois revela preocupações quanto ao tipo de ação antrópica ligada aquele espaço, segundo o entendimento dos frequentadores, os três exemplos citados tem ligação direta com o rio, a emissão de esgoto direto na orla foi a categoria com maior

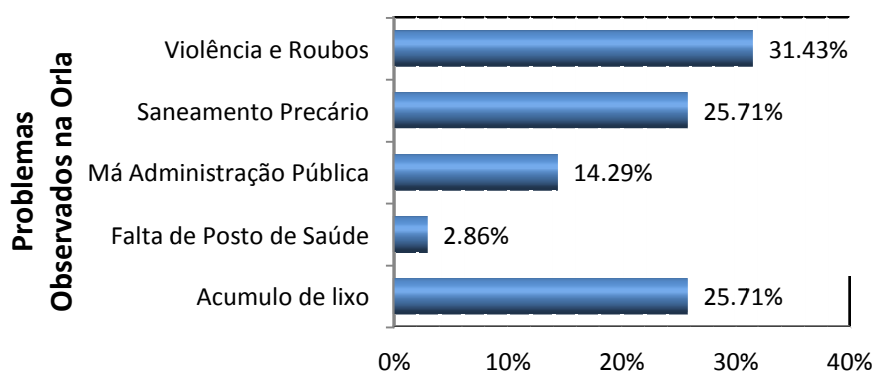
percentual (50%), seguido pela poluição por resíduos sólidos (17,5%) e preocupação com o óleo combustível devido a atividade portuária (7,5%):

Gráfico 29 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Impactos Ambientais.



Ao se perguntar sobre os principais problemas da orla (Gráfico 29), problemas de segurança foram os mais citados (31,43%), seguido pelo “saneamento precário”, com citação de valas sem sarjeta, esgoto jogado diretamente no rio e “acúmulo de lixo”, ambos com 25,71%.

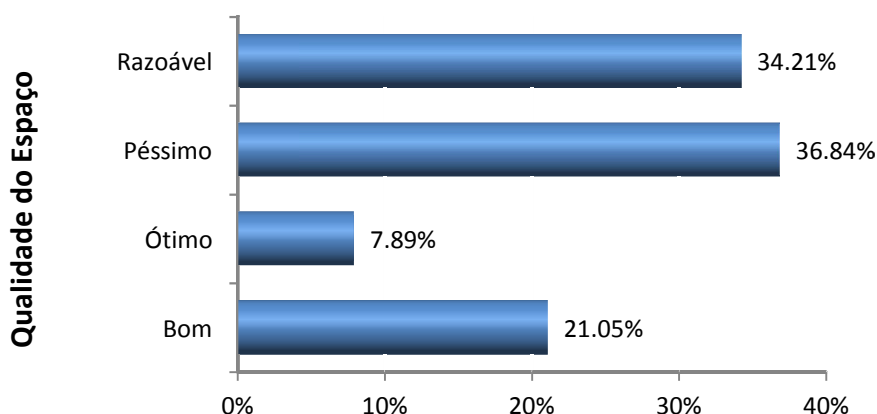
Gráfico 30 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Problemas Observados na Orla.



Quando perguntado sobre a qualidade dos espaços que dão acesso a orla verificou-se que 36,84% responderam que a qualidade era péssima e 34,21% responderam que era razoável (Gráfico 30), foi pedido para que se levasse em consideração o lugar onde foi realizada a entrevista e os outros espaços de acesso a orla de conhecimento do entrevistado,

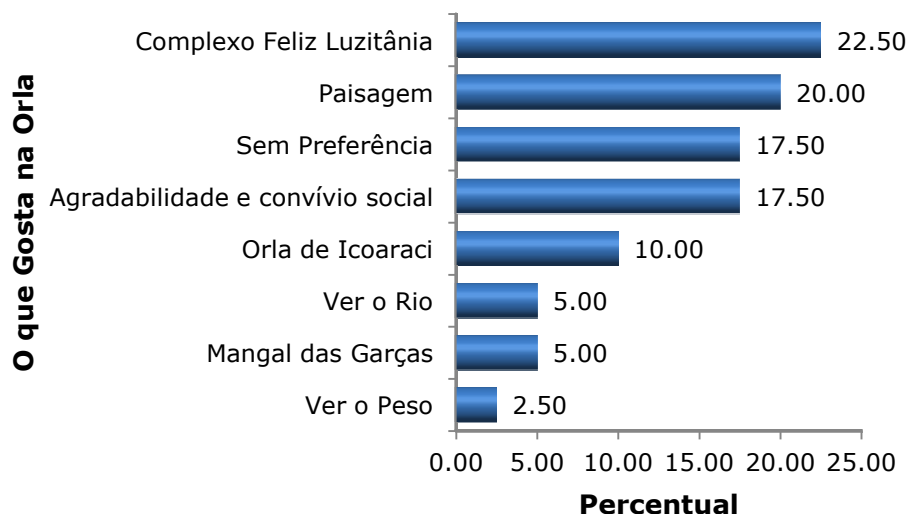
neste sentido, as respostas nas categorias “ótimo” e “bom” geralmente fazem referência aos espaços do complexo Feliz Lusitânia e Estação das Docas, sendo relatados como únicos espaços conhecidos pelos entrevistados e citados como locais de boa qualidade, mas que não representam a realidade do resto da orla da zona central da cidade.

Gráfico 31 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Qualidade do Espaço.



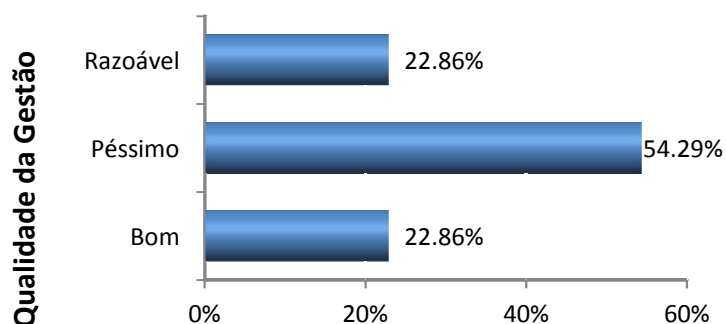
Foi perguntado ao entrevistado o que ele gostava na orla, para esta pergunta foram dadas diversas respostas, a maioria apontava lugares na orla, outras apontavam qualidades paisagísticas ou que propiciam o lazer e o convívio social, sendo agrupadas desta forma (Gráfico 31). Locais do Complexo Feliz Lusitânia, como a Casa das 11 Janelas e o Forte do Castelo foram os mais apontados na pesquisa, com 22,5% a segunda categoria mais apontada foi o valor da paisagem como fator atrativo, com 20%, destacando-se a citação de um dos entrevistados: *“O que mais gosto na beira do rio é olhar pra um lado e ver a paisagem sabendo que do outro esta a cidade [...] a cidade é feia, mas na beira do rio me sinto como se estivesse num lugar tranquilo sem precisar ir muito longe”*. 17,5% disseram que o que mais gostavam no rio era a agradabilidade e o convívio social, nesse sentido, muitos dos que apontaram paisagem, agradabilidade e convívio social foram entrevistados na Estação das Docas, e apesar deste local não ser citado diretamente na pesquisa, é necessário considerar sua importância como um dos lugares que possui as qualidades mencionadas, como se percebe na citação *“[...] aqui é um lugar de contemplação do rio [...]”*. 17,5% disseram que não tinham preferências ou algo em específico que gostassem na orla, destes a maioria estava de passagem.

Gráfico 32 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por O que Gosta na Orla.



Indagados sobre a qualidade na gestão da orla, os entrevistados responderam em 54,29% que a administração pública era “péssima” e com 22,86% que era “boa” ou “razoável” (Gráfico 32), ninguém conceituou como “ótima”, mais uma vez se destaca que segundo a avaliação dos entrevistados a realização de obras pontuais não qualifica a gestão ou a qualidade da orla como pode ser percebido na citação “[...] só ajeitaram pra lá [Feliz Lusitânia] e depois, no Ver-o-Peso, aqui não fizeram nada, pensei que iam ajeitar o porto do Sal, lá só ta malandro” e na citação “Até ali na Praça do Carmo não tem tanto problema mas se sair de lá andando até aqui no porto [Porto Brilhante] é bem capaz que seja assaltado, é ruim de tirar todo mundo do Beco [do Carmo] mas tem pelo menos que dar condição pro povo dali não virar assaltante [...] só arrumam a beira do rio pra turista”.

Gráfico 33 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Qualidade da Gestão.



Foi perguntado o que era necessário mudar ou ser implantado para que a orla pudesse ter uma qualidade melhor, a resposta mais relatada foi que era necessário “abrir a orla” (25%), seguido da opinião de que a orla estava boa do jeito que estava (20%) cabe ressaltar novamente que muitos dos que deram esta resposta desconheciam o estado de uso e ocupação de outros pontos da orla e se encontravam no complexo Feliz Lusitânia ou na Estação das Docas. Outros 20% são de respostas que apontam a necessidade de reformas ou modificações na estrutura da orla, sendo citada necessidade de reformas nos atracadouros da doca do Ver-o-Peso, instalação de cobertura para os feirantes e para a movimentação de mercadorias na Feira do Açai e Doca do Ver-o-Peso, etc. (Tabela 18).

17,5% indicaram a necessidade de uma melhor administração destes espaços e fizeram referência a diferenças entre os espaços administrados pelo Município e pelo Estado como pode ser averiguado pelas citações “[...] o Ver-o-Peso era melhor no governo anterior [Município], a Estação das Docas mesmo trocando de governo continuou legal [Estado]” e “[...] podiam fazer aqui [Beco do Carmo] como fizeram lá na Vila da Barca [construção de casas populares pela prefeitura], mas lá parece que parou né? deve ter sido porque trocou de prefeito”. Apesar de em perguntas anteriores a falta de segurança ter sido citada como uma das principais preocupações na orla, obras como a instalação de guaritas e PM box foram citadas em apenas 5% das respostas:

Tabela 18 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Infra Estrutura de Ocupação.

Infra Estrutura de Ocupação	Percentual
Abrir a Orla	25,00%
Fiscalização e Segurança	5,00%
Melhor Administração	17,50%
Não Sabe Responder	12,50%
O estado atual é satisfatório	20,00%
Obras de infraestrutura e reformas	20,00%
Total	100,00%

Quando perguntado qual a representação do rio para o entrevistado, várias respostas foram dadas, como: Vizinho; meio de transporte; lugar pra tomar banho; paisagem; natureza que pede socorro; velho amigo; lugar tranquilo; lugar pra contemplar; lugar de sustento; etc., para chegar a um resultado, foi necessário avaliar o teor das respostas e agrupá-las dentro de um conceito mais abrangente, a fim de se mensurar o conceito sobre o rio e sua representação para aqueles que o utilizam, desta forma foram criadas as categorias visualizadas na tabela 19. Para 36% dos entrevistados o rio representava um espaço de convivência e lazer, 17%

relatarem relação pessoal com o rio e outros 17% disseram que o rio era um lugar de onde se tirava o sustento, relacionando ao trabalho ou a alimentação.

Tabela 19 - Percentual da População que Frequenta a Orla da Zona Central de Belém, no Período de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 2011, por Representação do Rio.

Representação Rio	Percentual
Fonte de alimento e Subsistência	17%
Lugar de lazer e Convivência	36%
Paisagem Natural	8%
Referência da Cidade	8%
Via de Transporte	8%
Relação Pessoal	17%
Não representa nada	6%
Total	100%

Por último, perguntou-se aos entrevistados se achavam importante a realização de pesquisas como esta (Gráfico 33), que realizassem o levantamento sobre a situação do uso e ocupação da orla, e após a resposta, caso solicitado ou visto o interesse do entrevistado, era explicado mais especificamente os fins da pesquisa, a maioria dos entrevistados considerou a pesquisa importante, mas não demonstraram interesse maior sobre como seriam utilizados os resultados e quais os fins da pesquisa (72,5%), alguns consideram a pesquisa importante e se interessaram pelos resultados, comparando com os dados do censo do IBGE, relataram que este só tem resultados nacionais e disseram que consideravam importante que fosse divulgado os resultados locais, sendo este aspecto destacado (7,5%) como pode ser visto no comentário “[...] vocês tem que divulgar isso, a pesquisa de vocês pega todo o centro histórico, hoje em dia as coisas só se resolvem quando sai na TV, ou quando alguma ONG assume a causa, aqui na Cidade Velha tem o Fórum Landi que é da UFPA não é? Eles não podem divulgar isso? [...] se virar mesmo filme acho que é um resultado legal”, o restante (20%) não soube responder ou não se manifestou quando realizada a pergunta, destaca-se entre estes dois entrevistados que teceram os seguintes comentários “[...] eu trabalho aqui [Porto Brilhante] tem uns 10 anos, essa tua pesquisa não vai adiantar de nada, já teve gente da universidade que veio aqui na comunidade [Beco do Carmo] e nenhum estudo resolveu nada, nem vieram dizer no que deu, não sei como o que tu estas fazendo pode ajudar em alguma coisa” e “Eu não sou daqui, acho importante pra vocês como trabalho de faculdade, mas pra mim não tem importância, e tudo é igual em qualquer lugar as coisas só mudam quando tem muita pressão ou se vocês tiverem envolvimento político, como vocês vão ajudar a mudar algo só com um trabalho de faculdade?”

10 ANÁLISE SOBRE O PLANO DIRETOR URBANO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA ORLA DA ZONA CENTRAL DE BELÉM

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 182, atribui aos municípios a responsabilidade na definição de suas políticas de desenvolvimento urbano, com a finalidade de ordenar o pleno incremento das funções sociais das cidades, a partir da criação de seus Planos Diretores, para regulamentar esta diretriz, foi criado o Estatuto das Cidades (Lei Federal n.º 10.257/2001), reforçando o papel do plano diretor como instrumento fundamental de planejamento sustentável das cidades, cumprindo o seu papel de ordenar a função social da cidade e da propriedade urbana, vindo a ser, respectivamente, o instrumento para combater as desigualdades sociais da cidade e garantir a qualidade de vida dos seus habitantes.

Após a caracterização da área, a análise sobre o a aplicação do Plano Diretor Urbano Municipal (PDU) instituído em 1993, torna-se necessária para que se possa avaliar a eficiência no planejamento das políticas públicas voltadas para o uso e ocupação na área estudada, avaliando desta forma se a gestão democrática da cidade na construção do planejamento urbano se mostra segundo Maricato (2000), como um plano diretor “discurso” ou como um plano de ação integrado, destacando-se a indicação da autora sobre a verificação da integração das ações sociais, ambientais e econômicas bem como a aplicação de planos executivos específicos das prioridades, tais como habitação, transportes e meio ambiente, frisando-se que esta análise se fez em relação aos resultados estatísticos da pesquisa de campo, não levando em conta dados governamentais a efeito de comparação, visto o tratamento específico do espaço neste trabalho segundo a visão daqueles que o ocupam, considerando os efeitos da aplicabilidade da lei e repercussão para a comunidade em virtude dos quase vinte anos de instauração do PDU.

Ao se analisar a função social da cidade e da propriedade urbana, procurou-se manter em foco o direcionamento da política de gestão urbana em relação à sustentabilidade, que consiste no desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado, economicamente viável, culturalmente diversificado, e política e institucionalmente democrática, integrando assim os princípios fundamentais do artigo 1º do PDU, sendo objetivos da política municipal de ordenamento territorial atender à função social da cidade e da propriedade; promover uma cidade justa, fisicamente ordenada e economicamente sustentável; ampliar as possibilidades de acesso a bens, serviços e equipamentos públicos;

promover a melhoria das estruturas territoriais destinadas à dinamização das atividades econômicas e ampliar e melhorar a infra-estrutura e os serviços de saneamento básico.

A Política Municipal de Meio Ambiente descrita no artigo 52º do PDU tem como objetivo garantir o direito da coletividade ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso do solo urbano e rural, de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais e a melhoria da condição de vida da população. Esta política é direcionada para a resolução de problemas urbanos como os que envolvem a poluição do rio e preservação da vegetação de margem, sendo diretriz desta política, segundo o artigo 56º, a recuperação de áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais.

No PDU a preocupação com o estado de uso e ocupação da orla em relação a questão de preservação ambiental também é descrita nos objetivos do sistema municipal de áreas verdes, artigo 58º, que assegura usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema e no artigo 65º em relação a rede hídrica e criação de corredores de integração ecológica, ao estimular a preservação das áreas de preservação permanente, das matas ciliares do Município de Belém e a recuperação de áreas ambientalmente degradadas junto aos cursos d'água.

No que compreende a função social da cidade, foi possível identificar um processo de urbanização que se encontra consolidado principalmente na orla dos bairros da Campina e do Reduto. Na Cidade Velha, o direito a terra urbanizada ainda não pode ser caracterizado como uma realidade, visto que as ações de urbanização consolidadas são pontuais e voltadas para uma realidade turística, referentes ao complexo Feliz Lusitânia, ou voltada para a manutenção de atividades comerciais ligadas ao abastecimento de pescado para a cidade e a relação entre esta e as ilhas de entorno, principalmente na manutenção de relações comerciais de abastecimento de frutas, verduras e legumes.

O Plano Diretor Urbano de Belém no seu artigo 4º estipula suas diretrizes gerais, propondo implementar estratégias de ordenamento da estrutura espacial da cidade, com a valorização dos elementos naturais, a garantia do acesso à infra-estrutura, equipamentos e políticas sociais, e promoção do equilíbrio ambiental, proibindo a utilização inadequada e controlando a retenção especulativa de imóveis urbanos, bem como o parcelamento do solo, o adensamento populacional e o uso das edificações de forma incompatível com a infraestrutura urbana, além de ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo. Baseado nestas diretrizes, a pesquisa de campo aponta a existência de diversos conflitos, a maioria percebidos na orla da

Cidade Velha, havendo problemas de infraestrutura pública precária, saneamento, utilização da orla por portos particulares e realização de atividade portuária irregular, moradias em áreas de invasão ao longo do Beco do Carmo e a falta de projetos de educação ambiental, que levam a um estado de abandono e desvalorização da orla, caracterizando o uso e ocupação desordenada.

Entre as diretrizes de política de desenvolvimento econômico municipal descritas no artigo 8º, encontra-se o direcionamento de requalificar as áreas de orlas do Município de Belém, estabelecendo as atividades socioeconômicas e os usos compatíveis com o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente, sendo interpretado para orla da Cidade Velha no sentido de restringir o uso comercial e portuário ali encontrado, principalmente devido a diretriz da política de desenvolvimento econômico municipal de promover e incentivar o turismo como atividade estratégica de desenvolvimento econômico, cultural e social por meio do fomento, capacitação e adequação de recursos visando uma requalificação do espaço, transformando a orla em atrativo turístico e cultural, mesmo se tratando de um espaço onde são realizadas diversas relações portuárias entre a cidade e as ilhas de entorno, que pode ser verificado segundo o relato de um dos entrevistados ao informar que *“Aqui na Cidade Velha chega muito do material de construção vindo das olarias nas ilhas, lá pro Guamá chega mais madeira”*, sendo que estas relações se construíram num contexto histórico, social e cultural não levado em conta na proposta do modelo de desenvolvimento econômico para a área. Na área foram identificados quatro portos particulares dois deles com grande movimentação de carga e diversos portos informais, dois também com grande fluxo de movimentação de carga e também dois dos mais antigos e importantes portos de transporte rodofluvial de passageiros de Belém, estes assim como outros estabelecimentos poderiam ser mantidos e beneficiados através de um modelo de co-gestão dos espaços públicos explorados economicamente, também previstos no artigo 8º do PDU.

Quanto ao direito a moradia, na orla da Cidade Velha também se encontram os maiores conflitos relacionados a ocupação residencial, visto que parte dela é tomada por residências dentro de um quadro de ocupação irregular, decorrente da procura da capital por parte de ribeirinhos de cidades próximas e da procura de moradia em espaços urbanos próximos do centro comercial por moradores da periferia, refletindo a teoria de espaços luminosos e opacos de Milton Santos, gerando focos de pobreza as margens da cidade onde inúmeros problemas urbanos se proliferam. A questão das Invasões no Beco do Carmo é um assunto delicado que perpassa por diversas análises dentro do próprio plano diretor.

Se por um lado no artigo 4º a diretriz geral de promover as condições básicas de habitabilidade por meio do acesso de toda a população à terra urbanizada, à moradia e ao saneamento ambiental, bem como garantir a acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos, garante a necessidade de readequação daquele espaço para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, afirmando assim a função social e o direito social à cidade, por outro, a idéia de requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos precários existentes, um dos objetivos da política de habitação descrita no artigo 26º do PDU, é interpretado como readequação deste espaço voltada para outras atividades como o turismo e o comércio, e não a regularização destas moradias, sendo desejável o remanejamento da população para outros espaços distante daquele, não levando em consideração o processo histórico que levou a ocupação destas áreas e o tempo que ocorreu a ocupação, que segundo relatos dos entrevistados remonta no mínimo dá década de 70 no terreno próximo a Igreja do Carmo e ainda mais antiga na área do Porto do Sal. Outro fator que remete ao modelo de gestão que prevê a requalificação da área através da retirada destes moradores é encontrada no artigo 31º, pela diretriz da política de saneamento ambiental integrado de controlar o uso e a ocupação de margens de cursos d'água, áreas sujeitas à inundação, áreas de mananciais, áreas de recargas e áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem.

São diversos os objetivos e diretrizes descritos no PDU que buscam garantir moradia e condições de vida digna através do estabelecimento de programas e instrumentos adequados às populações de baixa renda, como objetivo da política de assistência social, artigo 18º, de garantir proteção social básica e especial, de alta e média complexidade, a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos; diretriz da política de assistência social, artigo 19º, de reconhecer pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social como sujeitos de direitos, promovendo sua reinserção social; diretriz da política de habitação, artigo 27º, de realizar ações de regularização fundiária com subsídios à população de baixa renda, porém a aplicabilidade destes conceitos de política urbana não é verificada na área em questão.

Segundo o artigo 30º do PDU, a Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado tem o objetivo de manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de salubridade, e promover a sustentabilidade ambiental do uso e ocupação do solo, visando à melhoria das condições de vida da população, integrando as atividades da gestão ambiental, o abastecimento de água potável, o uso racional da água, a coleta e o tratamento de águas residuárias, a drenagem de águas pluviais, o manejo dos resíduos sólidos e a educação

sanitária e ambiental, porem, percebe-se ao longo de toda a orla uma despreocupação com o saneamento básico, principalmente em relação à drenagem e ao esgoto.

Na Cidade Velha foi possível averiguar a falta de preocupação pública com o tratamento dado aos efluentes urbanos tanto em relação à opinião dos moradores quanto pelas saídas de barco e verificação dos inúmeros emissários de esgoto jogados diretamente na orla, ao longo de toda a zona central da cidade, sem o devido tratamento prévio necessário a manutenção de uma boa qualidade ambiental dos corpos hídricos adjacentes ao espaço urbano, fato que segundo o artigo 74º do PDU referente à Política de Ordenamento Territorial deve ser evitado assim como qualquer outra fonte de poluição e degradação ambiental. A questão dos esgotos também pode ser considerada segundo o artigo 4º do PDU segundo a diretriz geral de elevar a qualidade do ambiente urbano por meio da proteção dos ambientes natural e construído, e segundo o artigo 31º pela diretriz de ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias, por meio da criação, complementação ou ativação dos sistemas necessários.

Através das entrevistas foi possível averiguar a presença de fossas sanitárias em diversas casas na Cidade Velha, as fossas sanitárias na maioria são resquícios de uma prática antiga para se lidar com os efluentes domésticos, quando não havia um sistema de esgoto para receber esses efluentes e foi verificada principalmente em casarões antigos, mas também em casas de arquitetura mais atual. Destaca-se aqui o artigo 35º do PDU, que estipula como dever da política municipal de esgotamento sanitário o de priorizar os investimentos necessários para a implantação de coleta de esgotos nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares ou cujos esgotos são lançados na rede pluvial;

Sobre a questão da drenagem, o artigo 37º da diretriz da política municipal de drenagem urbana aponta como ação prioritária o investimento nas melhorias das calhas fluviais e na recuperação dos sistemas de macro e microdrenagem, além da realização de cadastro georreferenciado dos sistemas de drenagem. As microbacias presentes na orla da zona central foram todas canalizadas e passam frequentemente por processo de dragagem. Tanto os canais como as valas de escoamento que cortam a área são tidas segundo a pesquisa de campo como satisfatórias, porem foi apontado a necessidade de cobertura das valas com sargetas, evitando assim possíveis acidentes com pedestres.

A falta de saneamento ligado a atividade econômica pode ser verificada principalmente no Ver-o-Peso, tanto na área do cais quanto na feira, que apresentam um quadro histórico de ineficácia na execução de políticas públicas voltadas para a manutenção de um ambiente sustentável, sendo este um dos objetivos gerais da Política Urbana de Belém

segundo o artigo 5º do PDU o de promover o desenvolvimento econômico, de forma social e ambientalmente sustentável. Percebe-se que em toda a área estudada os entrevistados revelam preocupação em relação ao destino dos resíduos sólidos. Na orla da Cidade Velha esta preocupação é ainda maior devido à caracterização deste espaço como um espaço residencial, dividido entre residências antigas em casarões históricos e casas em áreas de invasão, percebendo-se uma grande aceitação do público entrevistado quanto a qualidade do serviço de coleta de lixo, porém, nesta área existe um enorme acúmulo de resíduos sólidos, principalmente orgânico, na orla do Ver-o-Peso, além de um acúmulo de lixo diverso entre as palafitas e trapiches encontrados na área marginal da orla, sendo este problema preocupante segundo os entrevistados e também para a política de saneamento ambiental do município, descrita no artigo 31º do PDU, que tem como uma das diretrizes garantir um ambiente saudável por meio do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, e mais especificamente no artigo 38º que versa sobre a política urbana de resíduos sólidos e aponta para proteção da saúde humana por meio do controle de ambientes insalubres derivados de manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos.

A política municipal de abastecimento de água, segundo o artigo 34º do PDU, tem o dever de definir a política de utilização racional de água subterrânea, visando preservar os aquíferos e evitar futuros acidentes ambientais provocados pela desordenada abertura de poços fora das recomendações técnicas da legislação em vigor, sobre esse aspecto, foram encontradas diversas casas na área territorial da orla da Cidade Velha que utilizam poços artesianos, pelo que se percebeu, a maioria destes poços são ilegais e a justificativa para sua utilização pelos moradores da área é a má qualidade do serviço de abastecimento de água da cidade, apontando principalmente o fato de *“[...] a água chega suja e as vezes falta na hora que a gente mais precisa, de manhã cedo e pra fazer o almoço [...]”*, segundo uma das entrevistadas. Apesar da constatação de que a água subterrânea é de melhor qualidade que a do abastecimento da cidade, o fato de ainda existirem na área diversas fossas sanitárias, como visto acima, põe em risco a saúde e a potabilidade do corpo hídrico subterrâneo. O descaso com a questão do abastecimento de água também pode ser averiguado nas áreas de invasão do Beco do Carmo, onde o abastecimento se dá em sua maioria através de ligações clandestinas, segundo os entrevistados, houve uma tentativa de regularização do serviço, mas que se mostrou ineficaz, visto que para haver eficiência nessa regularização seria necessário todo um projeto integrado para a readequação urbana da área de invasão do Beco do Carmo.

Através da avaliação dos questionários e pela reflexão perante o fato de inúmeros dos entrevistados, tanto nas residências quanto entre os freqüentadores dos espaços abertos na

orla, não deterem conhecimento sobre os conceitos básicos de saneamento e aqueles ligados a questão ambiental, é possível avaliar que na área existe um déficit muito grande de políticas públicas voltadas para a implantação de ações de educação ambiental, sendo um dos objetivos da política municipal de resíduos sólidos descrita no artigo 38º do PDU o de controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental da população, sendo também diretriz da política de educação do município segundo o artigo 14º do PDU, ofertar sistematicamente programas e projetos de educação ambiental nas escolas e comunidade. Este déficit de conhecimentos também pode estar ligado ao fato de que entre os maiores de 18 anos entrevistados, muitos não haviam completado o 1º grau completo, sendo alguns analfabetos, valendo-se ressaltar que um dos eixos da política de educação municipal e a promoção e desenvolvimento da educação inclusiva, tendo como objetivo, segundo o artigo 12º do PDU, erradicar o analfabetismo funcional em todo o território municipal.

Apesar da questão da energia elétrica ser tratada como um equipamento urbano, passível de ser enquadrada no planejamento da cidade, esta questão não é tratada diretamente dentro do Plano Diretor Urbano de Belém, nem possui indicação para ser tratada segundo lei específica. Mesmo que essa questão possua leis e direcionamentos legais dentro de outros instrumentos públicos a nível federal e estadual, considera-se uma lacuna o fato desta não ser dimensionada dentro das disposições do PDU, visto que dentro do princípio de função social da cidade, o acesso a energia elétrica é visto como um dos objetivos fundamentais a exemplo de outros planos diretores.

11 PROJETO DE DOCUMENTÁRIO

Para a elaboração do projeto será utilizado o embasamento técnico sobre a questão do uso e ocupação do espaço a partir dos resultados e discussões sobre o trabalho de campo, identificando-se os assuntos de maior repercussão e relevância a serem abordados na construção do documentário, definindo-se a temática central e os principais elementos narrativos para a construção do roteiro. Através do contato proporcionado pela realização dos questionários e entrevistas de campo, foi possível identificar quais os possíveis atores sociais a serem procurados para gravação do documentário, definindo-se através do embasamento técnico e do contato prévio com moradores e frequentadores da orla, o que se quer falar sobre o uso e ocupação do espaço e qual o direcionamento do que será mostrado em relação à vida destas pessoas e sua ligação com a orla do centro histórico de Belém, a fim de se utilizar um contexto cinemático como representação e suporte para a análise acadêmica, social, comum a qualquer pessoa que deseje conhecer os grupos culturais e o cotidiano dos indivíduos que pertencem a estes grupos e que se identificam através de sua relação com o espaço.

11.1 SINOPSE

O centro histórico de uma das principais capitais do Norte do Brasil é o cenário de inúmeros conflitos urbanos, onde a memória de uma riqueza cultural e arquitetônica se mistura com a realidade de ocupação desordenada, sendo o rio testemunha de vivências, comportamentos, identidades, subjetividades e práticas socioculturais como princípios da construção imagética do espaço.

11.2 ARGUMENTO

Falar sobre urbanização e sobre o uso e ocupação da orla segundo conceitos acadêmicos parece não ser o melhor dos argumentos para a elaboração de um documentário, por isso se faz importante relatar como os resultados da pesquisa que gerou esta proposta foram essenciais para, a partir de então, se pensar de maneira audiovisual, imergindo o conhecimento científico profundamente na esfera da subjetividade imagética do cinema. Mesmo se tratando de uma proposta de documentário, que teoricamente se faz reflexo da realidade, o cinema tem o poder de transformar um produto científico, monográfico, em arte,

capaz de tocar qualquer pessoa e gerar reflexões pessoais, subjetivas, únicas dentro da individualidade coletiva daqueles que este documentário venha a alcançar.

A princípio foi feito um levantamento sobre o uso e ocupação na orla do centro histórico de Belém, baseado em questionários, entrevistas, visitas de campo e na análise da aplicação das leis urbanísticas no ordenamento deste espaço, utilizando para isto de uma abordagem fincada no materialismo histórico e dialético utilizada na análise dos relatos e impressões dos entrevistados, dimensionando a forma como o indivíduo interage com o espaço, encontrando-se entre outros resultados a configuração de uma realidade cotidiana rica de detalhes, fragilidades, cultura e conflito urbano, que geram uma grande riqueza de histórias de vida e relações sócio-espaciais únicas e intrigantes, onde a marginalidade convive com a riqueza histórico-cultural do berço da cidade, hoje marcado pela sobrevivência e adaptação de hábitos e costumes ribeirinho que se reconstruíram pelo choque com a realidade urbana, num cenário desenhado pela arquitetura colonial e pela favela de palafitas, cravadas com estacas nas mesmas margens onde há quase quatro séculos se fincavam os primeiros desbravadores, nas mesmas margens em que hoje se firma a periferia ribeirinha desqualificada no modelo de desenvolvimento urbano convencionado, adotado e inaplicável, sendo inquestionável a relevância do tema para o exercício de se documentar, transmutando a realidade urbana em um produto audiovisual.

11.3 A PROPOSTA

Idealizar um documentário é objetivar a realidade, este aspecto contempla toda a definição de materialismo histórico e dialético, necessária à realização da pesquisa acadêmico-científica, que implica em uma fuga da subjetividade e a definição do indivíduo humano como peça analítica, tecnicizada como objeto e também como analisador, porem a existência de um sujeito nos bastidores “por traz da pesquisa e por traz da câmera” sempre levará a um olhar subjetivo, uma vez que o documentário é uma obra criativa, inventiva e interpretativa da realidade que sempre irá pressupor um sujeito. A idéia de documentar como resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso de área aquém a da industrial cultural surgiu da necessidade de transformar os resultados da pesquisa acadêmica em algo menos tecnicizado, gerando um conhecimento dinâmico, nômade, acessível, capaz de atingir e transformar qualquer indivíduo, independente deste estar dentro ou fora dos muros do espaço universitário.

Para isto, pretende-se adentrar no cotidiano de moradores e freqüentadores do Beco do Carmo, no centro histórico de Belém, registrando um pouco da realidade dos indivíduos que ocupam aquele espaço através do olhar cinematográfico, documentando aspectos que venham a ser mostrados para além desta realidade local e para além da segregação urbana e social da cidade, discutindo o abandono das políticas públicas percebido ali através da linguagem audiovisual, focalizando o conjunto de relações sociais que configuram o estado de uso e ocupação deste espaço e questionando o modelo de desenvolvimento adotado, que não se baseia na ótica da realidade regional e que prevê uma “requalificação” que para ser instaurada contradiz inúmeros fundamentos que alicerçam a função social da cidade, seguindo o exemplo da própria Europa, que fez uma verdadeira faxina em suas populações criando o princípio deste modelo de desenvolvimento e expandindo tal alternativa para o resto do mundo.

Explorar estes conflitos nos leva discutir sobre qual a raiz dos problemas urbanos percebidos no Beco do Carmo? A aplicação ou falta de aplicação das políticas públicas numa área valorizada pelo seu potencial paisagístico, histórico e cultural é proposital? Até que ponto um aspecto como a ocupação desordenada, encarado como um problema que toma proporção histórica, capaz de influenciar social e culturalmente a vida de pessoas, é possível de ser solucionado? Seria muita presunção afirmar que um filme poderia apresentar respostas para perguntas como estas, realmente não é para isso que este documentário se propõe, seu objetivo mais íntimo é a oportunidade de conhecer, de ter um contato com uma realidade diferente, tendo como finalidade o registro do cotidiano de alguns moradores e freqüentadores da orla do centro histórico e Belém, mostrando que apesar de humilde, sua realidade sociocultural é rica e única, e que suas relações sociais nunca seriam as mesmas longe dali. É do contato com o outro que nasce a proposta deste documentário, instigar a procura por respostas é um resultado bem vindo, mas não é a essência que se procura, esta atrevo a dizer, que é uma semente de reflexão plantada durante a imersão em imagem e som.

11.4 DESCRIÇÃO DO OBJETO

A orla do bairro da Cidade Velha é um espaço singular, que abrange características únicas e ao mesmo tempo díspares entre si, sua riqueza de contextos é capaz de nos fazer deparar com inúmeras situações em uma caminhada de apenas 30 minutos, encontrando-se espaços turísticos requintados como a Casa das Onze Janelas, quase ao lado do principal porto aonde chega pescado, frutas e hortaliças que abastecem e sustentam o comércio entre a cidade

e suas ilhas de entorno, onde se encontra o forte, marco inicial em torno do qual a cidade começou a se estruturar e igrejas magistrais, que pontuam com austeridade a forma de ocupação histórica deste espaço, e é ao lado de uma delas, a igreja do Carmo, que se encontra o principal objeto considerado neste documentário, um lugar onde se instalam portos particulares e informais, por onde se movimentam cargas e a vida de pessoas que entram e saem da cidade através do acesso as vias fluidas de nossos tantos rios, ligando ilhas, realidades, vidas e gerando esperanças e oportunidades.

Entre estes portos, empilham-se sonhos, constroem-se famílias, escondem-se criminosos e brincam crianças, entre os ninhos de ratos e o lixo que se abriga nas estacas das palafitas demarcando na beira do rio os trapiches e os lares daqueles que subsistem na periferia ribeirinha do conceito urbano da vida na cidade, descaracterizada de sua função social, motivo pelo qual procurou-se apontar a realidade cotidiana no Beco do Carmo e em toda a orla da Cidade Velha através de seus personagens sociais, como objetos que merecem ser retratados pela ótica audiovisual. A ideia do documentário é mostrar uma realidade cotidiana, apontando desigualdades sociais que passam despercebidas ate mesmo daqueles que são vítimas das mesmas, procurando-se através do cinema tocar o espectador e fazê-lo refletir para que assim se plante uma semente que ao florescer possa tentar mudar a realidade que se enxergava no momento da gravação.

11.5 ABORDAGEM

Ao pensar na abordagem como subsídio e sustentação de idéias teóricas para a realização de um filme, escolheu-se por misturar diversas formas de se fazer documentário na construção do roteiro, não se definindo uma proposta fílmica de maneira clara ou pontuando de forma fechada como esta irá relacionar-se com cada elemento que compõe o objeto escolhido. Pretende-se utilizar basicamente quatro tipos de abordagens na narrativa, por exemplo, utilizar um modelo observativo mostrando somente através de sons e imagens a contextualização daquele espaço, para assim, gerar cenas onde se possa perceber o dia a dia das pessoas que vivem e interagem com o lugar sem maiores intervenções do sujeito por traz da câmera; uma abordagem expositiva que traduza este cotidiano pelas palavras dos próprios atores sociais que ali vivem, proporcionando cenas onde se possa associar imageticamente aquilo que é dito com aquilo que é mostrado utilizando-se do recurso de *Voice over*; também será utilizado o modo participativo, para que se possa mostrar, sem arrependimentos, aquilo que se quer mostrar, deixando claro para a câmera o que se quer perguntar, quais as dúvidas e

qual a função do documentarista em sua inserção na realidade local; e por último, uma abordagem reflexiva, que proporcione cenas onde fica clara a ação do diretor e a reação dos atores sociais ao se “quebrar a lente”, assim como se quebra a quarta parede no teatro, entregando àqueles atores sociais as rédeas da câmera, para que mostrem aquilo que eles querem mostrar dentro de suas individualidade e particularidades só compartilhadas com o espaço a que pertencem.

Outro recurso que se pretende utilizar são reconstituições ficcionais para gerar cenas rápidas de introdução ou ligação entre narrativas, na qual se pretende reproduzir relatos obtidos ainda durante a pesquisa que gerou o TCC, na qual participarão atores profissionais. A escolha desse padrão de abordagem faz jus ao maior desafio a que este filme se pretende, o de quebrar as amarras da norma e do cânone acadêmico em sua raiz tradicionalista onde o conhecimento flui de forma elitista e socialmente segregadora, na qual o papel da universidade como agente transformador de sua comunidade se perde na falta de políticas que sustentem firmemente a extensão como um dos seus pilares para socialização dos conhecimentos ali gerados, este desafio se traduz filosoficamente no documentário através de uma estratégia narrativa onde seja mostrada gradativamente a relação entre o documentarista e seu objeto de estudo, a fim de se humanizar o conceito de se fazer cinema na academia como estratégia de extensão universitária.

11.6 ESTRUTURA

Procura-se visualizar o filme através de uma linha estrutural que descreva a sequência de ações que se pretende mostrar no decorrer do documentário através da formulação da escaleta abaixo:

- O documentário se inicia com cenas de aproximação do espaço escolhido como objeto do documentário, simulando um efeito extrapolado de *Zoom in* como o da visualização de imagens do aplicativo Google Earth, através da utilização de imagens de satélite na composição do vídeo;
- Corta para cena reconstituída a partir do relato de uma das moradoras da Praça do Carmo, que ao falar da condição de segurança na orla do bairro da Cidade Velha, comentou uma situação em que as crianças da casa estavam brincando de futebol na Praça do Carmo, quando uma delas chuta a bola para longe;

Corta para cena onde o garoto sai correndo atrás da bola e a moradora começa a gritar para que o garoto volte dizendo que ali era perigoso;

- Corta para cena da bola rolando em direção ao Beco do Carmo, descendo a ladeira ao lado da Igreja do Carmo, a partir dessa cena, a câmera segue a bola de futebol, em direção ao Beco do Carmo;

- Corta para cenas do Beco do Carmo, tendo como eixo a ladeira do beco, mostrando a igreja, as casas, os estabelecimentos comerciais e portos, ate chegar no final do beco, com imagens do prédio histórico do Mercado do Sal;

- Corta para cenas feitas de barco mostrando a margem na orla do Beco do Carmo com *voice over* de moradores e freqüentadores dando relatos sobre suas vivências no Beco do Carmo;

- Corta para cenas no interior das áreas invadidas, nos trapiches, barcos e portos, que retratem a realidade contada nos relatos em *voice over*;

- Corta para cenas de entrevista com os moradores, mostrando a relação destes com o documentarista através do *voice over* do diretor conduzindo a entrevista, indagando questões pertinentes aos assuntos discutidos na pesquisa de TCC, ligadas a gestão pública na garantia da função social do espaço e da propriedade;

- Corta para cenas em que o diretor solicita aos entrevistados que assumam a câmera e façam eles as suas perguntas e questionamentos sobre o que se pretende com este filme para a equipe, quebrando a lente;

- Corta para imagens dos entrevistados manipulando a câmera e do diretor solicitando para que eles indiquem qualquer coisa que eles queiram mostrar ali no Beco do Carmo;

- Corte para as imagens geradas pelos entrevistados com *voice over* da conversa entre eles e o documentarista sobre o porquê das imagens que eles escolheram mostrar;

- Corte para cena onde um garoto pede a câmera para mostrar algo, este garoto é ator da única cena de ficção que complementar o final do relato que gerou a reconstituição da cena inicial;

- Corte para cena mostrando a visão subjetiva do garoto, a imagem mostrada é de um plano sequência da caminhada dele pelo Beco do Carmo, no sentido do Mercado do Sal para a Igreja do Carmo, parando próximo da ladeira, ali o movimento de câmera acompanha uma bola de futebol rolando ladeira abaixo na direção do garoto;

- Corte para cena mostrando o ator representando o garoto da periferia pegando a bola;

- Corte para cena do garoto indo em direção a Praça do Carmo com a bola debaixo do braço;

- Corte para cena de ficção baseada num encontro do garoto da periferia com os garotos que brincavam de futebol na Praça do Carmo, onde o garoto da periferia entrega a bola para os garotos do casarão que o convidam para brincar;
- Corte para cena com as crianças jogando futebol com Zoom out e Fade out finalizando o documentário.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da existência de planejamentos urbanos desde o período colonial, o processo de urbanização verificado em Belém desde a colonização até os dias de hoje, mostra-se carente de organização e integração, passando por diversos modelos e projetos políticos com visões diferenciadas sobre a apropriação do espaço e desenvolvimento urbano. No caso da orla de Belém, o interesse em organizar o processo de utilização deste espaço se deu historicamente de forma muito pontual. É possível verificar estágios de ocupação iniciados em diferentes momentos de crescimento da cidade, sendo a administração pública incapaz de administrar uma gestão eficiente e integrada que acompanhasse o ritmo do crescimento urbano, mesmo se tratando de Terrenos de Marinha, sobre o qual incide a proteção e o interesse da União segundo a Constituição Federal, pelo potencial estratégico que possui. Apesar da existência de planejamentos urbanos desde o período colonial, o processo de urbanização verificado em Belém desde a colonização até os dias de hoje, mostra-se carente de organização e integração, passando por diversos modelos e projetos políticos com visões diferenciadas sobre a apropriação do espaço e desenvolvimento urbano.

Na expectativa de se caracterizar o uso e ocupação na orla da zona central de Belém, reconheceu-se três áreas com características diferenciadas referentes a orla dos bairros do Reduto, Campina e Cidade Velha, os dois primeiros considerados como orlas de urbanização consolidada e o último como orla de ocupação desordenada. A orla do bairro do Reduto foi caracterizada como de uso comercial, também apresentando um índice expressivo de espaços institucionais, sendo as políticas públicas de utilização deste espaço aplicadas de forma coerente ao que se pode verificar no PDU, porem, foi possível perceber a subutilização do porto organizado e a falta de direcionamento político para a manutenção e fortalecimento da atividade portuária, gerando um espaço restrito que não cumpre com sua função social. A orla da Campina também foi caracterizada como de uso comercial, apresentando um os maiores índices de espaços desocupados, apresentando um ordenamento espacial na área marginal que proporciona livre acesso a população. A atividade comercial se concentra principalmente na feira do Ver-o-Peso e próximo aos atracadouros do Ver-o-Peso, porem é realizada em outros pontos ao longo de toda a orla.

Na orla do bairro da Cidade Velha, foi identificado o maior índice de ocupação por residências, que tomam a maior parte da orla territorial, sendo a atividade comercial também presente e expressiva neste espaço. A Cidade Velha é o espaço onde são encontrados a maior quantidade de conflitos na orla da zona central de Belém, caracterizando-se como uma área de

ocupação desordenada, havendo habitações em condições precárias e utilização portuária fora do contexto do porto organizado, os poucos pontos de vegetação secundária de margem se encontram lá, mesmo se tratando de vegetação várzea pioneira, não se percebendo a aplicação das políticas públicas que tratam da preservação deste ambiente e de sua organização espacial.

A realização dos questionários foi fundamental para a caracterização do espaço, assim como as entrevistas informais ou semiestruturadas, realizadas dentro ou junto dos questionários no intuito de se conhecer a realidade dos entrevistados de maneira mais pessoal e descontraída. Através dos questionários foi possível avaliar os princípios básicos de formulação de indicadores a serem utilizados no ordenamento urbano baseando-se nas respostas dadas por moradores e frequentadores dos espaços abertos da orla, traduzindo a opinião popular sobre o reflexo da aplicação das políticas públicas, desta forma, chegou-se a conclusão sobre questões como saneamento, abastecimento de água e energia, iluminação pública, urbanismo e habitação, assim como sobre a participação popular em ações comunitárias.

Sobre o saneamento foi possível averiguar através dos questionários: que o esgoto na orla da Cidade Velha em parte é jogado diretamente no rio, sem tratamento e que existem fossas sanitárias na região, podendo representar um risco para a contaminação do lençol freático; que apesar da coleta de lixo ser realizada praticamente todos os dias e ser considerada suficiente pela maioria dos entrevistados, ainda assim existem problemas com o acúmulo de resíduos sólidos em diversos pontos da área marginal e que nesta área da cidade os alagamentos não se mostram como um problema preocupante, sendo poucos os relatos sobre casas que sofrem alagamentos. Percebemos fato parecido em relação a acumulação de lixo na área marginal, pois mesmo havendo políticas públicas municipais voltadas ao tratamento de resíduos sólidos, nada consta no PDU quanto a situação específica do lixo atrasado pelos estacamentos na área marginal, que pode gerar problemas de saneamento em toda esta área, assim como no que diz respeito a questão da energia elétrica e iluminação pública, caracterizando a existência de lacunas no PDU.

Também concluiu-se com base nos questionários, que parte dos moradores, a maioria de classe média, consideram o serviço de abastecimento péssimo, muitos deixando inclusive de pagar a tarifa, recorrendo a utilização de poços artesianos enquanto que outra de baixa renda considera o serviço bom, pelo simples fato de serem beneficiadas pelo abastecimento, sem levar em consideração princípios de potabilidade necessários ao estabelecimento de um bom serviço. A energia elétrica em muitos casos é de ligação irregular, inclusive entre moradores da área territorial. O grande número ligações clandestinas provavelmente é

responsável por quedas de tensão e instabilidades na rede elétrica, e a iluminação pública apesar de possuir uma aceitação razoável, não contempla todas as áreas próximas a as casas onde se realizou as entrevistas.

A demanda por espaços públicos foi muito alta entre os entrevistados apesar de o centro histórico apresentar diversos espaços públicos e ali se concentrarem muitos dos investimentos destinados a requalificação da orla para o livre acesso a população, isso ocorreu principalmente devido a necessidade de espaços públicos diversificados, como praças com *playgrounds* e equipamentos para realização de exercícios e quadras de esportes. Outro problema destacado pelos entrevistados foi a falta de segurança em espaços públicos próximos, sendo avaliado que a segurança pública só contempla os espaços considerados como “nobres”. A falta de segurança é uma realidade que perturba os moradores tanto da área territorial quanto marginal, ambos se sentem inseguros e aqueles que vivem nas áreas invadidas sofrem ainda mais, pois o policiamento não se faz nessas áreas, o mesmo se percebe em relação aos serviços de saúde e atendimento por ambulâncias. As obras de urbanização encontradas na orla da Cidade Velha são pontuais e voltadas para o turismo e não contemplam de maneira satisfatória um ordenamento do uso e ocupação do espaço segundo a função social da cidade e da propriedade, não levando em conta o contexto histórico, cultural e social do lugar, gerando mesmo a segregação social na utilização de alguns espaços.

Foi possível avaliar que muitas pessoas que frequentam a orla não tem consciência de como suas vidas se relacionam com o rio, independente de onde moram, sendo habitantes da cidade de Belém que é rodeada e entrecortada por corpos hídricos, enquanto que outros só consideram a relação com o rio ligada a hábitos como trabalho, lazer e transporte. Entre os freqüentadores da orla, também foi possível perceber o quanto é grande a demanda por ações de educação ambiental voltadas para a conscientização quanto a preservação e prevenção de impactos na orla da zona central de Belém, ao se averiguar a falta de informações mesmo que incipientes sobre a maioria dos conceitos ligadas a questão ambiental e urbana entre os entrevistados.

Os freqüentadores indicaram diversos problemas na orla do centro histórico entre os quais a violência e o roubo foram os mais expressivos seguido por problemas de Saneamento, sendo o número de reclamações devido ao acúmulo de lixo tão grande que este foi considerado como um item a parte nos resultados sobre opinião em relação a problemas na orla, isso condiz com os resultados encontrados na avaliação dos questionários realizados com moradores, que apontavam problemas quanto aos resíduos sólidos principalmente na área marginal, mesmo avaliando de forma eficiente os esforços na coleta de lixo.

A avaliação sobre a qualidade do espaço na orla aponta para uma caracterização geral que coloca a qualidade da orla entre razoável e péssima, sendo as obras realizadas na urbanização deste espaço insuficientes para adequá-la a demanda de seus frequentadores, que avaliam as características do espaço da orla mais adequados as que são visíveis no complexo Feliz Lusitânia e de forma geral, aqueles espaços que proporcionam a visão da paisagem, agradabilidade e convívio social, estando de acordo com as teorias de Santos M. e Harvey, citadas neste trabalho. A representação da rio para seus frequentadores reflete um conceito de espaço onde são realizadas atividades de lazer e praticada a convivência entre as pessoas, assim como uma fonte de alimento e subsistência, um espaço que se revela como objeto de relações pessoais entre aqueles que mesmo sem entendê-lo de forma acadêmica, reconhecem a sua importância, sendo indiscutível as opiniões sobre a relevância desta pesquisa.

As opiniões e relatos verificados neste trabalho refletem um quadro de má administração pública, representada tanto pelas avaliações gerais, quanto na resposta a pergunta específica sobre a gestão pública na orla, considerada como péssima pelos seus frequentadores, apontando a realização de obras que proporcionem a visão do rio e a garantia do direito de paisagem e obras de reforma e infra estrutura como demandas de maior importância para a qualificação deste espaço, sendo que aqueles que se encontravam em espaços onde estas demandas são supridas consideraram o estado atual de qualidade do espaço como satisfatório.

Avaliando um quadro geral, percebe-se que apesar de algumas lacunas o Plano Diretor Urbano de Belém é bem estruturado e voltado para a manutenção da função social da cidade, tratando de questões básicas de planejamento urbano e deixando margem para a criação de leis específicas quanto o que não é tratado diretamente no seu conteúdo, conceituando as principais diretrizes para a aplicação das políticas públicas no ordenamento do uso e ocupação do espaço, porém, faz-se aqui uma crítica ao modelo de desenvolvimento urbano adotado, que se baseia em teorias e aplicações distintas da realidade local, não levando em consideração aspectos sociais, históricos e culturais específicos da área em questão. O PDU apesar de quase vinte anos de sua instauração, ainda possui falhas e não pode ser considerado como política pública aplicada no ordenamento do espaço na orla da zona central de Belém, segundo todos os aspectos que abrange.

A proposição de um documentário é uma forma de tentar externalizar os resultados da pesquisa através de uma linguagem acessível e de fácil aceitação pela sociedade em geral, motivo pelo qual procurou-se sistematizar as informações alcançadas por este trabalho para adaptação da linguagem acadêmica aos moldes do contexto cinematográfico, através da

elaboração do projeto de roteiro de documentário apresentado, para que se possa subsidiar uma futura produção cinematográfica. Propõe-se para a realização de estudos posteriores, além da produção e finalização do documentário, o aprofundamento da relação entre o conhecimento acadêmico e a realidade de sua aplicação social no contexto das Ciências da Terra, da Gestão Pública e da Gestão Ambiental, como base para o Gerenciamento Costeiro Integrado, independente do tipo de pesquisa e do caráter técnico que venha a ser utilizado.

REFERENCIAS

AMARAL, M. D. B. Waterfront como imagem do urbano: produção do espaço para fins de cultura e lazer na orla fluvial de Belém. In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS, 2003, Belém. **Anais...** Belém: [S.n.], 2003. Cd.

_____. **A Guerra das Águas**: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA). 232 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

BARRAGÁN, J. M. B. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**: introducción a la planificación y gestión integradas. Cádiz: Servicio de Publicación Universitaria, 2003.

_____. **Las áreas litorales de Espana**: del análisis geográfico a la gestión integrada. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

_____. Política y gestión integrada de áreas litorales en España. In: BARRAGAN, J. M. B. **La gestion de áreas litorales em Espanha y Latinoamerica**. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

BARROS, A. P.; SILVEIRA, K. A.; GEHLEN, V. R. F. Instrumentos de políticas públicas para gestão ambiental urbana. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/>>. Acessoem: 01 dez. 2011.

BELÉM. **Lei n.º 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém, 30 jul. 2008.

BELÉM. PARATUR. **Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará**. Belém, 2001.

BERENSON, M.L.; LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. **Basic business statistics**: concepts and applicatios. 6.ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1996 .

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código florestal brasileiro. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: < <http://www.proam.org.br/2008/imagens/documentos/66.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2010.

_____. Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 1989. Disponível em: < <http://portal.in.gov.br/> >. Acesso em: 12 nov. 2010.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.166-67, de 23 de agosto de 2001. Altera os parágrafos 1º, 4º, 14º, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, que institui o novo Código Florestal Brasileiro. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 ago. 2001. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/mp2166-67.htm> >. Acesso em: 12 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº. 7.661, de. Institui o Plano nacional de gerenciamento costeiro e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF 16 de maio de 1988, Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sqa/projeto/gerco/planocac.html>. Acesso em: 23 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto orla**: Fundamentos para gestão integrada. Brasília, 2006a.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto orla**: Implementação em territórios com urbanização consolidada. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Coordenações estaduais do gerenciamento Costeiro. **Perfil dos estados litorâneos do Brasil**: subsídios à implantação do Programa Nacional de gerenciamento costeiro. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995.

BRASIL. Comissão Interministerial para recursos do mar. **Plano nacional de gerenciamento costeiro II**. Brasília, 1997.

BUSSAB, O. W.; MORETTIN, A. P. **Estatística básica**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz E Terra, 2005. (A era da

COSTA, B. M. F. **Crianças e suas geografias**: processos de interação no meio técnico-científico-informacional. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.uff.br/var/www/htdocs/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/bruno%20muniz.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011.

COSTA, M. H. B. V. A cidade como cinema existencial. **Revista de urbanismo e arquitetura**, [Rio Grande do Norte] v. 7, n. 2, p. 34-43, 2006.

COSTA, M. H. B. V. Espaços de subjetividade e transgressão nas paisagens fílmicas. **Proposições**.v. 20, n. 3., Campinas, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000300008>> . Acesso em 11 jan. 2012.

DE GRAZIA, G. **Estatuto da Cidade**: uma longa historia com vitórias e derrotas. In: OZORIO, Leticia Marques (Org.). **Estatuto da cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabbris (SAFE), 2002, p. 15-37.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resumos expandidos e programa do seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. **Anais...** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/urbanistico/arquivos/livroresumos.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEITOSA, T. C.; FERREIRA, F.S.S. Os novos instrumentos de ordenamento territorial e regularização fundiária no Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Os%20novos%20instrumentos%20de%20ordenamento%20territorial%20e%20regulariz.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

FRANÇA, B. A.; MAYER, N. Novas formas de gestão urbana. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

FUJIMOTO, N. S. V. M. Implicações ambientais na área metropolitana de Porto Alegre - RS: um estudo geográfico com ênfase na geomorfologia urbana In: **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 12., São Paulo, 2002. Disponível em: <http://w.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp12/Geousp12_NinaFujimoto.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003.

GREGORIO, A. M. S.; MENDES, A. C. Batimetria e Sedimentologia da baía de Guajará. In: **Revista Amazônia**, Belém, v. 5, p. 53-72, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/handle/123456789/369?mode=full>>. Acesso em: 7 nov. 2011.

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio: **Espaço e Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos v.6, n. 39, 1996. p. 22-31. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Plano%20estrat%C3%A9gico.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acessado em: 11 nov. 2011.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 37 -160, Brasília, 2005.

KOURY, F. S. M. **A Viabilidade econômica e técnica da utilização de poços tubulares para o abastecimento de água na região de Belém e Ananindeua, Estado do Pará Brasil**. 123 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geoquímica)- Programa de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica, Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MARANHÃO, R. A. **Impactos da ocupação urbana e qualidade das águas superficiais na microbacia de Val-de-Cães (Belém/PA)**. 137 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MATTA, M. A. S. et al. Aspectos da Gestão dos Recursos Hídricos Subterrâneos da Região de Belém e Ananindeua/PA Brasil, Através das Fontes Potenciais de Poluição das Águas Subterrâneas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 16., 2005, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa. Anais, 2005.

MATTA, M. A. S. Fundamentos básicos para exploração de água subterrânea na Bacia do Tucunduba-Belém/PA, como Base para um Modelo de Desenvolvimento Auto-Sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 2002, Florianópolis. **Anais...** São Paulo : ABAS, 2002.

MONTANARI, T. **Subsídios para um modelo socioeconômico de pressão-estado-resposta (P/E/R) para sensibilidade litorânea ao derramamento de óleo.** 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia)- Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006. Disponível em:
<http://www.dsr.inpe.br/projeto_saosantos/arquivos/05_monografia_thiago_montanari.pdf>.
Acesso em: 3 jan. 2012.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

NAME, L. Cinema e cidade: paisagem urbana, realidade e imaginário in: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 4., São Paulo, 2002, **Anais...**, São Paulo, 2002.

_____. Escalas de representação: sobre filmes e cidades, paisagens e experiências. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 45-55, 2006. Disponível em:
<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3172/2281>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

PALMEIRA, M. F. **O Uso das Ferramentas Interativas Baseadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação na Pós-Graduação.** In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Bahia, 2005.

PINHEIRO, F. G. R. **Avaliação da qualidade e dos riscos de contaminação das águas subterrâneas no distrito industrial de Icoaraci /PA.** 123 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geoquímica) - Universidade Federal do Pará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Belém, 2005.

POLETTE, M.; SILVA, L. H. M. E. A Zona Costeira. In: **Almanaque Sócio Ambiental**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2004, p. 155-170.

PONTE, J. P. X. **A orla de Belém**: intervenções e apropriação. 212 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre**: relatório orla: condições atuais, possibilidades e instrumentos para a qualificação urbana e o resgate da orla de Porto Alegre. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/pddua.htm>>. Acesso em: 20 dez, 2011.

REYNA, C. P. **Video& Pesquisa Antropológica: encontros & desencontros**, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp -BRASIL) Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/reyna-carlos-video-pesquisa.html>> Acesso em: 13 dez, 2011.

RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. Qualidade ambiental urbana: ensaio de uma definição. In: **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento dos pós-humano. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, p. 23-32, 2003.

SANTOS, C. R. Proposta de critérios de ordenamento para a área de influência direta sobre a Área de Preservação Permanente (vegetação de restinga fixadora de dunas) do litoral catarinense: bases para uma gestão costeira integrada. **Gerenciamento Costeiro Integrado**, p. 17-32, 2007.

SANTOS, C. R. **Proposta dos critérios de planejamento da gestão integrada da orla marítima dos municípios do setor Centro-Norte do litoral de Santa Catarina**, 338 f. 2005. Tese (Pós Doutorado em Planejamento Regional e Urbano)- Universidade de Cádiz, Espanha. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodolitoral.ufsc.br/pc/cn/claudia/parte1.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2011

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto. **Working Papers da FEP**, Porto, n.116,p. 24,2002. Disponível em: <<http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo - globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, A. M. **Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas**. 151. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil Centro Tecnológico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, S. T. Planejamento urbano na zona costeira. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUACÃO EM DIREITO - CONPEDI, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

TRENTIN, F. Indicadores de desenvolvimento sustentável e turismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2007.

TRINDADE JR., S. C. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

_____. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 111, p. 73-103, Curitiba, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Relatório do projeto MEGAM**: estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2004.

VIEIRA, E. A. **Elaboração de programas**: guia conceitual resumido. Cuiabá: [S.n.], 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES

(continua)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO - DOMICÍLIO									
Nome do Pesquisador									
Área		Subárea		Data		Hora		às	
Endereço									
Bairro							Nº		
CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO EM DOMICILIO									
Nome									
							Idade		
ESCOLARIDADE									Sexo
	Analfabeto		1º Grau Completo		2º Grau Completo		Superior Completo		Masc
	1º Grau Incompleto		2º Grau Incompleto		Superior Incompleto		Técnico		Fem
RESIDÊNCIA									
Reside desde quando?				Veio de onde?					
Sua casa é			Própria		Alugada		Cedida		Outro
				Quanto paga de aluguel?					
MORADORES DA CASA									
A	Nome			Relação c/ chefe		Idade	Ocupação	Condição	Rendimento
B									
C									
D									
E									
F									
G									
H									
I									
ABASTECIMENTO D'ÁGUA									

(continuação)

1	Sua casa tem caixa d'água ?					Sim		Não
2	Ela está tampada?					Sim		Não
3	A água chega em quantidade suficiente na sua casa?					Sim		Não
4	Armazena água de outra forma, fora a caixa d'água?					Sim		Não
5	A conta de água é só para sua casa?					Sim		Não
6	SE NÃO, a conta é dividida entre quantas casas (incluindo a sua) ?							
7	Quanto paga na conta d'água? (média dos últimos 3 meses)							
8	A ligação foi feita por quem?		Pela Companhia		Pelos moradores			
9	O que você acha da tarifa? (não ler as alternativas)		Cara	Razoável	Barata	Indiferente		
10	Qual sua opinião sobre o serviço de abastecimento de água?		Ótimo	Bom	Razoável	Péssimo		
	Porque?							
SANEAMENTO BÁSICO								
11	Para onde vai o esgoto de sua casa?		Vala aberta	Fossa	Esgoto	Outro		
	Qual outro?							
12	Se ligado a rede de esgoto, possui caixa de gordura?					Sim		Não
13	Qual sua opinião sobre o serviço de esgoto?		Ótimo	Bom	Razoável	Péssimo		
14	A sua rua inunda ou tem enxurrada?			Nunca	Raramente	Frequente		
15	A sua casa inunda?			Nunca	Raramente	Frequente		
16	Qual sua opinião sobre o serviço de drenagem e canalização?		Ótimo	Bom	Razoável	Péssimo		
	Porque?							
17	Onde você deixa o seu lixo?		Porta	Lixeira	Terreno	Canal	Outro	
	Qual outro?							
18	Qual a frequência por semana da coleta de lixo?		menos de 1	1 vez	2 vezes	3 a 5 vezes	todo dia	
19	Você acha que a coleta dá conta do volume de lixo?					Sim		Não
	Porque?							
20	Qual sua opinião sobre o serviço de coleta de lixo?		Ótimo	Bom	Razoável	Péssimo		
21	Você acha que o lixo acumulado influencia no mal funcionamento da rede de drenagem?					Sim		Não
	Porque?							

(continuação)

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA														
22	A luz cai com frequência, quando você liga alguma coisa ?						Sim		Não					
23	Falta luz ?					Nunca		Raramente		Frequente				
24	Tem medidor/relógio na sua casa?						Sim			Não				
25	A conta de luz é só para sua casa?						Sim			Não				
	SE NÃO, a conta é dividida entre quantas casas (incluindo a sua) ?													
26	Quanto paga na conta de luz ? (média dos últimos 3 meses)													
27	A ligação foi feita					Pela Companhia			Pelos moradores					
28	O que você acha da tarifa? (não ler as alternativas)					Cara		Razoável		Barata		Indiferente		
29	Qual sua opinião sobre o serviço de abastecimento de energia?					Ótimo		Bom		Razoável		Péssimo		
	Porque?													
30	Sua rua é bem iluminada ?						Sim			Não				
31	O que você acha da iluminação pública na sua área residencial?					Ótimo		Bom		Razoável		Péssimo		
	Porque?													
URBANISMO E HABITAÇÃO														
32	Você tem problemas de acesso a serviços públicos?					Polícia		Bombeiro		Ambulância		Transporte		Outro
	Qual outro?													
33	Como você considera o acesso para sua casa? (vias, transporte, ilum., etc.)					Ótimo		Bom		Razoável		Péssimo		
	Porque?													
34	Há espaços para o convívio e lazer nas imediações da sua casa? (ler exemplos)						Sim			Não				
	Se SIM, Quais?													
35	As pessoas desta casa costumam frequentar esses espaços?						Sim			Não				
	Os frequentadores são					Crianças		Adolescente		Homens		Mulheres		Idosos
36	Sente falta de espaços públicos?						Sim			Não				
	Porquê?													
37	Você considera confortável a condição de moradia em sua casa ?						Sim			Não				
	Porquê?													
38	Quando foi realizada a última reforma em sua casa ?													
	Qual motivo?													

(continuação)

39	Houve aumento de acomodações no imóvel ?		Sim		Não
	Porquê?				
40	Se resolvesse vender sua casa hoje, quanto acha que ela valeria?				
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA					
41	Você participa de algum movimento comunitário? (ler exemplos)		Sim		Não
	Qual?				
42	Já participou de alguma ação comunitária voltada para o urbanismo na área em que mora? (ler exemplos)		Sim		Não
	Qual?				
43	Já participou de algum curso realizado por movimento comunitário ? (ler exemplos)		Sim		Não
	Qual?				
DOCUMENTÁRIO					
O entrevistado tem uma relação direta ou muito próxima com a orla? (morador, trabalho, afetivo, etc.)					
O entrevistado se desenvolveu bem durante o questionário (desinibição, participação, interesse)?					
Aceita dar entrevista para a gravação de um documentário sobre a orla da cidade?					
Telefone					
E-mail					

APÊNDICE B – QUESTIONARIO APLICADO À FREQUETADORES

(continua)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM X RIO																							
Nome do Pesquisador																							
Área				Subárea				Data				Hora			às								
CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO NA ORLA																							
Nome																							
Idade						Categoria			Turista			Morador			Visitante			Usuário		Outro			
Endereço														Nº									
Bairro								Profissão															
Escolaridade																Sexo							
	Analfabeto				1º Grau Completo				2º Grau Completo				Superior Completo				Masc						
	1º Grau Incompleto				2º Grau Incompleto				Superior Incompleto				Técnico				Fem						
ENTREVISTA																							
1	Atividade realizada no mom. da abordagem?					descanso			trabalho			passante			lazer			estudo			turismo		
	Outro																						
2	O que você entende por meio ambiente?																						
3	O que você entende por urbanização?																						
4	O que você entende por orla?																						
5	O que este rio representa pra você?																						
6	Como você avalia a sua relação com o rio e a orla? Você possui hábitos ligados a estes elementos? Quais?																						
7	Quantas vezes costuma vir a este local?									1 vez			2 vezes			3 a 5 vezes			todo dia			raramente	
8	O que você mais gosta na orla?																						

(continuação)

9	Que problemas urbanos você identifica na orla?										
10	Como você classificaria a qualidade urbano-ambiental desta parte da orla?		Ótimo		Bom		Razoável		Péssimo		
	Porque?										
11	Como você acha que a orla tinha que ser ocupada?										
12	Gostaria de encontrar outras serviços aqui?		Sim		Não		tipo				
13	Gostaria de encontrar outros serviços na orla como todo?		Sim		Não		tipo				
14	O que você entende por desenvolvimento sustentável?										
15	Acha possível cenário de desenvolvimento sustentável na orla? O que impede? O que fazer pra que isso ocorra?										
16	Acha que alguma atividade realizada aqui causa impacto ambiental? Qual?										
17	Você considera importante a realização de levantamento para ter maior compreensão dos aspectos ambientais, sociais e econômicos na orla?										
18	Você conhece os direcionamentos da lei para o uso e ocupação das orlas?										
19	Como você considera a qualidade na gestão deste espaço?		Ótimo		Bom		Razoável		Péssimo		
DOCUMENTÁRIO											
O entrevistado tem uma relação direta ou muito próxima com a orla? (morador, trabalho, afetivo, etc.)											
O entrevistado se desenvolveu bem durante o questionário (desinibição, participação, interesse)?											
Aceita dar entrevista para a gravação de um documentário sobre a orla da cidade?											
Telefone											
E-mail											

APÊNDICE C – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DA ORLA TERRITORIAL

(continua)

[illegible]

APÊNDICE D – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DA ORLA MARGINAL

NOME DO ESTABELECIMENTO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	COORDENADAS	FOTOS	OBS:
TRAPICHES ATRACADOUROS	E TIPOS DE ATIVIDADE	COORDENADAS	FOTO	OBS:

ÁREA VEGETADA	COORDENADAS	FOTOS	DESCRIÇÃO:
PONTOS DE EROSÃO / DEPOSIÇÃO	COORDENADAS	FOTO	OBS:

[illegible]